



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 72, DE 2016

(nº 395/2016, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

AUTORIA: Presidente da República

DESPACHO: À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional



[Página da matéria](#)

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa
Serviço de Autuação de Proposições
e Matérias Legislativas

MSF nº 72 de 2016

Em 13 / 07 / 2016

72

Mensagem nº 72, de 2016

Comissão de Relações Exteriores e
Defesa Nacional
Em 10/7/2016

Mensagem nº 395

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Os méritos do Senhor Marcos Caramuru de Paiva que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 12 de julho de 2016.

Senado Federal
Protocolo Legislativo
MSF nº 72 / 2016
Fls. 01 A

EM nº 00203/2016 MRE

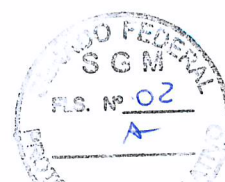
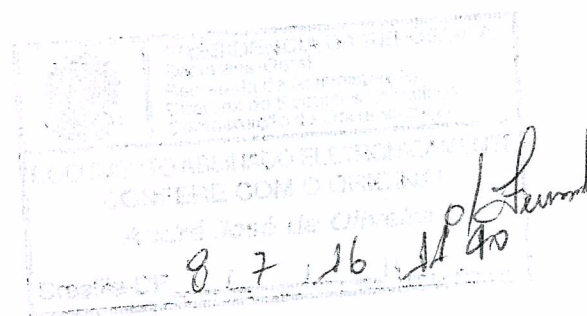
Brasília, 8 de Julho de 2016

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCOS CARAMURU DE PAIVA**, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCOS CARAMURU DE PAIVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



Assinado eletronicamente por: José Serra

EM Nº 203 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 8 de julho de 2016.

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República,

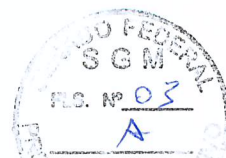
De acordo com o artigo 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência o nome de **MARCOS CARAMURU DE PAIVA**, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

2. Encaminho, anexos, informações sobre os países e *curriculum vitae* de **MARCOS CARAMURU DE PAIVA** para inclusão em Mensagem a ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,



JOSE SERRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores



Aviso nº 451 - C. Civil.

Em 12 de julho de 2016.

A Sua Excelência o Senhor
Senador VICENTINHO ALVES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

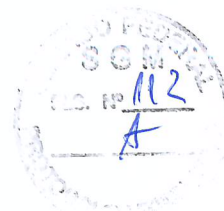
Encaminho a essa Secretaria Mensagem com a qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor MARCOS CARAMURU DE PAIVA, Ministro de Primeira Classe, aposentado, da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Popular da China e, cumulativamente, na Mongólia.

Atenciosamente,



ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

Nome legível: Sophia A
Rubrica: Sophia A
Matrícula: 15635
Data: 13 / 07 / 2016
Hora: 12 : 24



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE, APOSENTADO, MARCOS CARAMURU DE PAIVA

CPF.: 116.393.691-04

ID.: 5720 MRE

1954 Filho de Caleno de Paiva e Francisca Caramuru de Paiva, nasce em 10 de janeiro, no Rio de Janeiro/RJ.

Dados Acadêmicos:

1975 CPDC-IRBr

1975 Administração pela Universidade Federal do Rio de Janeiro

1993 CAE- IRBr. A redução de dívida e o Plano Brady

Cargos:

1975 Terceiro-Secretário

1978 Segundo-Secretário

1981 Primeiro-Secretário

1988 Conselheiro

1992 Ministro de Segunda Classe

2000 Ministro de Primeira Classe

Funções:

1975 Divisão de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, Assistente

1975-77 Divisão de Cooperação Científica e Tecnológica

1977-80 Divisão das Nações Unidas

1980-85 Missão junto às Nações Unidas, Segundo e Primeiro-Secretário

1985-88 Embaixada do Brasil em Caracas

1998-90 Subsecretaria-Geral de Assuntos Econômicos e Comerciais, Assistente

1990-91 Ministério da Fazenda, Assessoria de Comunicação Social, Chefe

1991-94 Embaixada do Brasil em Washington, Conselheiro

1994-96 Banco Mundial, Diretor Executivo

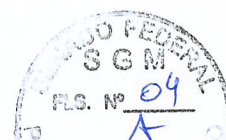
1996-2004 Ministério da Fazenda, Secretário de Assuntos Internacionais

2004-08 Embaixada em Kuala Lumpur, Embaixador

2008-11 Consulado-Geral em Xangai, Cônsul-Geral

2011 Ministro de Primeira Classe Aposentado

PAULA ALVES DE SOUZA
Diretora do Departamento do Serviço Exterior

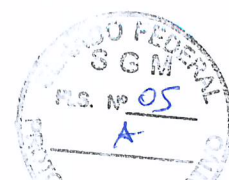


MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

CHINA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2016



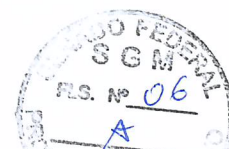
DADOS BÁSICOS SOBRE A CHINA

NOME OFICIAL:	República Popular da China
CAPITAL:	Pequim
ÁREA:	9.561.000 km ²
POPULAÇÃO:	1,37 bilhão
IDIOMA OFICIAL:	Chinês (mandarim)
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	ateísmo/agnosticismo (61%); budismo (18%); taoísmo (13%); cristianismo (4%); islamismo (2%); outras religiões (2%).
SISTEMA DE GOVERNO:	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO:	Assembleia Nacional Popular; Parlamento unicameral, composto por 2.987 membros, eleitos para mandatos de 5 anos
CHEFE DE ESTADO:	presidente Xi Jinping (desde 14 de março de 2013)
CHEFE DE GOVERNO:	primeiro-ministro Li Keqiang (desde 14 de março de 2013)
CHANCELER:	Wang Yi (desde 14 de março de 2013)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2015):	US\$ 10,98 trilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2015):	US\$ 19,39 trilhões
PIB PER CAPITA (2015)	US\$ 7.989,72
PIB PPP PER CAPITA (2015)	US\$ 14.107,43
VARIAÇÃO DO PIB	6,9% (2015); 7,3% (2014); 7,7% (2013); e 7,7% (2012).
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDH) (2014):	0,727 (90ª posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2014):	75.8 anos
ALFABETIZAÇÃO (2015):	99,73 %
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2016):	4,0% (Fonte: National Bureau of Statistics of China)
UNIDADE MONETÁRIA:	renminbi (ou yuan)
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA:	Li Jinzhang
BRASILEIROS NO PAÍS:	Há registro de 16 700 brasileiros residentes na China

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-CHINA (em US\$ milhões, fonte: MDIC)

Brasil → China	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	1.541	3.230	6.681	12.189	23.370	36.915	77.105	83.329	66.326
Exportações	676	1.902	4.533	6.834	10.748	21.003	44.314	46.026	35.607
Importações	865	1.328	2.147	5.354	12.621	15.911	32.790	37.303	30.719
Saldo	-188	573	2.385	1.480	-1.872	5.092	11.523	8.722	4.888

Informação elaborada em 16/06/2016, por Pedro Henrique Batista Barbosa. Revisada por Germano Correa e Orlando Leite Ribeiro, em 20/06/2016.



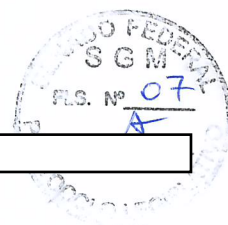
APRESENTAÇÃO

A República Popular da China (RPC), localizado na Ásia do Leste, é o país mais populoso do mundo, com 1,37 bilhões de habitantes. Adota o sistema de governo republicano presidencialista e é governado pelo Partido Comunista da China (PCC) desde 1949. O país é dividido administrativamente em vinte e duas províncias, cinco regiões autônomas (Xinjiang, Mongólia Interior, Tibete, Ningxia e Guangxi), quatro municipalidades ligadas diretamente ao governo central (Pequim, Tianjin, Xangai e Chongqing) e duas Regiões Administrativas Especiais com grande autonomia (Hong Kong e Macau). A capital da China é Pequim.

Com território de 9.596.961km² — o terceiro maior do mundo —, a China tem paisagem geográfica vasta e diversa, desde as estepes e desertos ao norte até florestas subtropicais ao sul. A paisagem humana é igualmente diversa. A população chinesa é composta por 56 etnias. A maior delas, a *han*, representa mais de 90% da população.

A China é um dos berços da civilização, com sua história iniciando na Antiguidade, na bacia do Rio Amarelo, que corre na Planície Setentrional da China. Durante milênios, o sistema político foi baseado em monarquias hereditárias. A República da China, fundada em 1912, encerrou o período dinástico. Em 1949, o Partido Comunista Chinês venceu a guerra civil e a República Popular da China foi proclamada, em outubro, por Mao Zedong.

A China foi a maior economia do mundo por muito tempo durante os últimos dois mil anos de história. Desde a introdução das reformas econômicas, em 1979, a China é uma das economias que crescem mais rápido no mundo. Desde 2014, é a maior economia do mundo pelo critério de produto interno bruto por paridade de poder de compra.



PERFIS BIOGRÁFICOS

XI JINPING 习近平

*presidente da República, Secretário-Geral do PCC e
presidente da Comissão Militar Central*



Nascido em Fuping, província de Shaanxi, em 1º de julho de 1953. Membro do chamado grupo dos "príncipes", é filho de um ex-vice-primeiro-ministro, Xi Zhongxun (1913-2002), que foi expurgado da elite dirigente à época da Revolução Cultural. Sua esposa, Peng Liyuan, é famosa cantora.

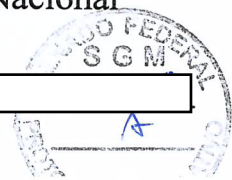
Filiou-se ao Partido Comunista da China em 1974. Graduiu-se em engenharia química pela Universidade Tsinghua (1975-79) e obteve doutorado em Direito (1998-2002) pela Escola de Humanidades e Ciências Sociais da mesma universidade, tornando-o um dos poucos da atual liderança chinesa com formação na área de humanas.

De 1969 a 1975, durante a Revolução Cultural, trabalhou no campo, na Brigada Liangjiahe, na província de Shaanxi. Desempenhou diversos cargos na seção local do Partido Comunista Chinês (PCC).

Passou grande parte de sua carreira em Fujian (1985-2002), onde exerceu diversos cargos de chefia, até ser designado secretário-adjunto do Comitê Provincial do PCC e promovido a Governador em 2000. Passou por Zhejiang (2002-2007), onde também chefiou diversas instâncias do poder local.

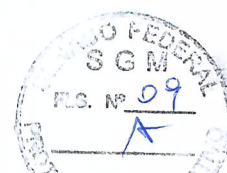
De 2007 a 2012, foi membro do 17º Comitê Central do PCC e de seu Secretariado e do Comitê Permanente do Birô Político; secretário do Comitê Municipal do PCC em Xangai; e presidente da Escola do Partido do Comitê Central do PCC. Anteriormente, fora membro do 16º Comitê Central e membro altermo do 15º Comitê Central.

Em 2008, tornou-se vice-presidente da República Popular da China (RPC). Durante a V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCC, em 2010, foi nomeado para um dos postos de vice-presidente da Comissão Militar Central, consolidando-o como favorito para suceder Hu Jintao na Secretaria-Geral do PCC e na Presidência da Comissão Militar Central, o que ocorreu por ocasião do XVIII Congresso Nacional



do Partido (08-14/11/2012), e na Presidência da República, o que ocorreu em março de 2013. Manteve-se, pois, na Comissão Permanente do Politburo.

Visitou o Brasil como vice-presidente da RPC, em fevereiro de 2009. Como presidente, realizou Visita de Estado ao Brasil, em julho de 2014, ocasião em que também participou da VI Cúpula do BRICS (Fortaleza e Brasília).



LI KEQIANG 李克强
primeiro-ministro do Conselho de Estado



Nasceu em Dingyuan, província de Anhui, em 1955. Ingressou no PCC em 1976 e se graduou na Faculdade de Direito da Universidade de Pequim em 1982, onde também obteve doutorado em economia.

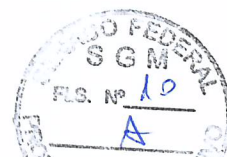
Foi enviado, em 1974, para a Brigada de Produção de Dongling, na comuna Damiao, em Fengyang, província de Anhui, onde serviu como secretário da filial do PCC até 1978. Em março do mesmo ano, foi admitido na Universidade de Pequim, onde se tornou chefe da Federação Estudantil e graduou-se em direito e economia.

Atuou como secretário, membro do Comitê Permanente e chefe do Departamento Escolar do Comitê Central da Liga da Juventude Comunista. Serviu como Secretário-Geral da Federação de Estudantes de Toda a China. Entre 1993 e 1998, ocupou posições do PCC no 13º Comitê Central da Liga da Juventude Comunista da China. Muitos atribuem sua ascensão política a seus vínculos com Hu Jintao (ex-vice-presidente e presidente da RPC) e à Liga da Juventude Comunista.

Em 1998, foi eleito vice-Secretário do Comitê Provincial de Henan do PCC e, no ano seguinte, tornou-se o mais jovem governador provincial, cargo que exerceu até 2003.

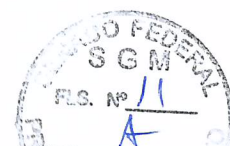
Entre 2003 e 2004, foi presidente do Comitê Permanente do Congresso do Povo da província de Henan. Entre 2004 e 2007, exerceu a função de Secretário do Comitê Provincial do PCC de Liaoning. Foi membro do Comitê Permanente do 8º Congresso Nacional do Povo e do 15º e 16º Comitê Central do PCC.

É membro do Comitê Permanente do Birô Político (Politburo) desde 2007; por ocasião do XVIII Congresso Nacional do Partido (novembro de 2012), manteve-se no Comitê Permanente do Politburo. Foi vice-primeiro-ministro Executivo do Conselho de Estado (2008-2013), vice-presidente do Pequeno Grupo de Liderança de Economia e Finanças do Comitê Central (2008-2013) e Diretor da Comissão Estatal de Segurança Alimentar (2010-2013).



Por ocasião da XII Assembleia Nacional Popular, em março de 2013, foi escolhido primeiro-ministro do Conselho de Estado da RPC, sucedendo Wen Jiabao. Ocupa a segunda posição na hierarquia do Comitê Permanente do PCC.

Visitou o Brasil em maio de 2015, ocasião em que foi recebido pela presidente Dilma Rousseff.

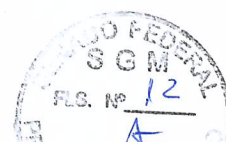


RELAÇÕES BILATERAIS

Desde seu estabelecimento em 1974, as relações Brasil-China têm evoluído de forma intensa e assumido crescente complexidade. Ainda em 1988, os dois países iniciaram o Programa CBERS (Satélites de Recursos Terrestres Brasil-China), para construção e lançamento de satélites de monitoramento terrestre, projeto pioneiro entre países em desenvolvimento no campo da alta tecnologia. Em 1993, as relações foram elevadas à condição de Parceria Estratégica, e, a partir de 2004, passaram a contar com arcabouço institucional mais robusto, por meio do estabelecimento da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), a mais alta instância permanente de cooperação e diálogo entre os dois países. A COSBAN é liderada do lado brasileiro pelo vice-presidente, e da parte chinesa, pelo vice-primeiro-ministro encarregado de temas econômicos, comerciais e financeiros.

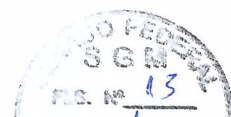
Em 2010, foi assinado o Plano de Ação Conjunta Brasil-China (2010-2014) – PAC, que define objetivos, metas e orientações para a cooperação bilateral em seus diversos campos. Versão atualizada do PAC, cuja vigência se estende até 2021, foi assinada em maio de 2015.

A visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao, em junho de 2012, estabeleceu três novos marcos nas relações bilaterais: sua elevação à condição de Parceria Estratégica Global, o estabelecimento do Diálogo Estratégico Global em nível de Chanceleres; e a assinatura do Plano Decenal de Cooperação para o período 2012-2021.



VISITAS E ENCONTROS DE ALTO NÍVEL

Data	Local	Evento
Novembro/ 2015	Paris, França	Encontro entre a presidente da República, Dilma Rousseff, e o presidente Xi Jinping à margem da COP 21
Julho/2015	Ufá, Rússia	Encontro entre a presidente da República Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da VII Cúpula do BRICS
Junho/2015	Brasília, Brasil	IV Sessão Plenária da COSBAN
Maió/2015	Brasília e Rio de Janeiro, Brasil	Visita oficial do primeiro-ministro Li Keqiang
Abril/2015	Brasília, Brasil	Reunião da Secretaria-Executiva da COSBAN
Janeiro/2015	Pequim, China	Participação do ministro das Relações Exteriores na I Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China
Janeiro/2015	Brasília, Brasil	Encontro entre a presidente da República Dilma Rousseff e o vice-presidente Li Yuanchao
Novembro/ 2014	Brisbane, Austrália	Encontro entre a presidente da República Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G-20
Julho/2014	Brasília, Brasil	Visita de Estado do presidente Xi Jinping
Abril/2014	Brasília, Brasil	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Wang Yi
Novembro/ 2013	Pequim, Cantão e Macau, China	Visita do vice-presidente da República
Junho/2012	Rio de Janeiro, Brasil	Visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao
Abril/2011	Pequim e Sanya, China	Visita de Estado da presidente da República, Dilma Rousseff.



MECANISMOS BILATERAIS DE ALTO NÍVEL E DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN)

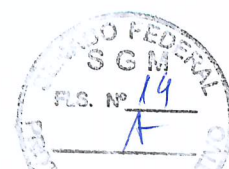
A Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) constitui um dos mais abrangentes mecanismos bilaterais de coordenação do Brasil com terceiros países. Foi criada em 2004, por ocasião da visita de Estado do então presidente Lula, em maio de 2004, e é chefiada, do lado brasileiro, pelo vice-presidente da República e, do lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro encarregado de temas econômicos e financeiros, atualmente Wang Yang.

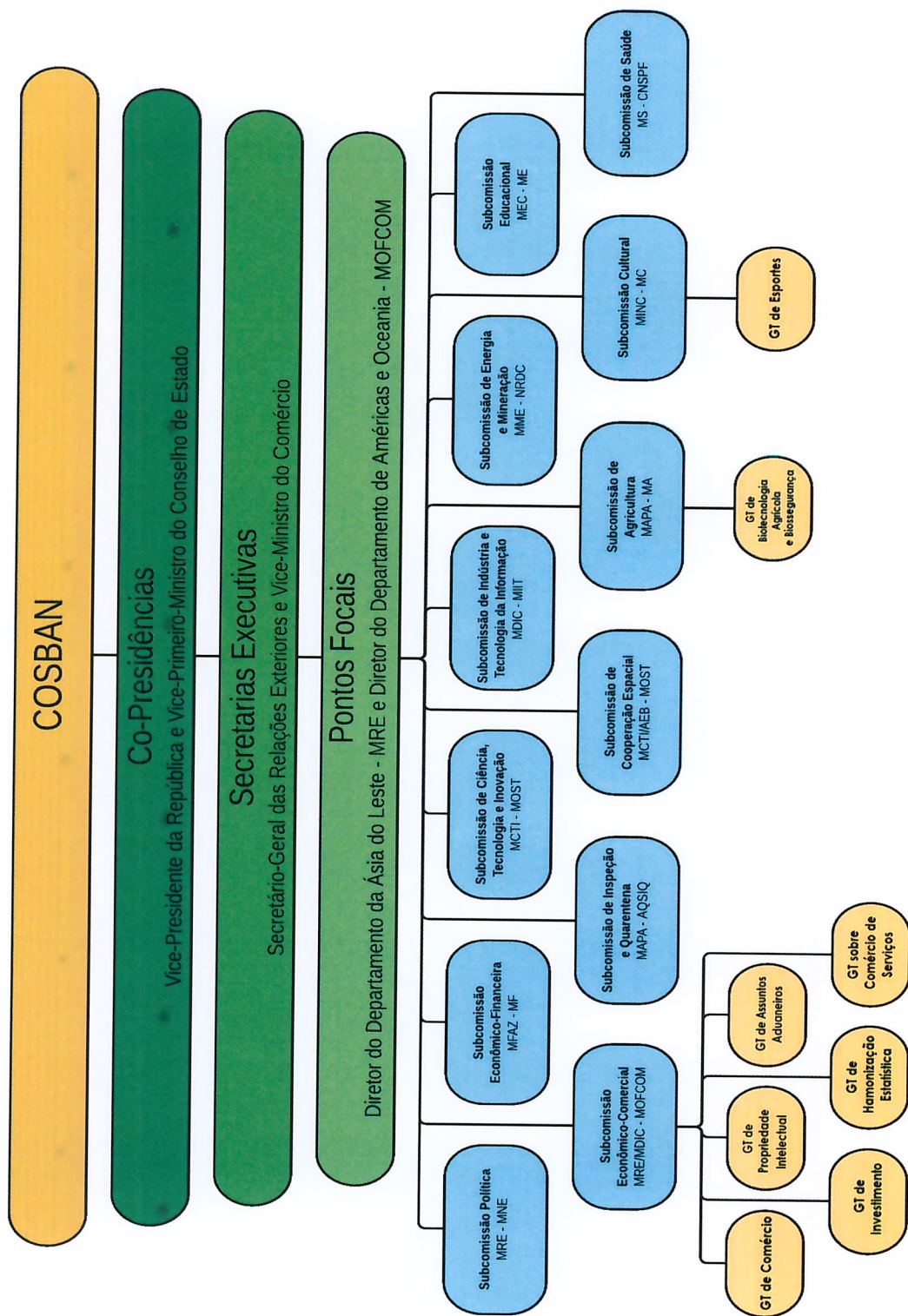
Segundo o documento "Estrutura e Mecanismo de Funcionamento da COSBAN", aprovado na I COSBAN (Pequim, março/2006), e o Plano de Ação Conjunta 2015-2021, as sessões plenárias devem ocorrer a cada dois anos, alternadamente em cada país, ao passo que as subcomissões devem reunir-se anualmente.

A COSBAN reuniu-se quatro vezes: em 2006 (Pequim), 2012 (Brasília), 2013 (Cantão) e 2015 (Brasília).

A IV COSBAN ocorreu em Brasília, em 26 de junho de 2015, durante a visita do vice-primeiro-ministro Wang Yang. Entre os resultados da reunião, destacam-se o anúncio da criação do Fundo Brasil-China de Cooperação para a Expansão da Capacidade Produtiva e da Subcomissão de Saúde. O Fundo, no valor de US\$ 20 bilhões (US\$ 15 bilhões advindos da parte chinesa e US\$ 5 bilhões aportados pelo Brasil), servirá para financiar projetos de infraestrutura no âmbito do Acordo-Quadro para o Desenvolvimento do Investimento e Cooperação em Capacidade Produtiva entre o Ministério do Planejamento (MPOG) e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC), assinado durante a visita do primeiro-ministro Li Keqiang (maio/2015).

A V COSBAN deverá ser realizada na China, em 2017.





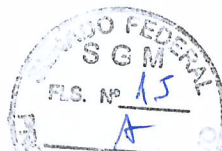
Legenda:

COSBAN – Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China
MOFCOM – Ministério do Comércio da RPC
MF – Ministério das Finanças da RPC
AQSIQ – Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena da RPC

MOST – Ministério da Ciência e Tecnologia da RPC
MIIT – Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da RPC
NRDC – Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da RPC
MA – Ministério da Agricultura da RPC
MC – Ministério da Cultura da RPC

ME – Ministério da Educação da RPC

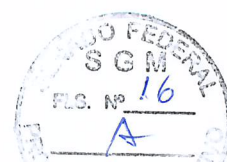
CNSPF – Comissão Nacional de Saúde e Planejamento Familiar da RPC



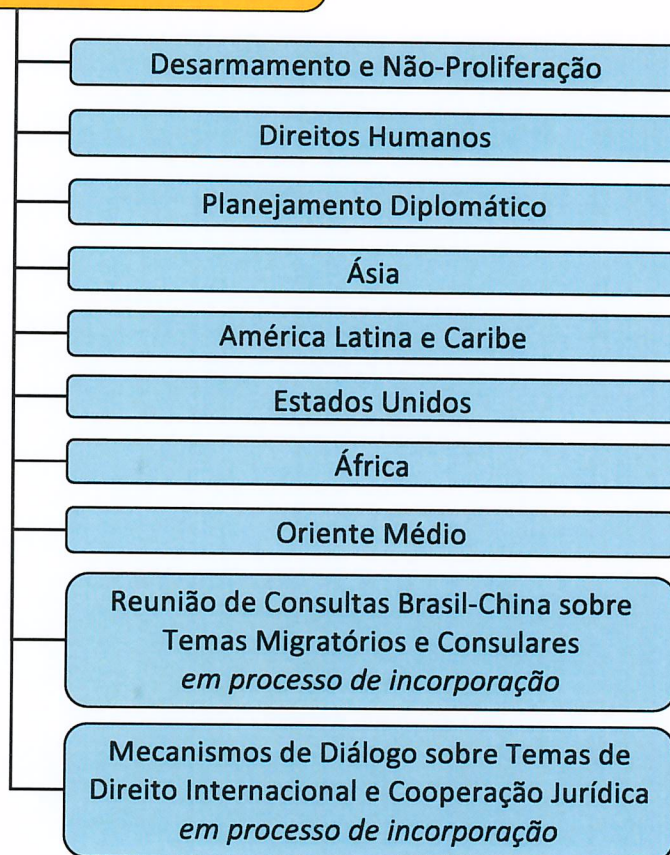
Diálogo Estratégico Global (DEG)

O Diálogo Estratégico Global (DEG) foi estabelecido durante a visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao, em junho de 2012, no contexto da elevação do relacionamento bilateral ao nível de Parceria Estratégica Global. No Comunicado Conjunto, os dois líderes assinalaram que essa decisão atestava o reconhecimento da crescente influência estratégica e global dos dois países, cuja cooperação será cada vez mais abrangente, numa conjuntura internacional marcada por mudanças profundas. Além disso, na ocasião, ficou acordada a periodicidade anual das sessões do DEG, alternadamente em cada país. O artigo 4.3.1 do Plano de Ação Conjunta 2015-2021 confirmou a regra da anualidade das reuniões do DEG. Previamente a cada sessão do DEG, devem ser realizadas reuniões dos diálogos setoriais. Atualmente, o DEG conta com oito diálogos setoriais: desarmamento e não-proliferação; direitos humanos; planejamento diplomático; Ásia; América Latina e Caribe; Estados Unidos; África; e Oriente Médio.

A I Sessão do Diálogo Estratégico Global (DEG) ocorreu em Brasília, em 25 de abril de 2014, durante a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros, Wang Yi.



Diálogo Estratégico Global
Ministério das Relações Exteriores e Ministério dos
Negócios Estrangeiros

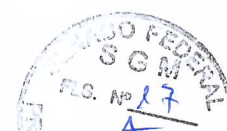


Plano de Ação Conjunta 2015-2021

O Plano de Ação Conjunta 2015-2021 (PAC) foi assinado durante a visita do primeiro-ministro Li Keqiang (maio/2015) e sucede o PAC 2010-2014, que fora lançado na visita do então presidente Hu Jintao (abril/2010) e cuja atualização foi decidida durante a visita do presidente Xi Jinping (julho/2014).

Do mesmo modo que seu antecessor, o PAC 2015-2021 define objetivos, metas e direções para a cooperação bilateral no período de 2015 a 2021, com vistas a ampliar e aprofundar a cooperação bilateral em todas as suas dimensões – bilateral, plurilateral e multilateral –, com propósitos específicos para o Diálogo Estratégico Global (DEG) e para as onze Subcomissões da COSBAN, mecanismo responsável pelo monitoramento da implementação do PAC.

O PAC 2015-2021 distingue-se do Plano Decenal de Cooperação 2012-2021, pelo fato de ser mais abrangente. O Plano Decenal concentra-se em cinco áreas prioritárias das relações bilaterais, enquanto o PAC define parâmetros para o diálogo



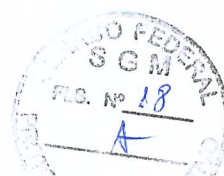
bilateral em todas as áreas de cooperação. Além disso, o PAC 2015-2021 reforça a estrutura da COSBAN e do DEG e determina que a sua implementação é responsabilidade da COSBAN.

A nova vigência do PAC - até 2021 - coincide com o Plano Decenal de Cooperação; desse modo, em 2021, os dois documentos passarão conjuntamente por revisão.

Plano Decenal de Cooperação 2012-2021

O Plano Decenal de Cooperação 2012-2021 foi assinado durante a visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil, em junho de 2012. O Plano Decenal estabelece metas e diretrizes para o relacionamento bilateral em cinco áreas prioritárias:

- ✓ Ciência, tecnologia, inovação e cooperação espacial;
- ✓ Energia, mineração, infraestrutura e transporte;
- ✓ Investimentos e cooperação industrial e financeira;
- ✓ Cooperação econômica e comercial; e
- ✓ Cooperação cultural e intercâmbio entre as duas sociedades.



COOPERAÇÃO BILATERAL

Comércio

Em 2009, a China passou a figurar não apenas como maior mercado comprador das exportações brasileiras, mas também como maior parceiro comercial do Brasil, ultrapassando os EUA, pelo critério de corrente de comércio. Em 2012, a China tornou-se também o principal fornecedor de produtos importados pelo Brasil, novamente superando os EUA, o que se manteve nos anos seguintes.

O intercâmbio comercial bilateral em 2015 foi de US\$ 66,3 bilhões (queda de 15 % em relação a 2014, quando o total do comércio chegou a US\$ 77,9 bilhões), com superávit brasileiro de US\$ 4,9 bilhões (aumento de 49 % em relação a 2014, quando o superávit foi de US\$ 3,27 bilhões). As exportações atingiram US\$ 35,6 bilhões. As exportações de soja, minério de ferro e óleos brutos de petróleo, somadas, representaram 75 % do total exportado para o país asiático. Do lado das importações, as compras somaram US\$ 30,7 bilhões. As compras de máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, somados, corresponderam a cerca de 49 % do montante das importações.

De janeiro a maio de 2016, a corrente de comércio Brasil-China totalizou US\$ 24,9 bilhões, o que representa queda de 12% em relação ao mesmo período no ano passado. As exportações brasileiras cresceram 14% (US\$ 15,7 bilhões), enquanto as importações oriundas da China tiveram redução de 36% (US\$ 9,2 bilhões). O resultado do comércio bilateral em 2016 é, até o momento, favorável ao Brasil, que registrou saldo de US\$ 6,4 bilhões. Recorda-se que de janeiro a maio de 2015, o país teve déficit na balança comercial com a China. Cabe ressaltar que, nos primeiros cinco meses de 2016, mais da metade das exportações totais do Brasil foram de soja (53,4%), seguidas pelos embarques de minério de ferro (14,7%) e dos óleos brutos de petróleo (8%), evidenciando o padrão concentrado da pauta brasileira.

O intercâmbio com a China saltou de US\$ 2,3 bilhões, em 2000 (quando o país respondia por, apenas, 2,1% do comércio total brasileiro), para o valor já apontado de US\$ 66,3 bilhões em 2015. No período de 2000 a 2015, o superávit acumulado pelo Brasil no comércio com a China foi de US\$ 47,6 bilhões.

A notável trajetória do comércio bilateral com a China está diretamente associada à valorização dos produtos básicos, notadamente, os complexos da soja, minérios e petróleo. A participação desses três produtos no total exportado para o



mercado chinês foi de 61,5%, em 2002; 76,7%, em 2009; 83,6%, em 2010; 85,0%, em 2011; 82,8% em 2012; 81% em 2013; 79,4% em 2014; e 75 % em 2015.

Relações empresariais Brasil-China

O Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC) é instância que congrega as principais empresas envolvidas na relação bilateral e se dedica à promoção do diálogo entre representantes dos setores público e privado com o intuito de aperfeiçoar o ambiente de comércio e os investimentos entre os dois países. Criado, em 2004, juntamente com a COSBAN, com uma Seção brasileira e outra chinesa, é o principal canal institucional entre a Comissão de Alto Nível e o setor privado dos dois países. Nos últimos anos, o Conselho realizou uma série de mesas redondas com líderes de Governo, empresários e especialistas e reuniões bilaterais com a Seção Chinesa do Conselho. Foi feita a publicação de estudos sobre as relações empresariais Brasil-China, entre os quais pesquisa sobre investimentos chineses no Brasil e uma análise da presença brasileira na China.

Defesa comercial

Estão em vigor direitos *antidumping* provisórios ou definitivos sobre 50 produtos oriundos da China, de um total de 69 produtos de diversas origens que estão sujeitos a medidas de defesa comercial no Brasil.

Há, no Brasil, 18 processos de investigações *antidumping* em curso; 10 dessas investigações envolvem a China.

Embora as autoridades chinesas manifestem preocupação com o grande número de medidas aplicadas e investigações brasileiras contra a China, o diálogo técnico bilateral é bastante fluido.

Reconhecimento da China como economia de mercado

O governo brasileiro está ciente da complexidade da questão e da importância de que se realize avaliação cuidadosa do impacto que a implementação do reconhecimento da China como economia de mercado poderia ter sobre a economia brasileira. Consideramos essencial, nesse quadro, o diálogo com a indústria doméstica. A construção da posição brasileira sobre o tema constitui esforço conjunto do Itamaraty com os demais Ministérios integrantes da CAMEX, o setor privado e a sociedade civil.

É necessário buscar equilíbrio entre a dimensão econômica e política da questão. A China é, ao mesmo tempo, o principal parceiro comercial e o país objeto do maior número de medidas de defesa comercial do Brasil. Pela crescente

importância do país asiático na economia global, a adesão da China ao sistema multilateral de comércio, em 2001, deu significativa contribuição à liberalização e transparência no comércio internacional. Não se deve negligenciar, contudo, os desafios que a crescente participação chinesa nos fluxos de comércio tem criado para os demais membros da OMC.

O governo brasileiro está empenhado em encontrar solução que melhor concilie o interesse nacional com os compromissos assumidos na esfera bilateral e multilateral.

Investimentos

Investimentos chineses no Brasil

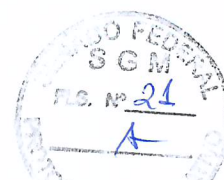
É possível identificar três fases nos investimentos da China no País. Inicialmente, os investimentos tinham por objetivo assegurar o fornecimento dos recursos naturais para atender à demanda provocada pelas altas taxas de crescimento da economia chinesa. Num segundo momento, o foco recaiu sobre o setor industrial para suprimento do mercado doméstico e como plataforma de exportação para a América Latina. Num terceiro momento, o capital chinês dirigiu-se para os setores financeiro e de infraestrutura, nas áreas de telecomunicações, produção e distribuição de energia e projetos ferroviários.

Empresas como BYD, JAC Motors, Sinotruk, Geely, Shineray, Chery, Foton, Great Wall, Shacman, Sany e XCGM anunciaram planos de expandir ou iniciar suas atividades no país, na produção de automóveis de passeio e pesados.

No setor de tecnologia da informação, a Lenovo consolida-se como líder nacional no mercado de computadores e mantém fábricas em diversos estados. A Baidu iniciou suas operações no país em 2014, mesmo ano em que adquiriu o site de vendas *online* de cupons de desconto (vendas em grupo) Peixe Urbano.

Investimentos brasileiros na China

Entre os setores objeto de investimentos brasileiros na China, destacam-se o aeronáutico (Embraer), mineração (Vale), alimentos (BRF e Marfrig) motores (Weg) e autopeças (Maxion, Marcopolo e Fras-le). Ademais, os grupos Gerdau (siderurgia) e Suzano (papel e celulose), bem como o Banco do Brasil, o Banco Itaú-BBA, o BTG Pactual, a Tramontina (utilidades domésticas), a Soprano (metalurgia hidráulica), a Oxiten (solventes), o Grupo Riachuelo (vestuário) e a empresa Caloi (bicicletas) contam com escritórios comerciais naquele país.



A Embraer chegou à China em 2000, quando inaugurou escritório de representação em Pequim. Em 2002, foi criada, na cidade de Harbin (província de Heilongjiang), a Harbin Embraer Aircraft Industry Company, Ltd., *joint venture* estabelecida entre a Embraer e as empresas chinesas Harbin Aircraft Industry Group Co e Hafei Aviation Industry Co, destinada à montagem final dos jatos regionais da família ERJ-145 para o mercado chinês. Em junho de 2010, devido à crescente base de clientes, a Embraer estabeleceu a primeira subsidiária integral na China, a Embraer (China) Aircraft Technical Services Co., Ltd., focada em suporte pós-vendas. Durante a visita do então primeiro-ministro da China, Wen Jiabao, ao Brasil para a Conferência Rio+20, a Embraer S.A. e a Aviation Industry Corporation of China (AVIC) assinaram acordo para a fabricação, na China, dos jatos executivos Legacy 600/650, usando infraestrutura, recursos financeiros e mão-de-obra da *joint venture* iniciada em 2002.

Por ocasião da visita de Estado do presidente Xi Jinping ao Brasil, em julho de 2014, a Embraer assinou contrato de venda de 60 aeronaves da família EMB-190, com o anúncio de aprovação governamental pela parte chinesa.

A montagem de jatos executivos Legacy 650 pela *joint venture*, embora industrialmente bem sucedida, foi encerrada em junho de 2016, devido à estrutura de tributação vigente, dado que o tratamento fiscal concedido originalmente à linha do Embraer ERJ-145 não foi estendido à produção dos jatos executivos Legacy 650.

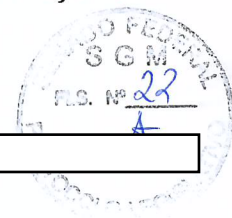
No que se refere ao setor de alimentos processados, há perspectivas animadoras de expansão da presença de empresas brasileiras como a BRF e a Marfrig.

Em 2012, a Votorantim Cimentos deu início a novos negócios na China. A Votorantim assumiu o controle dos ativos da cimenteira portuguesa Cimpor, que conta com cinco fábricas na China, com capacidade anual de produção de 6 milhões de toneladas de cimento.

Por sua vez, a Marcopolo está dando sequência às tratativas para a instalação de fábrica na Zona de Processamento de Exportações de Changzhou, com capital 100% brasileiro, voltada exclusivamente para terceiros mercados.

Agronegócio

As exportações brasileiras para a China são dominadas, em grande medida, por produtos de base, sobretudo agrícolas. Só o complexo soja respondeu, em 2015, por 44,3% das exportações brasileiras, que, em valores, representam US\$ 15,8 bilhões (FOB). Nesse mesmo período, exportamos US\$ 754,5 milhões em açúcar



(2,12%); US\$ 607,6 em carne de aves (1,71%); e US\$ 476,4 em carne bovina (1,34%).

A demanda chinesa por produtos do agronegócio é questão de interesse estratégico nacional, que subsidia e orienta decisões políticas, econômicas e de investimentos no exterior, inclusive em infraestrutura. Há amplo espaço de convergência entre nossos interesses e os chineses, mas há também necessidade de trabalhar em áreas de menor coincidência, como, por exemplo, o esquema de escalada tarifária que incide em produtos de maior valor agregado. Essa política não se limita à soja, onde o conflito de interesses é mais evidente, mas abrange também o café e diversos outros setores.

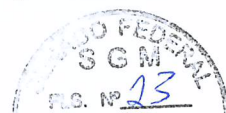
De modo geral, é lícito dizer que é grande o potencial para o incremento das exportações do agronegócio brasileiro ao mercado chinês, que deverá continuar a caracterizar-se por um aumento da demanda interna, em linha com as perspectivas de ampliação do mercado consumidor doméstico e de crescente diversificação e sofisticação das preferências dos consumidores. Nesse sentido, será importante consolidar a imagem do Brasil de produtor de qualidade e confiabilidade, fatores fundamentais para atender a preocupação chinesa com segurança alimentar, tema altamente sensível àquele país.

Cooperação financeira

A abertura recíproca de agências bancárias é favorecida pelo Memorando de Entendimento entre o Banco Central do Brasil e a “China Banking Regulatory Commission” (CBRC), assinado em junho de 2012, com o objetivo de: i) aprimorar o intercâmbio de informações relacionadas à fiscalização de instituições financeiras; e ii) aumentar a cooperação entre os dois órgãos em matéria de supervisão bancária.

O instrumento fortalece a supervisão global consolidada de dependências e de subsidiárias de bancos com atuação nos dois países, o que estimula a ampliação da presença recíproca de instituições bancárias.

Até o momento, quatro bancos chineses ingressaram no Brasil. O Banco da China Brasil, subsidiária do “Bank of China”, em 2009, e o “Industrial and Commercial Bank of China” – ICBC, em 2012, obtiveram autorização para funcionamento como bancos múltiplos. Em novembro de 2013, foi anunciada a compra do brasileiro BicBanco pelo Banco de Construção da China. Além das instituições operando como banco múltiplo, em fevereiro de 2013, o Banco de Desenvolvimento da China inaugurou escritório no Rio de Janeiro, para atuação no financiamento a projetos. Em 2015, o banco Haitong — o segundo banco privado de



investimentos da China — adquiriu o banco Espírito Santo e passou a operar no Brasil. Encontra-se sob análise do Banco Central do Brasil o controle acionário do Banco BBM pelo Banco de Comunicações da China. O Banco de Agricultura da China também tem demonstrado interesse de operar no País.

Por sua vez, em maio de 2014, o Banco do Brasil inaugurou, em Xangai, a primeira agência de um banco latino-americano no país. Já o Banco Itaú BBA mantém um escritório de representação na China, desde 2005.

Durante a visita do primeiro-ministro Li Keqiang (maio/2015), foi assinado o Memorando de Entendimento entre a Caixa Econômica Federal (CEF) e o Industrial and Commercial Bank of China (ICBC). Sua finalidade é estabelecer critérios para a implementação conjunta de projetos que ofereçam suporte — por meio de crédito, arranjos de financiamento e fundos de investimento — para promoção dos investimentos e a criação de oportunidades de negócios entre o Brasil e a China.

Por ocasião de encontro entre a presidente da República e o primeiro-ministro Wen Jiabao (Rio de Janeiro, 21/6/2012), foi anunciado o estabelecimento de mecanismo de swap cambial entre o Brasil e a China, no valor máximo de R\$60 bilhões/CNY 190 bilhões. O acordo de swap, que vigorou por três anos, foi assinado em março de 2013, às margens da Cúpula do BRICS. Durante sua vigência, o acordo nunca foi acionado.

O acordo visa dar continuidade ao comércio bilateral em cenário de crise; em caso de escassez de crédito no mercado internacional, o acordo permitirá que Brasil e China sigam oferecendo linhas de financiamento a empresas em suas respectivas moedas para sustentar o comércio bilateral. O acordo de swap cambial com o Brasil e outros países constitui um dos instrumentos de apoio à internacionalização do renminbi (RMB).

Cooperação parlamentar

No lado brasileiro, coexistem dois grupos parlamentares de amizade Brasil-China. A seção na Câmara dos Deputados foi criada em 1993; a seção no Senado, em 2004. O atual presidente da seção brasileira do Grupo Parlamentar no Senado, que conta com 43 membros, é o senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA). Na seção da Câmara, o presidente é o deputado federal Herculano Passos (PSD/SP). Além desses mecanismos, a diplomacia parlamentar é também desenvolvida por vertentes temáticas. Parlamentares ou representantes de comissões específicas têm procurado a China como fonte de informações e de modelos de políticas públicas, em áreas como mudança do clima, agricultura, investimentos em infraestrutura, entre outras. A ida de

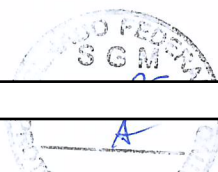
delegação da Comissão do Esporte (CESPO) da Câmara dos Deputados a Pequim, em outubro de 2015, para avaliar o legado dos Jogos Olímpicos de 2008, constitui exemplo desse intercâmbio de experiências.

Como em outras áreas das relações bilaterais, há progressiva institucionalização das relações entre os parlamentos do Brasil e da China. Em 2006, o então presidente da Câmara, deputado Aldo Rebelo (PCdoB/SP), assinou protocolo para a criação de Mecanismo de Cooperação Parlamentar entre a Câmara dos Deputados e a Assembleia Popular da China. O Plano de Ação Conjunta 2010-2014 estabeleceu o Mecanismo de Intercâmbio Parlamentar Brasil-China. A primeira reunião bilateral do referido Mecanismo teve lugar em Pequim, em junho de 2012, durante visita oficial do então presidente da Câmara, deputado Marco Maia (PT/RS), à China.

O Poder Legislativo federal tem apresentado crescente interesse nos desenvolvimentos e desafios das relações sino-brasileiras. Em abril de 2014, no contexto das comemorações do 40º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre Brasil e China, delegação liderada pelo então presidente da Câmara, deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB/RN), realizou visita oficial à China. A missão foi recebida pelo presidente Xi Jinping, pelo presidente da Assembleia Nacional Popular, Zhang Dejiang, e pelo secretário do Partido Comunista em Pequim e membro do Politburo do Partido Comunista Chinês (PCC), Guo Jinlong. Na ocasião, foi realizada a segunda reunião do Mecanismo de Intercâmbio Parlamentar Brasil-China. Além dos encontros com autoridades, a delegação brasileira visitou projetos de mobilidade urbana e trocou informações a respeito da organização dos Jogos Olímpicos de Pequim. Em maio de 2014, delegação do senado, presidida pelo Senador Flexa Ribeiro, visitou a China, quando também foram debatidos projetos ferroviários e de mobilidade urbana.

Em sua visita de estado ao Brasil, em julho de 2014, o presidente Xi Jinping realizou discurso em sessão conjunta da Câmara e do Senado Federal. O primeiro-ministro Li Keqiang, durante sua visita ao Brasil, em maio de 2015, manteve encontros com os presidentes do Senado e da Câmara.

Em 10 de março de 2016, por meio de Requerimentos da senadora Gleisi Hoffman (PT/PR) e do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado convocou Audiência Pública para avaliar os impactos de desdobramentos recentes da economia chinesa sobre os países emergentes e para debater os acordos firmados recentemente entre o Brasil e a China. Foram convidados o então subsecretário de Assuntos Políticos II do Itamaraty,



embaixador José Alfredo Graça Lima, o presidente emérito do Centro Empresarial Brasil-China (CEBC), embaixador Sérgio Amaral, a sócia-diretora da Vallya Negócios, Larissa Wachholtz, e o presidente da AGN Participações, Roger Agnelli. A Audiência contou com expressiva participação de senadores e da sociedade civil e possibilitou debate dos desafios e oportunidades nas relações bilaterais.

Ciência, tecnologia & inovação

A cooperação em ciência, tecnologia e inovação é vertente fundamental da cooperação entre Brasil e China. Recentemente, as áreas de maior dinamismo são a cooperação em parques tecnológicos, biotecnologia, ciências agrárias, nanotecnologia, neurociências, energias renováveis, mudança do clima e bambu.

A cooperação em parques tecnológicos é área de crescente atividade nas relações bilaterais. Em 2015, foi assinado Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Parques Tecnológicos. Como resultado do Memorando, está prevista a participação de pesquisadores brasileiros em programas de estudos de pós-doutorado, por um ano, na área de gestão de parques tecnológicos, naquele país.

Institutos bilaterais de pesquisa especializada garantem a continuidade da cooperação bilateral, como o Centro Brasil-China de Biotecnologia; o Labex-China, coordenado pela Embrapa; o Centro Brasil-China de Pesquisa e Inovação em Nanotecnologia; e o Centro China - Brasil de Mudança Climática e Tecnologias Inovadoras para Energia.

Celebrado em 2012, o Plano Decenal Brasil-China estabelece como prioritária a cooperação em inovação e atividades conjuntas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em nanotecnologia, biotecnologia, energias limpas e renováveis, indústrias criativas e tecnologias da informação e das comunicações (TICs). O Plano Decenal foi posteriormente reforçado pelo Plano de Ação Conjunta Brasil-China 2015-2021, assinado em 19 de maio de 2015. O Plano de Ação traz extensa seção sobre CT&I com o objetivo de demarcar as ações de cooperação bilateral nesse campo e de redirecionar a política bilateral de cooperação em CT&I para investimentos na produção.

Cooperação espacial

O Programa CBERS ("China-Brazil Earth Resources Satellite"), estabelecido em 1988, já produziu cinco satélites: CBERS 1 (1999), CBERS 2A (2003), CBERS 2B (2007), CBERS 3 (2013) e CBERS 4 (2014). Com a falha de lançamento do CBERS 3, em dezembro de 2013, os dois países aceleraram a

montagem do CBERS 4, que foi lançado em 7 de dezembro de 2014 e se encontra plenamente operacional, gerando imagens utilizadas no monitoramento agrícola, florestal e ambiental. O CBERS 3 e o CBERS 4 foram os primeiros satélites do projeto que contaram com 50% de componentes brasileiros.

Durante a visita do primeiro-ministro Li Keqiang (maio de 2015), foi assinado protocolo complementar que prevê a construção do CBERS-4A. O texto está em processo de internalização no ordenamento jurídico brasileiro.

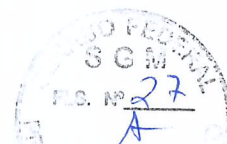
Com a assinatura do Plano Decenal Sino-Brasileiro de Cooperação Espacial, também na III COSBAN, os dois países reafirmaram seu compromisso com a continuidade e o aprofundamento dessa cooperação. O Plano Decenal representa iniciativa inédita entre países em desenvolvimento e cria condições para que o setor espacial brasileiro atinja novo patamar tecnológico por meio de atividades de desenvolvimento conjunto e de transferência de tecnologia.

Como resultado do Acordo de Cooperação para pesquisas em clima espacial entre o INPE e o Centro Nacional de Ciências Espaciais (NSCC), de agosto de 2014, foi estabelecido o Laboratório Sino-Brasileiro de Clima Espacial, localizado em São José dos Campos, tema no qual o Brasil é referência internacional.

Energia e mineração

A China é o primeiro consumidor e produtor mundial de energia, o maior importador líquido de petróleo e o maior produtor, consumidor e importador mundial de carvão. Na área de energias renováveis, os números chineses são igualmente significativos. O país ocupa a primeira posição mundial em capacidade instalada em energia hidrelétrica, a segunda posição em energia eólica e caminha para superar a Alemanha em matéria de energia solar até 2020. Entretanto, chama a atenção o fato de o suprimento energético chinês ser dependente, em cerca de 90%, de combustíveis fósseis, sobretudo carvão. Em 2013, 66% da energia consumida na China foi proveniente do carvão, 18,4% do petróleo, 5,8% do gás natural, 1% nuclear (1%) e 9,8% de fontes renováveis: hidroeleticidade (7,2%), eólica (1,51%), solar (0,08%) e biomassa (0,02%).

Sobressai, no relacionamento bilateral, a crescente participação chinesa em investimentos no setor de energia do Brasil. Em outubro de 2013, consórcio formado pelas empresas chinesas CNPC (PetroChina) e CNOOC, em parceria com Petrobras, Shell e Total, foi o vencedor do primeiro leilão do pré-sal sob o regime de partilha de produção. As empresas chinesas terão, cada uma, participação de 10% no consórcio, cujo bônus de assinatura é de R\$15 bilhões.



Em 1º de abril de 2015, a Petrobras e o Banco de Desenvolvimento da China (CDB) assinaram contrato de financiamento no valor US\$ 3,5 bilhões para a companhia brasileira. Em maio do mesmo ano, foram também firmados: a) Acordo-quadro de cooperação entre o Banco de Desenvolvimento da China e a Petrobras sobre financiamento de US\$ 5 bilhões; e b) Acordo-quadro entre o EXIM chinês e a Petrobras, no valor de US\$ 2 bilhões.

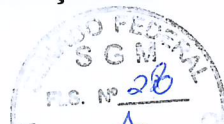
A Sinopec, a segunda maior companhia petroleira da China adquiriu, em 2010, 40% da Repsol no Brasil, pelo valor de US\$ 7,1 bilhões. Mais recentemente, a empresa comprou 30% da Petrogal Brasil por US\$ 3,5 bilhões, ingressando na exploração do pré-sal, onde já produz petróleo no Campo de Lula. A companhia também atuou na construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene), com financiamento do Banco de Desenvolvimento da China (China Development Bank) – CDB, que financiou, ainda, a construção da termelétrica de Candiota. A Sinopec adquiriu, ainda, participação em projeto para, em parceria com a Petrobras, explorar petróleo em campos na Foz do Amazonas, na bacia do Pará-Maranhão.

A Sinochem, estatal que outrora deteve monopólio do comércio de petróleo, comprou da Statoil, em 2010, 40% do Campo de Peregrino (Bacia de Campos), ao preço de USD 3,07 bilhões, e da francesa Perenco, em 2012, 10% de participação em cinco campos na bacia do Espírito Santo, três dos quais já devolvidos à ANP e dois ainda em fase de exploração.

O volume de investimentos chineses destaca-se, igualmente, nos setores de geração e de transmissão de energia no Brasil. Em leilão de 29 usinas, em novembro de 2015, as UHEs Jupia e Ilha solteira foram arrematadas pela "China Three Gorges Corporation" (CTG). A empresa pagou ao Governo bônus de outorga no valor de R\$ 13,8 bilhões pela concessão de 30 anos das usinas, o que correspondeu a 81% da arrecadação total do leilão.

Após vencer, em consórcio com a Copel, licitação da ANEEL em março de 2012, a State Grid deverá investir na construção de linhas de transmissão para escoar a produção da hidrelétrica de Teles Pires (Mato Grosso) e tornar-se a quarta empresa no mercado brasileiro de transmissão elétrica, com 6133 km de linhas. A empresa domina tecnologias de ultra-alta tensão e, em consórcio com a Eletrobrás, venceu o leilão para o primeiro e o segundo trechos da linha de transmissão de Belo Monte, em investimento de US\$ 13 bilhões.

No contexto da visita do primeiro-ministro Li Keqiang ao Brasil, em maio de 2015, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Promoção de Comércio e Investimentos entre a Agência Brasileira de Promoção das



Exportações e Investimentos (APEX) e a gigante chinesa BYD Energy, a fim de formalizar o investimento de R\$ 150 milhões para instalação de fábrica de painéis solares fotovoltaicos no Brasil.

A Subcomissão de Energia e Mineração da COSBAN, co-presidida pelo Ministério de Minas e Energia do Brasil e pela Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC) da China, é atualmente o principal mecanismo de coordenação bilateral em matéria de energia. Desde a última reunião da Subcomissão, em 2013, houve registro de avanços em vários temas tratados no âmbito da Subcomissão, entre eles, a assinatura, em 2014, de Acordo de Cooperação entre a Companhia de Pesquisas em Recursos Minerais do Brasil (CPRM) e o Serviço Geológico da China; além da assinatura, em maio de 2015, de Acordo de cooperação em matéria nuclear, entre a "China National Nuclear Corporation" (CNNC) e a Eletrobrás/Eletronuclear.

Cultura

Há diversas iniciativas bilaterais no âmbito cultural. Com o objetivo de ampliar a difusão internacional do teatro brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores lançou o Projeto Nova Dramaturgia Brasileira, em parceria com o Ministério da Cultura e a Associação Cena Brasil Internacional. A estratégia do projeto é publicar, em diversos idiomas, coletânea de obras de dramaturgos brasileiros contemporâneos e realizar, em paralelo, de leituras dramáticas das obras. A edição em mandarim da coletânea foi lançada em 2015.

Para difundir a língua portuguesa na China, o governo brasileiro mantém programa de Leitorado (professores universitários de língua portuguesa e cultura brasileira) em universidades chinesas. Ao mesmo tempo, é estimulada a participação de artistas nacionais em programas de residência artística e de profissionais brasileiros em eventos tais como o Festival de Cinema de Xangai (em parceria com a Ancine).

Em junho de 2012, Brasil e China assinaram memorando de entendimento prevendo a eventual instalação recíproca de centros culturais.

Educação

Com a adoção do Plano de Ação Conjunta Brasil-China (PAC) 2010-2014, em abril de 2010, e do Plano Decenal de Cooperação, em junho de 2012, foram definidas metas concretas e orientações para a cooperação educacional bilateral. Entre os pontos que merecem destaque está o oferecimento, pelo lado chinês, de 22

bolsas de estudo governamentais por ano para estudantes brasileiros durante a vigência do plano e a confirmação pelo lado brasileiro de que forneceria bolsas de estudo para estudantes chineses em reciprocidade.

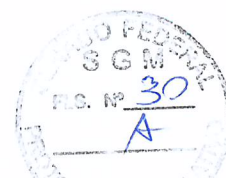
Mais recentemente, a cooperação educacional tem ganhado vulto com iniciativas de universidades de ambos os países, em busca de estreitar laços com instituições de ensino estrangeiras, e com a abertura de Institutos Confúcio no Brasil. Até o momento, já foram abertas dez unidades do Instituto Confúcio no Brasil: Universidade Estadual Paulista (UNESP, 2008); Universidade de Brasília (UnB, 2009); Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, 2011); Fundação Armando Alvares Penteado de São Paulo (FAAP, 2012); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2012); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2013); Universidade de Pernambuco (UPE, 2013); Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP, 2015); Universidade Estadual do Pará (UEPA, 2015) e Universidade Federal do Ceará (UFC, 2015).

Em 2014, durante a visita do presidente Xi Jinping, assinou-se o Memorando de Entendimento Relativo à Aprendizagem de Mandarim no Brasil. O programa "Idioma sem Fronteiras" (IsF), voltado à capacitação dos estudantes brasileiros em idiomas estrangeiros, incluiu, desde seu lançamento, o mandarim como um dos idiomas contemplados.

Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

Por ocasião da visita do então primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil, em junho de 2012, firmou-se o Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação, o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e o Ministério da Educação chinês para a implementação do Programa Ciência sem Fronteiras na China. Com base no memorando, foram concedidas 296 bolsas do CsF para brasileiros estudarem em universidades da China. Ao contrário do que ocorreu em outros países, onde os estudantes fizeram cursos em inglês, os bolsistas selecionados para a China fizeram seus estudos em mandarim.

Durante a visita do presidente Xi Jinping, foi assinado memorando de entendimento com vistas à oferta de estágios a estudantes do CsF na China. Diversas empresas demonstraram interesse em oferecer vagas aos estudantes brasileiros do CsF.



Esportes

A cooperação em esportes é tratada no âmbito da COSBAN, mais especificamente por meio do Grupo de Trabalho de Esportes da Subcomissão Cultural, que foi criado em maio de 2012. A parte brasileira convidou a China a colaborar na construção de grandes eventos esportivos no Brasil. O Governo chinês demonstrou interesse em cooperar com o Brasil para a realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O Brasil tem colaborado para a qualificação e a popularização do futebol na China e tem buscado aproveitar a experiência chinesa em esportes de alto rendimento, recebendo técnicos e especialistas.

Durante a visita ao Brasil do primeiro-ministro da China, Li Keqiang, em maio de 2015, foi firmado o "Memorando de Entendimento para Cooperação Esportiva entre o Ministério do Esporte e o Ministério do Comércio da China".

Pequim será a sede dos Jogos Olímpicos de Inverno, em 2022.

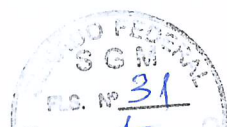
Saúde e temas sociais

Na área de saúde, a partir de entendimentos alcançados por ocasião da visita a Pequim do então ministro da Saúde José Gomes Temporão, em 2009, Brasil e China assinaram o Plano de Ação Conjunta de Saúde, em 2011, que estabeleceu o controle de doenças infecciosas como uma das áreas prioritárias da cooperação bilateral em saúde. Em maio de 2015, durante a visita do primeiro-ministro Li Keqiang, foi criada a Subcomissão de Saúde da COSBAN.

O vice-ministro da Comissão Nacional de Saúde e Planejamento Familiar da China, Sr. Sun Zhigang, realizou visita ao Brasil, em novembro/dezembro de 2014, para conhecer a experiência brasileira na provisão de serviços de saúde.

A parte chinesa tem participado do Seminário Internacional "Políticas Sociais para o Desenvolvimento", que vem sendo organizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário desde 2012, com o objetivo de proporcionar uma visão ampla das estratégias e políticas de desenvolvimento social brasileiras a representantes de governos estrangeiros. A China participou da IV, IX e XI edições do Seminário, realizadas, respectivamente, em agosto de 2012; abril de 2014; e maio de 2016. Durante o IX Seminário, os dois lados repassaram a cooperação bilateral e estudaram as possibilidades de futuros projetos e de renovação de Memorando de Entendimento, que expirou em 2014 e ainda não foi renovado.

Em 2011, durante a visita da presidente Dilma Rousseff à China, foi criado o "Grupo de Trabalho sobre Temas Sociais e Combate à Pobreza", sob a coordenação



do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, pelo lado brasileiro, e do Gabinete de Políticas de Combate à Pobreza do Conselho de Estado, pelo lado chinês.

Direitos Humanos

Brasil e China entendem que os direitos humanos são indivisíveis e atribuem igual importância à realização dos direitos civis e políticos e dos direitos econômicos, sociais e culturais, bem como do direito ao desenvolvimento. Advogam diálogo construtivo e intercâmbios com base no respeito mútuo e na igualdade. Opõem-se ao uso do tema como ferramenta política contra determinados países, de forma seletiva.

Brasil e China têm dialogado, tanto no plano bilateral quanto em organismos multilaterais, acerca de diversos temas relativos aos direitos humanos, sobretudo em relação à promoção e à proteção de direitos econômicos, sociais e culturais.

A I Reunião do Diálogo Brasil-China sobre Direitos Humanos realizou-se em Brasília, em janeiro de 2015. O encontro propiciou melhor conhecimento sobre as áreas nas quais há potencial para cooperação.

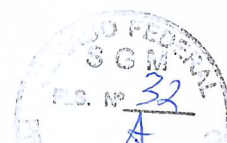
A II Reunião deverá ocorrer em Pequim, em data a ser acordada.

Defesa

As principais deliberações na área de defesa entre os dois países ocorrem no âmbito do Comitê Conjunto de Defesa Brasil-China, instituído em 2004.

O então ministro da Defesa Jaques Wagner participou, representando a Presidência da República, das comemorações alusivas ao 70º Aniversário do fim da Segunda Guerra Mundial na Ásia, ocorridas no período de 2 a 4 de setembro de 2015, em Pequim.

Na visita ao Brasil do primeiro-ministro Li Keqiang (maio/2015), foi assinada a "Declaração Conjunta entre o Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e a Administração Estatal de Ciência, Tecnologia e Indústria de Defesa (SASTIND) da República Popular da China relativa à área de sensoriamento remoto, telecomunicações e tecnologia da informação". Por sua vez, na visita do presidente Xi Jinping (julho/2014), o Ministério da Defesa e a SASTIND assinaram o "Protocolo Complementar ao Acordo de Cooperação em Matéria de Defesa entre Brasil e China, na Área de Sensoriamento Remoto, Telecomunicações e Tecnologia da Informação".



Empréstimos e financiamentos oficiais

Não há registro de empréstimos ou financiamentos oficiais para o tomador soberano da China.

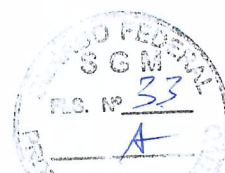
Assuntos consulares

A rede consular do Brasil em China corresponde aos Consulados-Gerais em Cantão, Hong Kong, Xangai e à Embaixada do Brasil em Pequim.

Não há Cônsules Honorários do Brasil na China.

Não foram realizados Consulados Itinerantes pelos Postos brasileiros localizados na China ao longo de 2015.

Há uma comunidade brasileira estimada em 16.160 nacionais na República Popular da China. Segundo dados de 2015, estima-se haver 6.500 brasileiros residindo na jurisdição do Consulado-Geral em Cantão, 760 na jurisdição do Consulado-Geral em Hong Kong, 8.000 na jurisdição do Consulado-Geral em Xangai e 900 na jurisdição da Embaixada do Brasil em Pequim.



AGENDA MULTILATERAL

BRICS

Atuação da China e coordenação Brasil-China no BRICS

Nota-se gradual evolução do pensamento chinês sobre o BRICS no sentido de que deixe de ser tão-somente um elemento de "soft balancing" na discussão da governança global – reforçada pela frustração da reforma das quotas no FMI –, para constituir elemento estratégico de sua inserção na economia mundial.

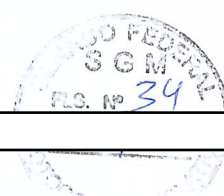
A China tem um peso econômico diferenciado no âmbito do BRICS. Seu PIB, com efeito, é maior do que a soma do produto dos outros quatro parceiros. Assimetria semelhante é observada no comércio intra-BRICS: a China é o maior ou segundo maior parceiro comercial, em volume total de comércio, de todos os demais membros do BRICS, os quais não figuram na lista dos cinco principais parceiros comerciais chineses. Há indicações de que cresce a importância do BRICS como instrumento para a promoção e a proteção dos interesses estratégicos globais da China.

O Brasil se coordena com a China sobre temas da agenda internacional no formato plurilateral do BRICS. Há duas reuniões anuais dos BRICS em nível de chefe de Estado: a cúpula do agrupamento e reunião informal de líderes à margem do G20. Os chanceleres dos BRICS reúnem-se, anualmente, em Nova York, à margem da abertura da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Resultados da VII Cúpula (Ufá, 8-9/7/2015)

Os resultados obtidos na Cúpula de Ufá, na Rússia, mostram um BRICS capaz de construir consensos em uma gama variada de assuntos, sem mudar o eixo prioritário de atuação do mecanismo na área econômico-financeira. Os consensos alcançados na VII Cúpula apontam um equilíbrio entre três vertentes de concentração de atividades:

- institucionalização: ratificação dos acordos constitutivos do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD) e do Arranjo Contingente de Reservas (ACR);
- ampliação do diálogo político intra-BRICS: coordenação sobre crises regionais e ameaças emergentes (terrorismo, drogas, segurança cibernética e riscos associados à migração);



- intensificação da cooperação econômica intra-BRICS: lançamento da "Estratégia para uma Parceria Econômica", roteiro para a diversificação e o aprofundamento das trocas comerciais e de investimento.

Além da assinatura dos acordos sobre a formação do NBD e do ACR, aprovou-se plano de ação para 2015, acordo de cooperação em cultura, memorando de entendimento sobre a criação de 'website' conjunto do BRICS e memorando de entendimento entre os bancos de desenvolvimento do BRICS sobre cooperação com o Novo Banco de Desenvolvimento. Em abril de 2016, o NBD aprovou seus primeiros projetos, todos na área de energia renovável. O Brasil receberá empréstimo de US\$ 300 milhões (via BNDES) para projetos em energia eólica.

A VIII Cúpula do BRICS será realizada em Goa, em 15 e 16 de outubro de 2016, sob o lema "Building responsive, inclusive & collective solutions". Além da Cúpula de Goa, será realizada reunião de chanceleres do BRICS em Nova York, à margem da AGNU, e reunião informal de líderes do BRICS à margem da Cúpula do G20, em Hangzhou.

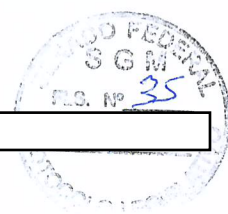
G-20

A China assumiu a presidência do G20 ao final de 2015 e propôs o tema "Towards an Innovative, Invigorated, Interconnected and Inclusive World Economy" como eixo central de trabalho de sua presidência *pro tempore*, que culmina com a realização da Cúpula de Hangzhou (4 e 5/09/2016).

Entre os princípios sugeridos pela presidência chinesa para os trabalhos até a próxima reunião de líderes, a parte brasileira reforça dois deles: 1) foco em resultados, o que garante que a cooperação no grupamento continuará a ter impactos concretos e positivos; e 2) construção de consensos, fundamental para preservar o G20 como um fórum onde todos os membros estão engajados no trabalho coletivo.

Como resultado do direcionamento dado pelo tema trazido pela China, o G20 tem realizado novo trabalho em economia digital, inovação e nova revolução industrial, visando a imprimir em seu trabalho nova perspectiva para o aumento de produtividade, com reflexos no crescimento global de médio e longo prazo. O Brasil vê com bons olhos a inclusão desse debate no Grupo.

Na temática sobre novas alternativas de crescimento global, a prioridade brasileira é explorar abordagens inovadoras para financiamentos de longo prazo no setor de infraestrutura. Nos debates sobre uma possível arquitetura internacional para investimentos, busca-se garantir a inovação nos modelos de acordo, sem que sejam estabelecidos princípios gerais prematuramente. Na área do comércio internacional,



por sua vez, tem-se reiterado a necessidade de que as discussões no agrupamento auxiliem o sistema multilateral de comércio. Por proposta da China, foi criado Grupo de Trabalho sobre Comércio e Investimento para conferir maior tratamento técnico e seguimento institucional ao assunto. O Brasil apoia a continuidade da cooperação em matéria tributária e no combate à corrupção. Defende, igualmente, proposta chinesa de que o G20 deva contribuir para a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em apoio aos esforços das Nações Unidas.

Banco Asiático de Infraestrutura e Investimento (AIIB)

O Brasil é um dos potenciais membros fundadores do Banco, em total de 57 países, sendo 21 desenvolvidos. O capital subscrito inicial do AIIB é de US\$ 100 bilhões, dos quais US\$ 20 bilhões serão integralizados e US\$ 80 bilhões, exigíveis.

Conforme os atuais termos do acordo constitutivo do AIIB, prevê-se contribuição de 3,18% do capital total pelo Brasil, o que o tornaria o nono membro (terceiro não regional) com maior poder de voto.

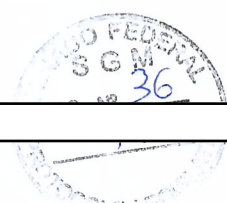
Até o final de 2016, o Brasil teria de concluir a ratificação do instrumento e pagar a primeira de cinco parcelas anuais de US\$ 127 milhões.

Mudança climática - BASIC

A China tem atuação destacada na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC). Brasil e China têm posições convergentes em diversos aspectos das negociações sobre mudança do clima, como mitigação, adaptação, financiamento e tecnologia.

O BASIC foi estabelecido em 2007, como grupo informal de coordenação entre Brasil, África do Sul, Índia e China, no contexto das negociações sob a UNFCCC e seu Protocolo de Quioto. O Grupo vem desempenhando papel de liderança na busca de convergências no âmbito do regime sobre mudança do clima e na construção de resposta global efetiva e justa para o aquecimento global. O diálogo no âmbito do BASIC é complementar à atuação dos países no G-77 e China.

A coordenação dos países do BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China) influenciou positivamente as negociações do Acordo de Paris. A adoção do Acordo de Paris pela 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) concluiu mandato estabelecido em 2011. O novo acordo, que contempla as posições elementares defendidas pelo Brasil ao longo da negociação, representa uma nova abordagem em comparação ao Protocolo de Quioto, que previa, no próprio tratado, obrigações de resultado na forma



de metas de redução de emissões de gases de efeito estufa para países desenvolvidos. O Acordo de Paris estabelece obrigações de conduta pelas quais países apresentarão regularmente ações nacionalmente determinadas de mitigação e adaptação à mudança do clima. O agregado desses esforços nacionais será periodicamente avaliado no âmbito do Acordo, de modo a averiguar se as ações previstas levarão ao objetivo do acordo de limitar o aumento da temperatura global a bem menos que 2° C acima dos níveis pré-industriais.

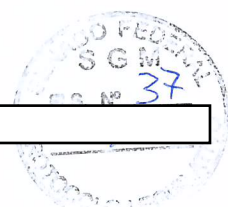
Além da coordenação entre negociadores e especialistas em mudança do clima no âmbito do BASIC, cabe destaque na relação bilateral para o Centro China–Brasil de Mudanças Climáticas e Tecnologias Inovadoras para Energia. Criado em janeiro de 2009 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pela Universidade de Tsinghua (principal instituição de ensino superior chinesa da área de tecnologia), o Centro China–Brasil é sediado em Pequim e mantém uma unidade na Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da UFRJ (COPPE/UFRJ). O Centro dedica-se a temas como biocombustíveis; captura e armazenamento de carbono; e energia eólica.

OMC e Rodada Doha

Ao aceder à OMC durante a Conferência Ministerial de Doha, em novembro de 2001, a China fez concessões importantes, que sugeriam esforço de abertura da economia chinesa. Para acomodar a situação chinesa, foi efetivamente criada no contexto das negociações da Rodada uma categoria especial de “Membros de Acesso Recente” (“RAMs”), que se beneficiam de tratamento diferenciado e dispensa de certos compromissos em negociação. Não obstante, o extraordinário dinamismo da economia chinesa e sua participação avassaladora no comércio internacional determinaram que, nos últimos anos, diversos países — Estados Unidos à frente — tenham passado a questionar o status de RAMs da China, sob o argumento de que não se pode tratar de “recente” uma acessão transcorrida há 14 anos. A China contra-argumenta que o conceito de RAMS não é temporal e sim de “nivelamento” de compromissos e declara possuir margem de manobra muito limitada para novas concessões, em particular em agricultura, mas também em acesso a mercados para bens industriais.

Coordenação Brasil-China sobre temas afetos à Rodada Doha

China e Brasil integram grupo reduzido de países que têm papel preponderante nas negociações da Rodada Doha. Ambos integram o G-20 Agrícola,



que serviu de foro de articulação para defender resultados nas negociações agrícolas que refletissem o nível de ambição do mandato das negociações da Rodada de Doha e os interesses dos países em desenvolvimento.

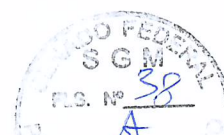
No caminho que levou aos resultados de Nairóbi, China e Brasil integraram o núcleo central de articulação (G-5 – Brasil, China, Estados Unidos, Índia e União Europeia). O diálogo Brasil-China foi fundamental, naquele contexto, para superar dificuldades nos temas agrícolas.

Organização das Nações Unidas

O governo brasileiro tem defendido ser preciso reformar as instituições de governança política global, de modo a refletir as realidades contemporâneas e a dotar essas instituições da capacidade de lidar com os desafios complexos da atual conjuntura. Nesse quadro, insere-se o tema da reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Somente com a ampliação do número de assentos em ambas as categorias de membros – permanentes e não-permanentes –, poderá ser sanado o déficit de representatividade do Conselho. A inclusão de países em desenvolvimento como membros permanentes é fundamental para o reforço da legitimidade de suas resoluções.

Conforme a Declaração Conjunta emitida por ocasião da visita do presidente Xi Jinping a Brasília, Brasil e China apoiam uma reforma abrangente das Nações Unidas, e afirmaram o entendimento de que a reforma do Conselho de Segurança deve priorizar o incremento da representação dos países em desenvolvimento. A China atribui grande importância à influência e ao papel que o Brasil exerce em assuntos regionais e internacionais e apoia a aspiração do Brasil de vir a desempenhar papel mais proeminente nas Nações Unidas.

O Diálogo Estratégico Global entre Brasil e China, estabelecido em 2012, tem servido como foro de discussão a respeito de temas relativos à ONU e de política internacional.



POLÍTICA INTERNA

O Estado chinês é composto por três grandes instituições paralelas:

- Partido Comunista da China (PCC);
- Assembleia Nacional Popular (ANP, ou Congresso Nacional Popular);
- Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC).

À Assembleia, estão formalmente submetidas as instâncias do Executivo chinês, como o Conselho de Estado e os Ministérios. A ANP é, desse modo, a instância máxima do governo chinês.

A CCPPC, por sua vez, apresenta-se na prática como órgão de assessoramento da cúpula partidária e governamental. Nela, estão representados o PCC, os outros partidos democráticos chineses, democratas sem filiação partidária, organizações populares, grupos étnicos compatriotas de Taiwan, Macau e Hong Kong, chineses que retornaram do exterior e indivíduos especialmente convidados.

Há oito partidos não comunistas na China: o Comitê Revolucionário do Partido Nacionalista da China; a Liga Democrática da China; a Associação da Construção Democrática da China; a Associação de Fomento da Democracia da China; o Partido Democrático Camponês e Operário da China; o Partido Zhi Gong; a Sociedade de Três de Setembro da China; e a Liga para Democracia e Autonomia de Taiwan.

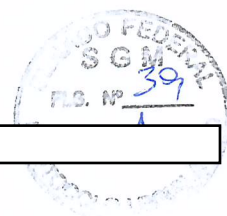
Em princípio, o PCC e o governo chinês são instituições paralelas e hierarquicamente equivalentes dentro do Estado chinês. A Constituição chinesa garante ao Partido a posição de liderança na República Popular da China (RPC), o que resulta em sua preeminência em relação às instituições governamentais. Nesse contexto, observa-se grande entrelaçamento de instâncias partidárias e governamentais.

Partido Comunista da China (PCC)

As principais instâncias do PCC são:

Congresso Nacional do PCC: o Congresso Nacional e o Comitê Central eleito por aquele são os órgãos de liderança supremos do Partido. Os Congressos respeitam a periodicidade anual de cinco anos.

Comitê Central do PCC: É responsável pelo gerenciamento partidário e pela representação do Partido no exterior entre uma sessão e outra do Congresso



Nacional do PCC. O Comitê reúne-se anualmente, ocasião da maior importância para identificar tendências da política local.

Politburo (Birô Político): Reúne a elite política do Partido e da RPC. É composto por 25 membros.

Comitê Permanente do Politburo: É a sede máxima do poder político na China. Conta com sete assentos.

Secretariado: É o órgão que supervisiona a administração cotidiana dos assuntos do Partido e do Politburo.

Comissão Militar Central (CMC): o Exército de Libertação Popular (ELP) (Forças Armadas chinesas) é controlado pelo Partido e é chefiado pelo secretário-geral do Partido.

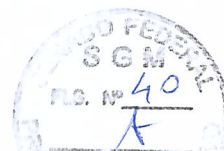
Comissão Central de Inspeção e Disciplina: é o órgão responsável pela investigação e pelo indiciamento em casos de corrupção que envolvem membros do Partido.

Poder Legislativo – Assembleia Nacional Popular (ANP)

Situada no topo da hierarquia governamental chinesa, a Assembleia Nacional Popular é o parlamento chinês, unicameral, composto por deputados eleitos indiretamente. A ANP conta com cerca de três mil deputados, que cumprem mandato de cinco anos. A totalidade da Assembleia Nacional Popular se reúne apenas uma vez por ano, geralmente em março, para duas semanas de trabalhos legislativos. No resto do ano, os trabalhos são conduzidos por cerca de 200 delegados da Comissão Permanente da ANP. A sessão anual do Congresso Nacional do Povo é um grande evento político, cujo ponto culminante é a apresentação de um longo relatório do primeiro-ministro.

Poder Executivo - Conselho de Estado

O Conselho de Estado é o órgão mais elevado do Poder Executivo chinês. Está submetido à Assembleia Nacional Popular. O Conselho de Estado é presidido pelo primeiro-ministro, em conjunto com quatro vice-primeiros-ministros, cinco conselheiros de estado, ministros, auditor-geral e secretário-geral. Ao Conselho de Estado estão subordinados os ministérios, comissões e administrações nacionais, entre outros órgãos. As posições de primeiro-ministro, vice-primeiro-ministro e conselheiro de estado são ocupadas por quadros do Partido, assim como a grande maioria das chefias de ministérios e pastas equivalentes. Não podem se reeleger mais de uma vez.



As principais funções e poderes do Conselho de Estado são: i. adotar medidas administrativas, decretar normas administrativas e regulamentos, e decidir sempre conforme a Constituição; ii. submeter propostas à ANP ou ao seu Comitê Permanente; iii. supervisionar o trabalho dos ministérios e comissões; iv. estabelecer a divisão de poderes entre o governo central e as províncias, regiões autônomas e municipalidades sob o controle direto do governo central; v. preparar o orçamento; vi. conduzir as relações exteriores e concluir tratados e acordos internacionais; entre outros.

Comissão Militar Central da República Popular da China

Estrutura paralela à Comissão Militar Central do Partido Comunista Chinês. O órgão tem a incumbência de administrar as Forças Armadas chinesas e está diretamente subordinado à ANP e seu Comitê Permanente.

Judiciário

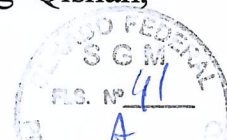
O Poder Judiciário chinês está submetido, formalmente, à ANP. Divide-se em Suprema Corte Popular, Cortes Populares locais, Cortes Militares e Cortes Especiais. O presidente da Suprema Corte possui mandato igual ao dos parlamentares e só pode reeleger-se uma vez.

Sucessão política

O XVIII Congresso do Partido Comunista (novembro de 2012) elegeu o então vice-presidente Xi Jinping secretário-geral do PCC e presidente da Comissão Militar Central, bem como os demais membros do Comitê Permanente do Birô Político. Naquela reunião, foram indicados os novos ocupantes dos altos cargos do Partido. Os cargos governamentais foram confirmados, por sua vez, durante a Sessão Plenária da ANP, ocorrida em março de 2013.

Entre as mudanças que merecem destaque, está a diminuição do número de membros do Comitê Permanente do Birô Político, de nove para sete. A alteração no número de membros é tida por analistas como uma tentativa de facilitar o consenso na tomada de decisões, em momento em que a implementação de reformas se torna premente.

Os novos membros são, em ordem de precedência: Xi Jinping, escolhido secretário-geral do Partido e presidente da Comissão Militar Central; Li Keqiang, primeiro-ministro; Zhang Dejiang, presidente da ANP; Yu Zhengsheng, presidente da CCPPC; Liu Yunshan, escolhido chefe do Secretariado do PCC; Wang Qishan,



nomeado diretor do Departamento de Inspeção da Disciplina do PCC, principal órgão de combate à corrupção na China; e Zhang Gaoli.

Entre os dias 5 e 17 de março de 2013, a XII ANP reuniu-se para eleger o presidente e o vice-presidente da República; confirmar a designação do primeiro-ministro – após indicação do presidente –, dos vice-primeiros-ministros, conselheiros e secretário-geral do Conselho de Estado, ministros e auditor-geral – esses após indicação do primeiro-ministro.

Como esperado, Xi Jinping e Li Yuanchao foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da RPC, e Li Keqiang, confirmado primeiro-ministro chinês. Zhang Dejiang, terceiro na hierarquia do Comitê Permanente do Politburo, assumiu a presidência da ANP. Zhou Qiang e Cao Jianming, por sua vez, foram nomeados presidente da Suprema Corte Popular chinesa e procurador-Geral da Suprema Procuradoria Popular da China, respectivamente.

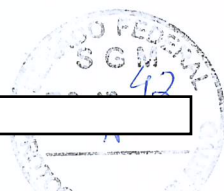
No Conselho de Estado, os vice-primeiros-ministros são Zhang Gaoli, Liu Yandong, Wang Yang e Ma Kai. Os novos conselheiros de estado são Yang Jin (também secretário-geral do Conselho), Chang Wanquan (também ministro da defesa), Yang Jiechi (encarregado de assuntos de política externa), Guo Shengkun, (também ministro da Segurança Pública) e Wang Yong (administrador da Comissão do Conselho de Estado para Administração e Supervisão de Bens de Propriedade do Estado – SASAC).

Entre os dias 3 e 12 de março de 2013, realizou-se a XII Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC), ocasião em que Yu Zhengsheng foi escolhido seu novo presidente.

Governo Xi Jinping

Em seu discurso de posse como secretário-geral do Partido Comunista Chinês (PCC), em novembro de 2012, Xi Jinping delineou as prioridades de seu governo: (i) atender às demandas sociais; (ii) combater a corrupção; e (iii) reconduzir a China à condição de grande potência. No discurso, mencionou apenas uma vez a palavra "socialismo" e deu grande destaque à realização do "sonho chinês". O conceito, ainda não definido com precisão, tem sido associado ao "grande rejuvenescimento da nação chinesa", que envolveria a reemergência da China como potência econômica e militar e à construção de uma sociedade mais igualitária.

Como forma de garantir a implementação de sua visão para a China, o presidente Xi Jinping tem implementado sistemática e rápida política de concentração de poderes em suas mãos. A China de 2016 tem o líder mais poderoso desde Deng



Xiaoping. Exemplos disso são sua ascensão imediata à presidência da Comissão Militar Central (Hu Jintao assumiu a presidência e viu mantida a chefia de Jiang Zemin na CMC por ainda dois anos) e a criação de novas instituições diretamente sob sua direção em áreas sensíveis, como o Conselho de Segurança Nacional e o Grupo de Liderança sobre Internet. Em abril de 2016, Xi Jinping anunciou deter também o título de "Comandante-em-chefe do Comando de Operações Conjuntas", que parece significar consolidação de sua posição no comando das forças armadas chinesas.

Em dezembro de 2014, o governo anunciou seu novo slogan "Quatro Pontos Abrangentes", que abarcam as diretrizes que devem pautar o atual mandato: (i) construir sociedade moderadamente próspera; (ii) aprofundar reformas; (iii) implementar o Estado de Direito; e (iv) aumentar a disciplina partidária.

Com as novas diretrizes definidas, o governo chinês tem-se esforçado para afinar suas políticas públicas, sobretudo diante de um cenário de crescente agitação social pela acelerada urbanização, maior demanda por serviços públicos, corrupção, terrorismo, poluição, desaceleração econômica, entre outros fatores. Nesse contexto, a palavra reforma tornou-se recorrente no discurso governamental, e as ações de maior controle político-social cresceram em número e abrangência.

No campo social, Xi vem empreendendo reformas nas áreas de educação, saúde e proteção ambiental. Lançou, em março de 2014, o "Plano Nacional para um Novo Modelo de Urbanização", que apresenta a meta de elevar a população urbana a 60% até 2020 (56,1 % em 2015) e inclui extenso programa de infraestrutura urbana, com foco na ampliação da mobilidade urbana, na construção de moradias e na melhoria geral da qualidade de vida nas cidades, além do combate à poluição. O governo pretende regularizar, gradualmente, por meio de reforma anunciada em 30 de julho de 2014, a situação dos mais de 200 milhões de imigrantes irregulares que não possuem o registro domiciliar (chamado "hukou") no local em que vivem e, conseqüentemente, não têm acesso aos serviços sociais públicos. Além disso, no relatório do governo apresentado pelo primeiro-ministro Li Keqiang durante as Sessões Gêmeas da CCPPC e do ANP (março de 2016) e no Comunicado Final do Quinto Pleno do PCC (outubro de 2015), o governo anunciou diversas medidas de cunho socioeconômico, com especial destaque para o fim, a partir de 2016, das três décadas da política do filho único, permitindo que os casais chineses possam ter até dois filhos sem incorrer em multas ou outras penalidades financeiras.

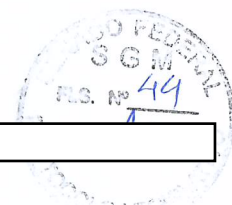
No campo das reformas do sistema político e jurídico chinês, foram anunciadas importantes medidas, tais como a "Decisão do Comitê Central do Partido Comunista da China sobre Questões Importantes para Avançar de Forma Abrangente

no Governo do País de Acordo com o Direito" (outubro de 2014), de modo a fortalecer o que tem sido chamado de "estado de direito socialista com características chinesas". Na mesma direção, foi aprovada, em novembro de 2014, a primeira reforma em 24 anos da Lei de Procedimentos Administrativos. A referida lei trata, entre outros assuntos, dos mecanismos de petição, pelos quais os cidadãos comuns podem apresentar queixas contra o governo em Pequim, e busca facilitar as ações judiciais contra os governos central e local. Em abril de 2015, na mesma linha, foi aprovado novo pacote de mudanças nas leis processuais chinesas, modernizando o funcionamento de tribunais do júri e facilitando a admissão de casos por tribunais de primeira instância. Em março de 2016, por sua vez, foi aprovada nova Lei sobre Violência Doméstica, que tem sido percebida como importante avanço legislativo na área de direitos humanos.

O regime jurídico chinês também tem sido reformado para aumentar o controle social. A aprovação da Lei de Segurança Nacional (julho/2015), da primeira lei antiterrorista do país (dezembro/2015), da Lei de Gerenciamento de ONGs Estrangeiras (abril/2016) e a publicação da nova lei sobre a publicação de conteúdo eletrônico (em vigor a partir de março/2016) mostram o viés autoritário do regime e a disposição deste de conferir às autoridades instrumentos robustos para controlar a expressão de opiniões e para reprimir ampla gama de atividades que, a juízo do governo central, são prejudiciais à estabilidade. O conceito de "estado de direito" na China confere maior ênfase à lei do que aos direitos — especialmente os de primeira geração —, sendo que a lei torna-se ferramenta para uma "governança pelo direito" ("rule by law").

Ao lado dessas medidas de caráter jurídico, novos métodos de controle social ao dissenso surgiram. "Espalhar rumores" passou a ser crime na China, a censura da internet foi reforçada, e as vozes dissonantes, reprimidas mais duramente. Em julho de 2015, o governo chinês iniciou sistemática campanha para reprimir o chamado "movimento dos defensores de direitos". Centenas de advogados chineses foram detidos; tornaram-se constantes atos de assédio e intimidação a críticos do governo e a funcionários de organizações não-governamentais.

Ao mesmo tempo em que fortalece o aparato repressor, O governo chinês implementa, no momento, extensa campanha de combate à corrupção. Não só se multiplicam a divulgação de casos de membros do governo e do Partido investigados e punidos por corrupção, mas também os esforços para eliminar os "quatro estilos de trabalho indesejados": formalismo; burocratismo; hedonismo; e extravagância. Em 2015, a Suprema Procuradoria do Povo anunciou a criação de novo órgão de controle

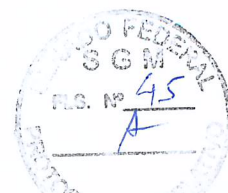


voltado ao combate à corrupção. Em fins do mesmo ano, o governo lançou comunicado (publicado apenas em chinês), tornando ainda mais estritas as normas de conduta e os regulamentos disciplinares dos filiados do Partido.

Nessa campanha de combate à corrupção, ressaltam (i) as condenações à pena perpétua, alegadamente por corrupção, do ex-prefeito de Chongqing, Bo Xilai, (ii) e do ex-ministro das ferrovias, Liu Zhijun; (iii) a prisão e expulsão do Partido de Zhou Yongkang (membro do Comitê Permanente do Politburo entre 2007-2012, a mais alta autoridade punida por corrupção no país desde a "Gangue dos Quatro", em 1976); (iv) a prisão de Xu Caihou, general aposentado do Exército de Libertação Popular e ex-vice-presidente da Comissão Militar Central, que veio a falecer em março de 2015; (v) a expulsão do Partido de Guo Boxiong, ex-vice-presidente da Comissão Militar Central (CMC), durante o período de 2002 a 2012, então o militar de carreira mais poderoso da China; (vi) a expulsão e indiciamento de Ling Jihua, ex-homem forte de Hu Jintao e ex-diretor do Departamento da Frente Unida do PCC e ex-vice-presidente da CCPPC; e (vii) o afastamento do ministro-assistente dos Negócios Estrangeiros, responsável por América Latina e Caribe e Protocolo, em janeiro de 2015.

Mais recentemente, a campanha anticorrupção lançada pelo presidente Xi Jinping passou a avançar em duas frentes, através da continuação da investigação sobre o setor financeiro e sobre os funcionários de alto nível dos quadros de administração das províncias chinesas. Em abril de 2015, o regime chinês anunciou o início do braço internacional da campanha anticorrupção promovida pelo governo chinês, com o lançamento da operação "Sky Net", cujo objetivo é capturar funcionários públicos corruptos que tenham fugido para o exterior. Trata-se de iniciativa que dá continuidade à "operação caça à raposa", lançada em julho de 2014.

Em função de seguidos ataques terroristas na China, boa parte dos quais atribuídos a extremistas islâmicos da região autônoma de Xinjiang, o tema da segurança interna voltou a merecer destaque. Em resposta, o governo anunciou, em maio de 2014, o início de campanha contra as "três forças" (separatismo, extremismo e terrorismo), tendo como base o conceito de "segurança nacional total", capaz de levar a China ao caminho da "segurança nacional com características chinesas". O conceito aplica-se tanto à esfera doméstica, quanto internacional, e incluiria 11 elementos: político, interno, militar, econômico, cultural, social, tecnológico, informação, ecológico, recursos naturais e nuclear..



Taiwan

A Constituição da RPC afirma que “Taiwan é parte inalienável do território da RPC” e que “é dever de todo o povo chinês, incluindo os compatriotas de Taiwan, cumprir a grande missão de reunificar o território da nação”. O rompimento das relações diplomáticas com aquela ilha é condição fundamental para o estabelecimento de relações com a República Popular.

O Comunicado Conjunto sobre o Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China, de 15 de agosto de 1974, dispõe que:

“[o Brasil reconhece que] a República Popular da China é o único Governo legal da China. O Governo chinês reafirma que Taiwan é parte inalienável do território da República Popular da China”.

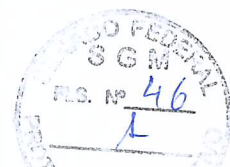
Em consequência, o Brasil deixou de reconhecer Taiwan como entidade soberana e autônoma. No âmbito multilateral, o Brasil tem apoiado a “política de uma só China” e os esforços pacíficos no sentido da reunificação do território chinês, em conformidade com a resolução n. 2.758 da ONU. A posição brasileira tem sido reiterada em comunicados conjuntos emitidos por ocasião de visitas presidenciais.

Em 1992, foi assinado o chamado "Consenso de 1992", um acordo entre os governos sediados em Pequim e em Taipé, segundo o qual existe apenas "uma China".

A vitória do *Kuomintang* (KMT) nas eleições de 2008 e a posse de Ma Ying-jeou, em maio daquele ano, trouxeram novo ânimo ao relacionamento entre Pequim e Taipé. Desde então, houve, de ambos os lados, demonstrações de abertura para o diálogo. Em janeiro de 2012, Ma Ying-jeou foi reeleito, confirmando essa tendência de aproximação.

A assinatura do Acordo Quadro de Cooperação Econômica (ECFA), em 2010, foi importante marco nesse movimento de aproximação. As conversações tiveram início ainda em 2008, quando foram retomados os contatos entre a “Associação para Relações no Estreito de Taiwan”, com base na China continental, e a “Fundação de Trocas no Estreito”, baseada em Taiwan. A abertura das “três ligações diretas” no estreito (correio, comércio e serviços aéreos e marítimos) ampliou a cooperação econômica bilateral. Sob o amparo do ECFA, foi assinado, em julho de 2013, o acordo Inter-Estreito sobre o Comércio de Serviços.

Em fevereiro de 2014, houve a primeira reunião oficial desde 1949 entre o governo de Pequim e a administração de fato de Taiwan, por meio de representantes



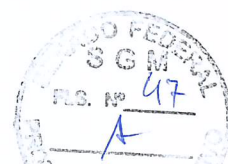
do Escritório de Assuntos de Taiwan do Comitê Central do Partido Comunista da China e do Conselho de Assuntos Continentais da ilha.

Em novembro de 2015, o movimento de aproximação atingiu o ápice: o presidente Xi Jinping e Ma Ying-jeou mantiveram encontro histórico em Singapura, o primeiro entre líderes dos dois lados do estreito desde a fundação da RPC, em 1949.

Em janeiro de 2016, o Partido Democrático Progressista, de oposição ao Kuomintang de Ma Ying-jeou, venceu as eleições em Taiwan. Em maio de 2016, a nova administração, liderada por Tsai Ing-wen, tomou posse.

Taiwan mantém, hoje, relações diplomáticas com o Vaticano e 21 membros das Nações Unidas, dos quais 12 se situam na América Latina e Caribe: Belize, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas; 6 na Oceania: Kiribati, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Nauru, Palau, Tuvalu; e 3 na África: Burkina Faso, Suazilândia, São Tomé e Príncipe.

Participa, desde 2001, da Organização Mundial do Comércio (OMC) – com o *status* de território alfandegário separado, e não de país soberano e independente – e, desde 2009, como observador na Assembleia Mundial de Saúde, da Organização Mundial de Saúde (OMS).



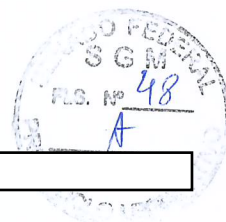
POLÍTICA EXTERNA

Sob o governo do presidente Xi Jinping, a política externa da China tem adotado discurso assertivo, que encampa a defesa firme dos interesses chineses, contrabalançado por mensagens de cooperação, sobretudo nas áreas de comércio e investimentos em infraestrutura.

Atualmente, cinco eixos orientam a política externa chinesa. O primeiro, definido como "relação entre grandes potências", refere-se às relações com EUA, Rússia e União Europeia (UE). No que se refere aos EUA, busca-se caracterizar a relação bilateral como "novo tipo de relação entre grandes potências" e consolidar a ideia de que a região da Ásia-Pacífico comporta a presença tanto da China, como dos EUA. Por outro lado, o chanceler Wang Yi declarou, em abril de 2014, que a "parceria-estratégica de coordenação" sino-russa é a mais substancial e a de maior importância estratégica nas relações entre grandes potências. Pequim e Moscou têm mantido, nos últimos anos, estreita proximidade política e elevada cooperação econômica, como atesta a assinatura de acordo para fornecimento de gás russo à China, pelos próximos 30 anos, com estimado em cerca de US\$ 400 bilhões. No caso da UE, evolui positivamente a negociação de acordo bilateral de investimentos, a despeito de posturas defensivas do bloco na área comercial e de reconhecimento da China como economia de mercado.

O segundo eixo diz respeito à relação com países vizinhos. O estabelecimento de uma zona de defesa e identificação aérea (ADIZ) no Mar do Leste, em 2013, a construção de plataforma de petróleo e de ilhas artificiais e a instalação de equipamentos militares no Mar do Sul da China, em áreas reclamadas por Vietnã e Filipinas, são exemplos de medidas assertivas chinesas que têm aumentado as tensões regionais. Na mesma linha, as comemorações do fim da Segunda Guerra na China (setembro de 2015), com viés anti-nipônico, caracterizaram-se por grandes demonstrações de poder.

Com relação ao Japão, em que pesem as desavenças históricas entre os países, algumas medidas de aproximação foram tomadas. O encontro entre o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro Shinzo Abe, à margem da Cúpula da APEC (Pequim, 10/11/2014), resultou na assinatura de acordo com vistas à retomada gradual do diálogo político entre os dois países. Novo encontro à margem da Cúpula Ásia-África (Jacarta, 22/04/2015) reforçou as expectativas quanto à gradual distensão política bilateral.



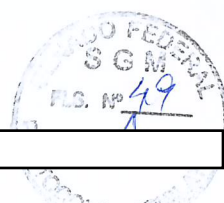
As relações com a península coreana seguem como tema sensível para a diplomacia chinesa. A cúpula trilateral entre a presidente da Coreia do Sul, Park Geun-hye, o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, e o primeiro-ministro chinês, Li Keqiang, ocorrida em Seul (01/11/2015), mostrou avanços na distensão das relações regionais, embora os resultados tenham-se concentrado no campo econômico-comercial. Por sua vez, a determinação da Coreia do Norte em dar seguimento ao seu programa nuclear e de lançamento de mísseis balísticos causa constrangimentos a Pequim, aliado histórico do país e que não tem interesse na desestabilização de sua fronteira leste.

Digno de nota foi o encontro histórico entre os líderes dos dois lados do estreito: o presidente Xi Jinping e o líder de Taiwan, Ma Ying-jeou (Singapura, 07/11/2015). Tratou-se do primeiro desde a fundação da República Popular da China, em 1949 e deu continuidade a diversos atos de aproximação tomados nos campos econômico e político.

A diplomacia chinesa tem lançado iniciativas de aproximação regional, como demonstram o projeto da Rota Marítima da Seda do Século XXI, que prevê investimentos em infraestrutura de transportes para promover a interconexão da China com o Ocidente, nas suas vertentes terrestre e oceânica, e o Cinturão Econômico da Rota da Seda, com o intuito de integrar economicamente a China e a Ásia Central. Essas iniciativas, sintetizadas pela política externa chinesa no termo "um cinturão, uma rota", serão financiadas pelo Banco de Investimentos em Infraestrutura da Ásia (AIIB), que iniciou suas atividades em dezembro de 2015, com capital de US\$100 bilhões, e pelo Fundo da Rota da Seda, anunciado no final de 2014, com capital integralizado de US\$ 40 bilhões.

O terceiro eixo relaciona-se ao fortalecimento da parceria com países em desenvolvimento e constitui importante base estratégica da diplomacia econômica chinesa. Nesse âmbito, inserem-se as relações com a América Latina e Caribe e com a África. Em 2014, o Brasil organizou, a pedido da parte chinesa, o Encontro de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe, durante o qual foi formalizada a criação do Foro Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)-China. A I Reunião de Chanceleres da CELAC e da China foi realizada em janeiro de 2015, em Pequim, quando se adotaram as bases de funcionamento do Foro, que passou a contar com diversos mecanismos de financiamento aos países membros.

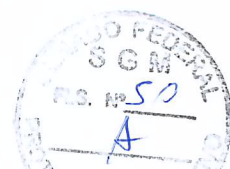
Na África, Pequim tem buscado apresentar-se, sobretudo, como parceiro para o desenvolvimento, a despeito de críticas de que as iniciativas chinesas



comerciais, financeiras e humanitárias reforçariam uma relação de dependência dos países daquele continente com a China. O governo, os bancos e as empresas da RPC concederam, entre 2000 e 2014, empréstimos no valor de US\$ 86,9 bilhões a governos e empresas estatais na África. Ao analisar os principais setores financiados por empréstimos chineses na África, observa-se que transportes (com US\$ 24,2 bilhões), energia (com US\$ 17,6 bilhões), e mineração (com US\$ 9,0 bilhões) são os três principais.

O quarto eixo faz referência à vertente multilateral e à progressiva atenção que Pequim tem conferido a organizações e foros como ONU, G20, BRICS, Organização de Cooperação de Xangai (OCX) e APEC, entre outros. O adensamento da participação chinesa em instâncias multilaterais é componente da estratégia de afirmação do protagonismo da China no sistema internacional. Desde o início do mandato do presidente Xi Jinping, a China vem adotando postura crescentemente firme e assertiva na defesa de seus interesses nas Nações Unidas. Em sua primeira visita às Nações Unidas (setembro de 2015), o presidente Xi Jinping apresentou contribuições materiais de grande impacto, entre as quais (i) a criação de Fundo China-ONU para Paz e Desenvolvimento, com recursos de US\$ 1 bilhão para empenho na próxima década; (ii) o estabelecimento de força de prontidão chinesa para desdobramento em missões de paz, com 8 mil tropas, além de helicópteros, engenheiros, pessoal médico e equipamentos de desminagem; e (iii) a provisão de US\$ 100 milhões, em cinco anos, para a força de reação rápida da União Africana. Em junho de 2015, a China já havia doado US\$ 50 milhões para a cooperação na troca de conhecimentos para a agricultura sustentável entre países em desenvolvimento, no âmbito da FAO.

O quinto e último eixo ressalta a importância da diplomacia pública como instrumento de contato com a sociedade civil, de modo a difundir a cultura e língua chinesas. Exemplo de iniciativas nesse sentido é a expansão mundo afora de unidades do Instituto Confúcio, que oferecem curso de mandarim e promovem atividades culturais.



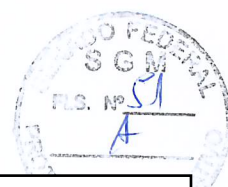
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia chinesa está em transição de um modelo fortemente marcado pelo dinamismo do setor exportador e por investimentos em infraestrutura e no setor imobiliário para outro com maior participação do consumo na composição do PIB. A estratégia econômica iniciada por Deng Xiaoping, alicerçada em pesados investimentos em infraestrutura e exportações de produtos intensivos em mão de obra, demonstra sinais de esgotamento.

A despeito da desaceleração do crescimento do PIB observada nos últimos anos, a China passou, em 2014, a ser a maior economia do mundo, em termos de PIB/PPP, de acordo com dados do FMI. O PIB chinês atingiu US\$ 18 trilhões, ligeiramente superior aos US\$ 17,4 trilhões registrados no caso dos EUA.

Em 2015, a economia chinesa cresceu, segundo os dados oficiais, 6,9% - 0,1 ponto percentual abaixo da meta estabelecida pelo governo chinês e a menor taxa dos últimos 25 anos. Desde 2009, é a primeira vez que a taxa de crescimento econômico da China foi menor que 7%. No primeiro trimestre de 2016, o PIB continuou a desaceleração e cresceu apenas 6,7%. Há, no entanto, dúvidas entre os analistas quanto à solidez dos dados governamentais. Nesse contexto, estimativas independentes sobre o que seria a real taxa de crescimento do PIB variam consideravelmente. Uma média das estimativas parece indicar que o crescimento atual poderia, na realidade, estar em torno de 5,0%. Essas estimativas parecem sustentar-se quando se nota que, por exemplo, o índice de preços ao consumidor subiu 1,4% em 2015 -abaixo das estimativas de mercado (1,6%) e da meta do Governo (3%) – e que o índice de preços ao produtor teve queda de 5,2% no ano, refletindo a sobrecapacidade da indústria.

Em março de 2016, durante a abertura das Sessões Gêmeas da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês (CCPPC) e da Assembleia Nacional do Povo (ANP), o primeiro-ministro Li Keqiang apresentou metas para 2016, confirmadas quando da divulgação do 13º Plano Quinquenal (2016-2020).

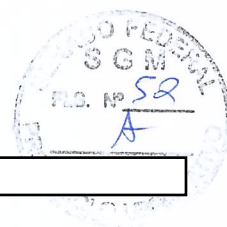


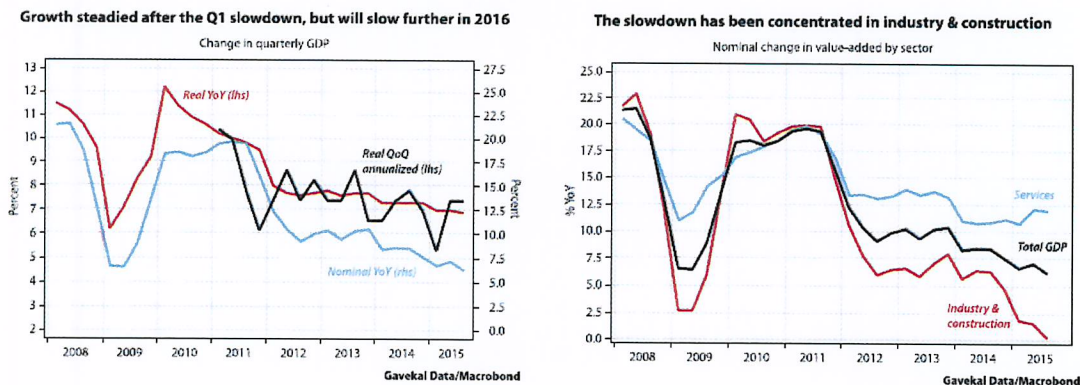
Principais metas econômicas do 13º Plano Quinquenal (2016-2020)

- duplicar o PIB e a renda per capita até 2020, em comparação aos níveis de 2010;
- manter o crescimento econômico anual no patamar médio de 6,5%;
- elevar o PIB para nível superior a RMB 90 trilhões;
- aumentar a proporção da população urbana para 60%;
- reduzir o consumo de água, energia e as emissões de dióxido de carbono por unidade do PIB em 23%, 15% e 18%, respectivamente;
- retirar da pobreza todos os moradores rurais, assim como todos os distritos e áreas pobres;
- criar 50 milhões de novos empregos no meio urbano;
- aumentar a expectativa média de vida em um ano.

Os dados divulgados sobre o desempenho econômico da China no primeiro trimestre de 2016 evidenciam a crescente importância do crédito para a manutenção do ritmo de atividade atual. O financiamento social total concedido no trimestre atingiu RMB 6,6 trilhões, comparado a RMB 4,6 trilhões no mesmo período do ano anterior, um crescimento de 43,5%. Isso não bastou, no entanto, para conter a desaceleração do PIB. Analistas consideram que o Governo terá dever, durante o ano corrente, prosseguir com a política monetária expansionista, caso deseje manter a meta implícita de 6,5% de crescimento. Esperam-se novos cortes das taxas de juros e do compulsório dos bancos. A política fiscal também seria utilizada, com o déficit nominal saindo de 2,7% do PIB em 2015 para 3,1% em 2016, segundo previsões do FMI. A sustentabilidade dessa estratégia, no entanto, é questionada. Haveria o risco de que a China venha a sofrer da chamada “recessão de balanço”, que atingiu o Japão nos anos 1990 e 2000.

A desaceleração econômica chinesa é resultado da desaceleração do crescimento mundial e da redução nos investimentos em ativos fixos, sobretudo em projetos imobiliários e na indústria. Os investimentos imobiliários cresceram apenas 1,0% em 2015, comparado a crescimento de 10,5% em 2014. Os investimentos em ativos fixos em 2015 cresceram 10,0% no ano, contra 15,7% em 2014. A desaceleração segue tendência iniciada em setembro de 2009, quando os investimentos cresceram 33,3%, alavancados pelo enorme pacote de estímulo fiscal utilizado pelo governo para conter os efeitos da crise financeira de 2008. Antes da crise, os investimentos cresciam em média 25% ao ano.





Fonte: Gavekal Data/Macrobond

O crescimento econômico tem forte relação com a estabilidade política e com a manutenção da hegemonia do Partido Comunista Chinês. Por muito tempo, o principal incentivo, para as autoridades chinesas, das altas taxas de crescimento foi o imperativo de gerar emprego urbano para os 10 milhões de migrantes que a cada ano se deslocam do campo para a cidade. Em 2010, o governo chinês estimou que seriam necessárias taxas de crescimento anual superiores a 8%, para manter o nível de emprego. Entretanto, apesar da redução no ritmo de crescimento do PIB, foram gerados mais de 13 milhões de empregos urbanos em 2015, o que poderá levar a ajustes na relação entre crescimento do PIB e taxa de emprego.

A transição de um modelo de crescimento baseado no investimento e nas exportações para outro movido por consumo e serviços é parte da estratégia chinesa de reequilíbrio econômico. Em 2015, o consumo contribuiu com 66,4% para o crescimento do PIB, impulsionado pelo aumento em 7,4% na renda das famílias. Outro importante elemento no processo de mudança estrutural da economia chinesa é o incremento da participação do setor de serviços na economia. Em 2015, serviços conformaram 48,2% do crescimento do PIB, contra 46,9% em 2013, superando, pelo segundo ano consecutivo, a contribuição da indústria. Esse crescimento foi impulsionado pelo boom do comércio eletrônico — que cresceu 49,7% em 2014 e 33,3% em 2015 —, e setores relacionados, como logística, terminais móveis e pagamentos eletrônicos.

No primeiro trimestre de 2016, o Governo chinês continuou a enfatizar a narrativa das reformas estruturais. Os serviços, de fato, vêm ganhando importância em relação à indústria, porque estão desacelerando de forma menos acentuada. Nos primeiros três meses do ano, o PIB dos setores primário, secundário e terciário cresceram 2,9%, 5,8% e 7,6%, respectivamente, comparado a 3,9%, 6,0% e 8,3% no mesmo período em 2015.



Comércio

Desde 2009, a China é o maior exportador mundial. Em 2013, a China tornou-se a primeira potência comercial global. Em 2015, a corrente de comércio da China foi de US\$ 3,96 trilhões, o que representou uma queda de 8% em relação ao ano de 2014. Em comparação com 2014, as exportações retrocederam 2,8%, atingindo o valor de US\$ 2,78 trilhões. As importações caíram 14,1%, totalizando US\$ 1,68 trilhões. O superávit comercial da China em 2015 foi de US\$ 594,5 bilhões, um aumento de 55,2% em comparação com o saldo registrado em 2014.

O setor externo continuou contribuindo para a desaceleração do PIB chinês durante o primeiro trimestre de 2016, com queda de 9,6% das exportações, em relação ao mesmo período do ano anterior. As importações caíram 13,5%, o que permitiu que o saldo da balança fosse mantido em US\$ 126 bilhões, comparado a US\$ 124 bilhões no primeiro trimestre de 2015.

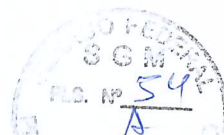
Investimentos

Em 2015, segundo dados do Ministério do Comércio chinês, o fluxo de investimentos estrangeiros diretos (IED) para a China alcançou US\$ 126,7 bilhões, um crescimento de 6,4% em relação a 2014. Os principais investidores na economia chinesa foram: Hong Kong (US\$ 92,67 bilhões), Singapura (US\$ 6,97 bilhões), Taiwan (US\$ 4,41 bilhões), Coreia do Sul (US\$ 4,04 bilhões) e Japão (US\$ 3,21 bilhões).

Parte significativa dos investimentos externos chineses deverá ser dirigida para a construção da Nova Rota da Seda, que compõe um arco de projetos ligando a China e a Ásia Setentrional, Central e Meridional à Europa. Durante a Cúpula da APEC, em 2014, o presidente Xi Jinping anunciou fundo de US\$ 40 bilhões para o financiamento de projetos de infraestrutura no âmbito do "Cinturão Econômico da Roda da Seda", vertente terrestre da iniciativa, e da "Rota Marítima da Seda do Século XXI". O Banco Asiático de Investimentos em Infraestrutura (AIIB, na sigla em inglês), com capital autorizado de US\$ 100 bilhões, será elemento importante para auxiliar nessa estratégia.

Perspectivas

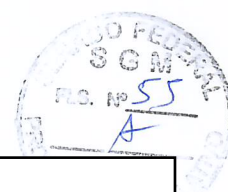
Conforme dados do FMI de outubro de 2015, a previsão de crescimento para 2016 é de 6,3%, em razão dos ajustes no mercado imobiliário, de crédito e nos investimentos.



O presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro Li Keqiang vêm usando a expressão "novo normal" para indicar que a China deverá crescer menos nos próximos anos. A proposta para o 13º Plano Quinquenal, aprovado em março de 2016, não estipula taxas específicas de crescimento anual. Ao contrário, estabelece apenas a meta de duplicação, até 2020, do PIB per capita, em relação a 2010. O termo "novo normal" abriga uma ambiguidade útil ao governo chinês, pois não está associada a uma meta específica de crescimento. Entre os desafios a serem enfrentados para uma desaceleração ordenada da economia chinesa, estariam a redução da alavancagem dos setores público e privado, a possível crise do mercado imobiliário e a adaptação das taxas de crescimento ao novo patamar de renda chinês.

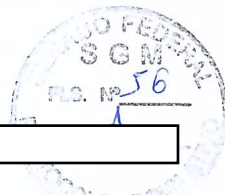
As autoridades chinesas têm respondido a essa desaceleração por meio dos mecanismos tradicionais de estímulo, priorizando a manutenção do crescimento, mas sem avanços significativos nas reformas estruturais. O governo anunciou, em outubro de 2015, o sexto corte de juros desde novembro de 2014. Diante da pressão para estabilizar o crescimento e aliviar o endividamento das empresas, espera-se que o Banco do Povo da China possa voltar à política de corte na taxa de juros e do compulsório. Há a possibilidade de que a China entre, nos próximos anos, para o grupo de países que praticam taxas de juros próximas de zero. Em 2016, as políticas monetária e fiscal devem continuar tendência expansionista.

Na administração da taxa de câmbio, o desejo de estimular a economia é equilibrado com a necessidade de manter a confiabilidade na moeda como reserva de valor. Em dezembro de 2015, as reservas internacionais tiveram queda de US\$ 108 bilhões (US\$ 513 bilhões ao longo de 2015). Em janeiro de 2016, as reservas seguiram em queda (US\$ 99 bilhões) e fecharam o mês em US\$ 3,23 trilhões. O governo tem sido criticado pela falta de capacidade de comunicação fluida com o mercado, como foi o caso, em particular, quando da depreciação surpresa do renminbi, de 3%, em agosto de 2015. Em dezembro de 2015, o Banco do Povo anunciou que seguiria três cestas de moedas diferentes: CFETS ("China Foreign Exchange Trade System"), SDR e BIS. O renminbi registrou, em janeiro de 2016, o menor valor desde outubro de 2010, e o Banco Central interveio no mercado para conter a queda. Desde então, o renminbi permaneceu estável em relação às cestas indicadas e ao dólar, sugerindo que, no momento, a preocupação do governo é estabilizar a moeda e conter os fluxos de saída de capitais.

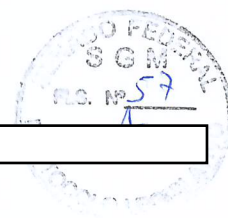


CRONOLOGIA HISTÓRICA

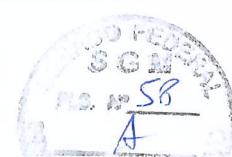
221 a 210 a.C.	Unificação de diversos reinos feudais sob o Imperador Qin Shihuang.
206 a.C. a 220 d.C.	Dinastia Han.
618 a 907	Dinastia Tang.
960 a 1279	Dinastia Song.
1271 a 1368	Dinastia Yuan.
1368 a 1644	Dinastia Ming.
1644	Início da Dinastia Qing
1839 a 1842	Primeira Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1842	Tratado de Nanquim abre os portos chineses aos comerciantes britânicos.
1856 a 1860	Segunda Guerra do Ópio, entre Grã-Bretanha e China.
1894 a 1895	Primeira Guerra Sino-Japonesa, vencida pelo Japão.
1900	Rebelião dos Boxers, contra a dominação da China por potências ocidentais.
1912	Proclamação da República da China (fim de 4 mil anos de regime monárquico).
1921	Fundação do Partido Comunista Chinês (PCC).
1934 a 1935	“Longa Marcha” das forças comunistas lideradas por Mao Tsé-Tung.
1937	Japão invade a China.
1949	Fundação da República Popular da China (RPC), em 1º de outubro, por Mao Tsé-Tung
1958	Programa “Grande Salto Adiante”: coletivização da agricultura.
1962	Breve disputa territorial com a Índia, na região do Himalaia.
1966	Início da Revolução Cultural.
1969	Conflito fronteiriço com a União Soviética.
1971	Governo da China passa a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, em substituição a Taiwan.
1972	Visita do presidente dos EUA, Richard Nixon, à China.
1976	Morte de Mao Tsé-Tung. Fim da Revolução Cultural.
1978	Abertura da RPC aos investimentos estrangeiros; adoção de medidas



	de incentivo à economia de mercado e ao setor privado.
1989	Forças Armadas reprimem manifestantes na Praça da Paz Celestial (Tiananmen).
1993	Jiang Zemin assume oficialmente a Presidência da China.
1994	China adota política de câmbio flutuante para o renminbi (yuan).
1997	Hong Kong é devolvida à China pelo Reino Unido.
1999	Macau é devolvida à China por Portugal.
2001	China torna-se membro da Organização Mundial do Comércio (OMC).
2003	Hu Jintao é eleito, pelo Congresso Nacional do Povo, presidente da China; China e Índia chegam a acordo histórico sobre diferendos territoriais; lançamento do primeiro astronauta chinês ao espaço.
2004	Assinatura de acordo comercial com a ASEAN.
2005	Nova lei sobre Taiwan determina uso da força caso ilha declare independência. Deterioração no relacionamento político com o Japão.
2006	Reabertura da Passagem de Nathula, entre a Índia e a China, fechada desde a Guerra Sino-Indiana, em 1962.
2007	17º Congresso do PCC: Hu Jintao é reconduzido no cargo de Secretário-Geral do PCC.
2008	Protestos no Tibete. Terremoto em Sichuan. Jogos Olímpicos de Pequim.
2009	Protestos e violência étnica em Xinjiang. Comemoração dos 60 anos da fundação da RPC.
2010	V Sessão Plenária do XVII Comitê Central do PCC – vice-presidente Xi Jinping nomeado vice-presidente da Comissão Militar Central.
2011	Visita de Hu Jintao a Washington.
2012	Visita do primeiro-ministro Wen Jiabao à América Latina (Brasil, Argentina, Uruguai e Chile), em junho de 2012, por ocasião de sua participação na Conferência Rio+20. 18º Congresso Nacional do PCC: Xi Jinping é alçado ao posto de secretário-geral do PCC, sucedendo Hu Jintao.
2013	Apresentação, pelas Filipinas, de processo de arbitragem na Corte Permanente de Arbitragem da Haia acerca do Mar do Sul da China.

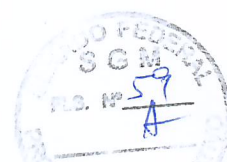


	Visita do presidente Xi Jinping à América Latina (Trinidad e Tobago, Costa Rica e México). Confirmação de Xi Jinping no cargo de presidente da República Popular da China. Lançamento das iniciativas Cinturão Econômico da Rota da Seda e Rota da Seda Marítima do Século 21. Terceira Plenária do 18º Comitê Central do Partido Comunista da China. Criação da Zona de Identificação de Defesa Aérea (ADIZ) no Mar do Leste da China.
2014	Jogos Olímpicos da Juventude, na China. Protestos na Região Administrativa Especial de Hong Kong. Visita do presidente Xi Jinping à América Latina (Brasil, Argentina, Venezuela e Cuba) e participação na Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe. Assinatura de Memorando de Entendimento para criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura. Cúpula da APEC, em Pequim. Encontro entre o presidente Xi Jinping e o primeiro-ministro japonês Shinzo Abe, à margem das reuniões da APEC.
2015	I Reunião de Chanceleres da CELAC e da China, em Pequim. Celebrações dos 70 anos do fim da "guerra de resistência contra a agressão japonesa e da guerra antifascista". Visita do primeiro-ministro Li Keqiang à América Latina (Brasil, Colômbia, Peru e Chile). Criação do Novo Banco de Desenvolvimento e do Arranjo Contingente de Reservas na VII Cúpula do BRICS, na Rússia. Visita do presidente Xi Jinping às Nações Unidas. Cúpula trilateral entre a presidente da República da Coreia, Park Geun-hye, o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, e o primeiro ministro da China, Li Keqiang. Encontro entre o presidente Xi Jinping e o chefe da administração de fato de Taiwan, Ma Yin-Jeou, em Singapura.
2016	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros do Japão, Fumio Kishida, a Pequim.

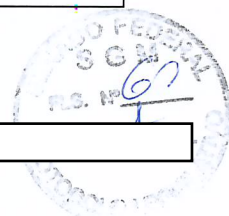


CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

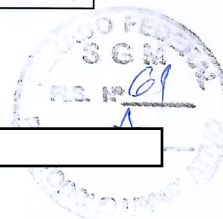
1974	Brasil e China estabelecem relações diplomáticas.
1978	Assinatura de Acordo Comercial Brasil-China.
1984	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Wu Xueqian ao Brasil; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Energia Nuclear; Acordo para criação de consulados em São Paulo e Xangai.
1988	presidente José Sarney visita a China; início do programa de satélites sino-brasileiro (CBERS – <i>China-Brasil Earth Resource Satellite</i>).
1993	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Qian Qichen ao Brasil; presidente Jiang Zemin visita o Brasil; estabelecimento da Parceria Estratégica Brasil-China.
1995	presidente Fernando Henrique Cardoso visita a China; Brasil declara apoio à entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).
1999	Lançamento do CBERS-1.
2000	Visita do ministro dos Negócios Estrangeiros Tang Jiaxuan ao Brasil; China torna-se o maior parceiro comercial do Brasil na Ásia; abertura de escritório da Embraer em Pequim.
2003	Lançamento do CBERS-2.
2004	ministro Celso Amorim visita a China em fevereiro; presidente Lula visita a China em maio; presidente Hu Jintao retribui a visita em novembro; Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Matéria de Comércio e Investimento, no qual o Brasil reconhece o status de economia de mercado para a China; criação da COSBAN.
2006	I Reunião da COSBAN, em Pequim, presidida, do lado brasileiro, pelo vice-presidente José Alencar; visita do presidente do Parlamento chinês, Wu Bangguo, ocasião em que foi assinado contrato de venda de 100 aviões brasileiros à China.
2007	Reunião da Subcomissão Política da COSBAN, em Brasília, com interlocução do então vice-ministro dos Negócios Estrangeiros para as Américas, Embaixador Yang Jiechi, atualmente ministro dos Negócios Estrangeiros da China; Lançamento do satélite CBERS-2B; I Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-China.



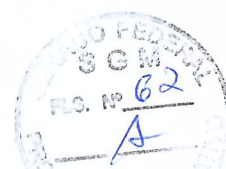
2008	Visitas ao Brasil do ministro do Comércio da China ao Brasil (maio); do membro do <i>Politburo</i> do Partido Comunista Chinês, He Guoqiang (julho); e do vice-presidente do Comitê Central Militar da China, General Xu Caihou (novembro).
2009	Visitas ao Brasil do vice-presidente da China, Xi Jinping (fevereiro); do presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, Jia Qinglin (novembro); e do ministro dos Negócios Estrangeiros, Yang Jiechi (janeiro). Visita de Estado do presidente Lula à China (maio). Visita à China do ministro da Defesa, Nelson Jobim (outubro); do ministro da Saúde, José Temporão (novembro); e do ministro da SECOM, Franklin Martins (outubro).
2010	Visita de Estado do presidente Hu Jintao ao Brasil (abril), conjuntamente à II Cúpula BRIC, em Brasília. Lançamento do Plano de Ação Conjunta – PAC 2010-2014 (abril). Visita à China do ministro-Chefe do GSI, General Jorge Félix (abril). Visita do ministro da Defesa da China ao Brasil (setembro).
2011	Visita de Estado da presidente Dilma Rousseff à China (abril). I Diálogo de Ciência, Tecnologia e Inovação China-Brasil, Pequim (abril). Visita do ministro do Comércio, Chen Deming, ao Brasil (maio). II Reunião do Comitê Conjunto de Defesa, em Brasília.
2012	II Reunião da COSBAN, presidida do lado brasileiro pelo vice-presidente Michel Temer, em Brasília (fevereiro) e, pelo lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Qishan. Visita do presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia, à China (maio). Visita do primeiro-ministro Wen Jiabao ao Brasil (junho). Visita do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, à China (julho). Missão à China de delegação do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-China do Senado Federal, a convite do Governo chinês (novembro). Visita do ministro de Ciência e Tecnologia Wang Gang a Brasília e Rio de Janeiro (agosto). Visita da vice-presidente da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, senhora Zhang Meiyang ao Brasil (dezembro).
2013	Encontro da presidente Dilma Rousseff com o presidente chinês Xi Jinping à margem da V Cúpula do BRICS em Durban (março).



	Missão da Ministra-Chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, e do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, a Pequim (agosto). Mês do Brasil na China (setembro). Visita da Ministra da Cultura, Marta Suplicy, à China (setembro). Mês da China no Brasil (outubro). IV Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Fórum de Macau), em Macau (novembro). III Reunião da COSBAN, presidida, do lado brasileiro, pelo vice-presidente Michel Temer e, do lado chinês, pelo vice-primeiro-ministro Wang Yang, em Cantão (novembro).
2014	Visita oficial do então presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves, à China (abril) I Reunião do Diálogo Estratégico Global, presidida pelo ministro das Relações Exteriores Luiz Alberto Figueiredo Machado e pelo ministro dos Negócios Estrangeiros Wang Yi (Brasília, abril). Visita de Estado do presidente Xi Jinping ao Brasil (Brasília, julho). VI Cúpula do BRICS, em Fortaleza e Brasília (julho). Cúpula de Brasília de Líderes da China e de Países da América Latina e Caribe (julho). Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Neri Geller, à China (novembro). Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da IX Cúpula do G20, em Brisbane (novembro). Visita do Secretário do Partido Comunista da China na Província de Jiangsu, Luo Zhijun, ao Brasil (novembro). Lançamento do satélite CBERS-04, em Taiyuan (dezembro).
2015	Visita do vice-presidente Li Yuanchao para as cerimônias de posse da presidente da República, Dilma Rousseff (janeiro). I Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China, em Pequim, delegação brasileira chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira (janeiro). Visita do presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro Ricardo Lewandowski, à China (março). Brasil adere ao Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB)

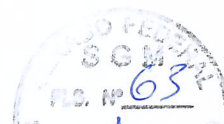


	como membro fundador (abril). Visita do primeiro-ministro Li Keqiang ao Brasil (Colômbia, Peru e Chile) (maio). Visita do vice-primeiro-ministro Wang Yang ao Brasil. IV Sessão Plenária da COSBAN (junho). Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da VII Cúpula do BRICS em Ufá, Rússia (julho). Visita do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Francisco Falcão, à China (novembro). Encontro bilateral entre a presidente Dilma Rousseff e o presidente Xi Jinping à margem da COP21, em Paris (novembro).
2016	Visita do ministro da Fazenda, Nelson Barbosa, à China (fevereiro). Visita do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Blairo Maggi, à China (junho).

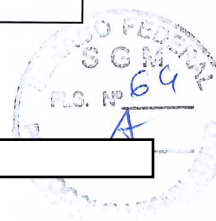


ACORDOS BILATERAIS

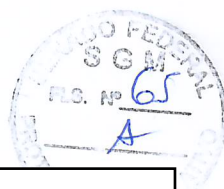
Título	Celebração	Entrada em vigor	Publicação (D.O.U.)
Acordo Comercial	07/01/1978	22/11/1978	13/03/1979
Convênio sobre Transportes Marítimos	22/05/1979	30/10/1980	05/11/1980
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	25/03/1982	30/03/1984	25/08/1992
Protocolo entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Comissão Estatal de Ciência e Tecnologia no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	29/05/1984	29/05/1984	13/06/1984
Protocolo Adicional ao Acordo de Comércio	29/05/1984	29/05/1984	22/06/1984
Acordo para Criação de Consulados em São Paulo e em Xangai	15/08/1984	15/08/1984	23/08/1984
Acordo para a Cooperação nos Usos Pacíficos da Energia Nuclear	11/10/1984	21/12/1987	15/01/1988
Protocolo de Cooperação em Matéria de Siderurgia	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1985
Protocolo de Cooperação em Matéria de Geociências	01/11/1985	01/11/1985	18/11/1986
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional	01/11/1985	08/03/1988	22/04/1988
Protocolo de Cooperação na Área de Tecnologia Industrial	06/07/1988	29/12/1989	12/03/1990
Acordo de Cooperação Econômica e Tecnológica	18/05/1990	05/03/1992	24/07/1992
Acordo Destinado a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	05/08/1991	06/01/1993	20/02/1993
Acordo sobre Serviços Aéreos	11/07/1994	27/11/1997	17/02/1998
Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e	08/11/1994	29/06/1998	31/07/1998



Tecnologia do Espaço Exterior			
Acordo de Quarentena Vegetal	13/12/1995	03/07/1997	02/10/1997
Acordo sobre Segurança Técnica Relacionada ao Desenvolvimento Conjunto dos Satélites e Recursos Terrestres	13/12/1995	29/06/1998	30/07/1998
Acordo sobre a Manutenção do Consulado-Geral na Região Administrativa Especial de Hong Kong da República Popular da China	08/11/1996	01/07/1997	18/11/1996
Protocolo Complementar ao Acordo-Quadro sobre Cooperação em Aplicações Pacíficas de Ciência e Tecnologia do Espaço Exterior para a Continuidade do Desenvolvimento Conjunto de Satélites de Recursos Terrestres	27/11/2002	25/03/2008	09/09/2008
Tratado sobre Assistência Judiciária Mútua em Matéria Penal	24/05/2004	26/10/2007	04/12/2007
Acordo sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos Oficiais e de Serviços	24/05/2004	10/08/2004	10/08/2004
Tratado de Extradicação entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China	12/11/2004	10/04/2015	10/04/2015
Acordo sobre o Fortalecimento da Cooperação na Área de Implementação de Infraestrutura de Construção	05/06/2006	22/11/2006	04/01/2007
Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre Auxílio Judicial em Matéria Civil e Comercial	19/05/2009	10/04/2015	10/04/2015
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China de	21/06/2012	A ser apreciado pelo Congresso Nacional	



Assistência Mútua Administrativa em Matéria Aduaneira		
--	--	--

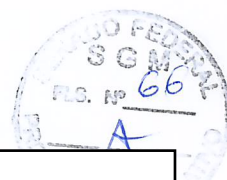
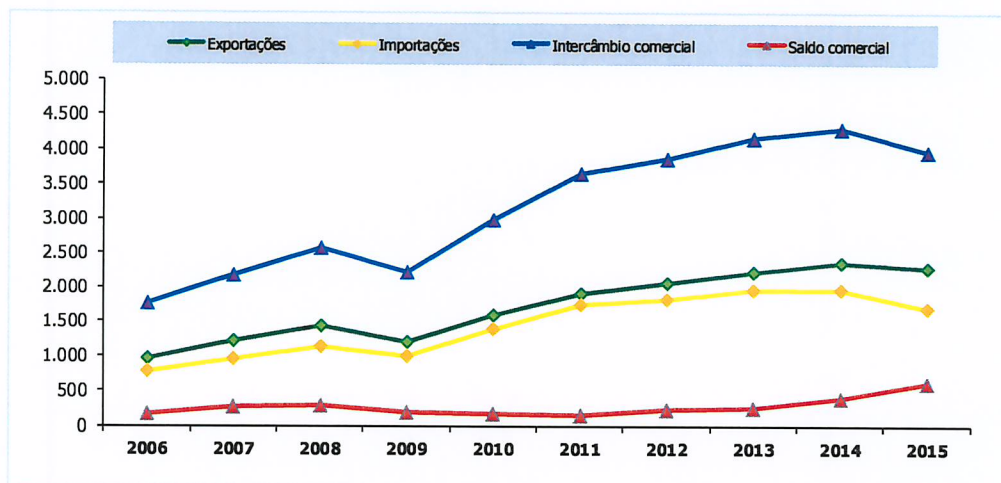


DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Evolução do comércio exterior da China
US\$ bilhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2006	969	27,2%	791	19,9%	1.760	23,8%	177
2007	1.220	25,9%	956	20,8%	2.176	23,6%	264
2008	1.431	17,3%	1.133	18,5%	2.563	17,8%	298
2009	1.202	-16,0%	1.006	-11,2%	2.207	-13,9%	196
2010	1.578	31,3%	1.396	38,8%	2.974	34,7%	182
2011	1.898	20,3%	1.743	24,9%	3.642	22,5%	155
2012	2.049	7,9%	1.818	4,3%	3.867	6,2%	231
2013	2.209	7,8%	1.950	7,2%	4.159	7,6%	259
2014	2.342	6,0%	1.958	0,4%	4.300	3,4%	384
2015	2.282	-2,6%	1.682	-14,1%	3.964	-7,8%	600
Var. % 2006-2015	135,5%	--	112,5%	--	125,1%	--	n.c.

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.*

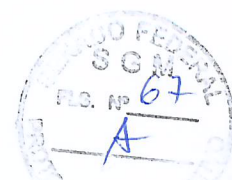
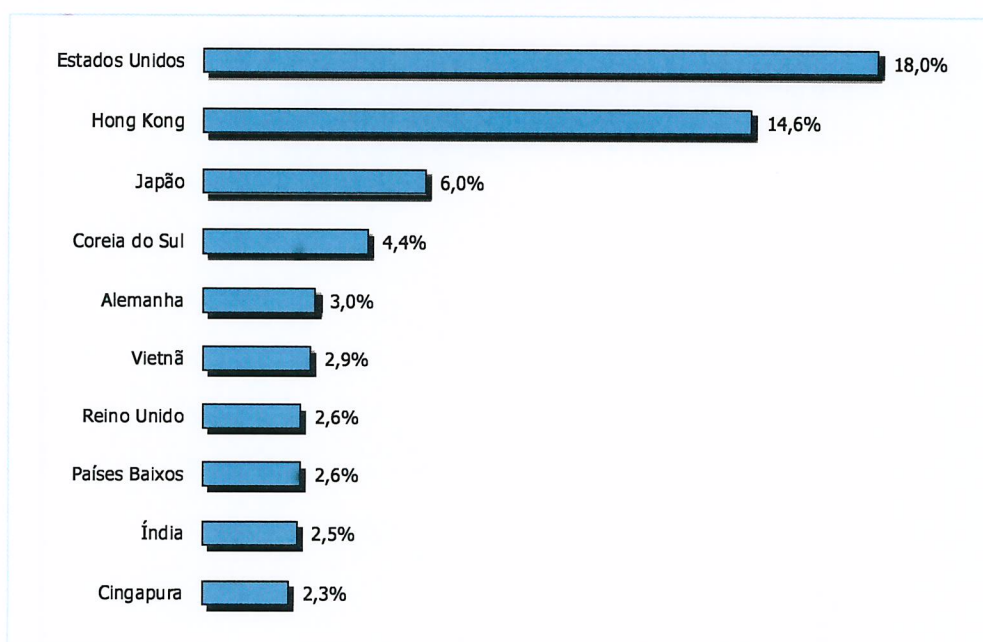


Direção das exportações da China
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Estados Unidos	411	18,0%
Hong Kong	334	14,6%
Japão	136	6,0%
Coreia do Sul	101	4,4%
Alemanha	69	3,0%
Vietnã	66	2,9%
Reino Unido	60	2,6%
Países Baixos	60	2,6%
Índia	58	2,5%
Cingapura	53	2,3%
...		
Brasil (21ª posição)	27	1,2%
Subtotal	1.375	60,2%
Outros países	907	39,8%
Total	2.282	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais destinos das exportações

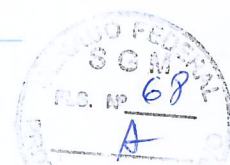
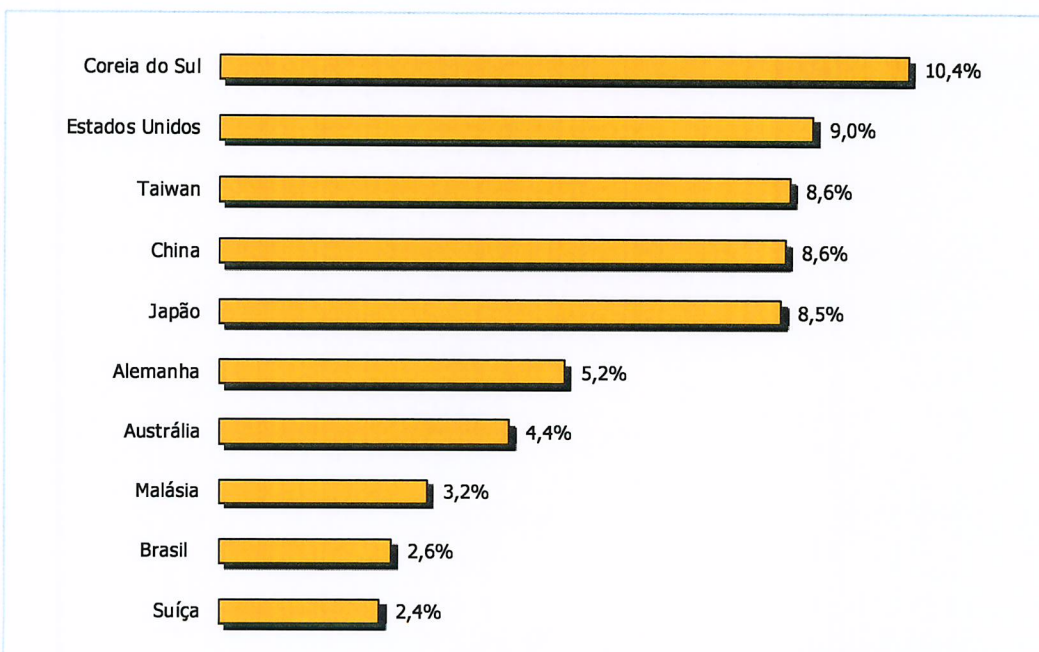


Origem das importações da China
US\$ bilhões

Países	2 0 1 5	Part.% no total
Coreia do Sul	175	10,4%
Estados Unidos	151	9,0%
Taiwan	145	8,6%
China	144	8,6%
Japão	143	8,5%
Alemanha	88	5,2%
Austrália	74	4,4%
Malásia	53	3,2%
Brasil	44	2,6%
Suíça	41	2,4%
Subtotal	1.058	62,9%
Outros países	624	37,1%
Total	1.682	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais origens das importações

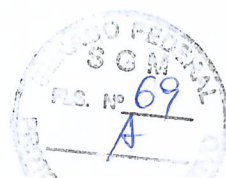
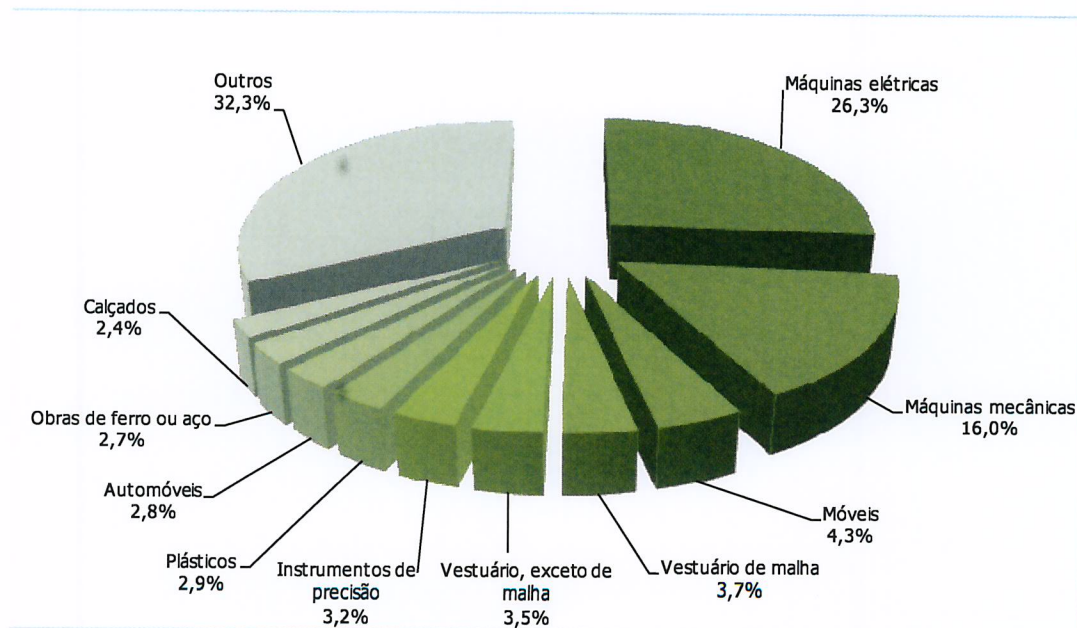


Composição das exportações da China
US\$ bilhões

Grupos de Produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	600	26,3%
Máquinas mecânicas	365	16,0%
Móveis	99	4,3%
Vestuário de malha	84	3,7%
Vestuário, exceto de malha	79	3,5%
Instrumentos de precisão	74	3,2%
Plásticos	66	2,9%
Automóveis	63	2,8%
Obras de ferro ou aço	61	2,7%
Calçados	54	2,4%
Subtotal	1.545	67,7%
Outros	737	32,3%
Total	2.282	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

10 principais grupos de produtos exportados

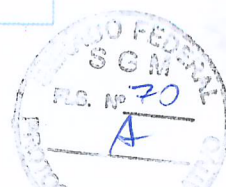
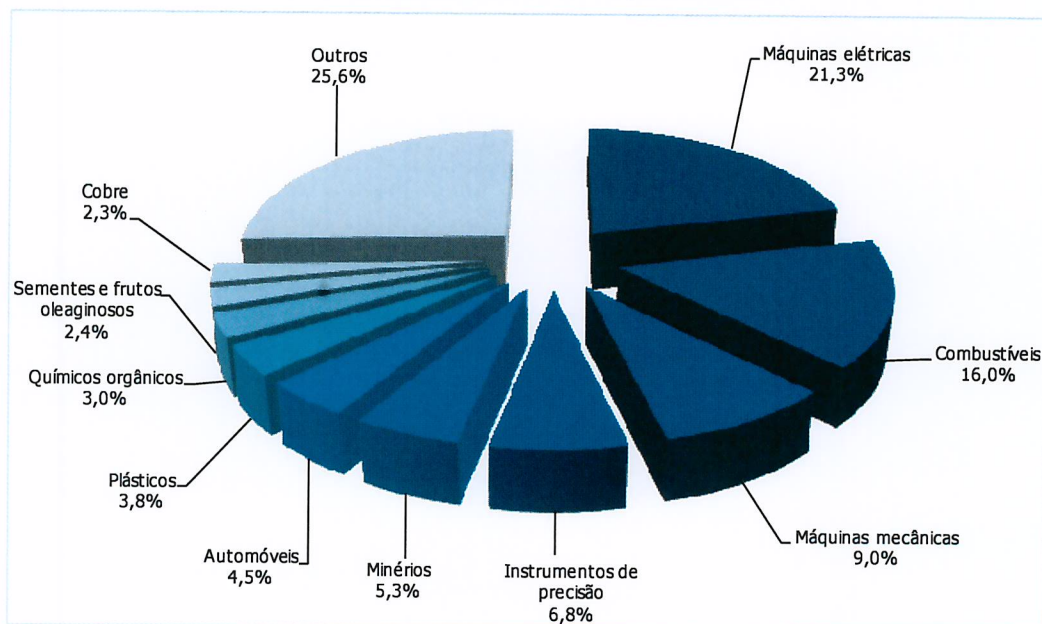


Composição das importações da China
US\$ bilhões

Grupos de produtos	2 0 1 5	Part.% no total
Máquinas elétricas	432	21,7%
Combustíveis	199	16,2%
Máquinas mecânicas	157	9,1%
Instrumentos de precisão	100	6,9%
Minérios	95	5,4%
Automóveis	70	4,6%
Plásticos	66	3,8%
Químicos orgânicos	48	3,1%
Sementes e frutos oleaginosos	40	2,4%
Cobre	38	2,3%
Subtotal	1.245	74,0%
Outros	437	26,0%
Total	1.682	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, June 2016.

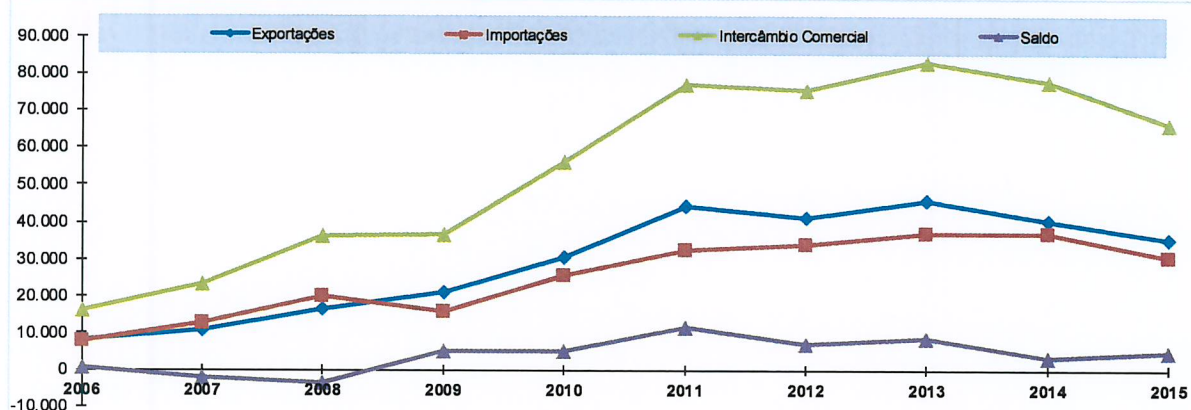
10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - China
US\$ milhões

Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2006	8.402	22,9%	6,10%	7.990	49,2%	8,75%	16.303	33,7%	7,11%	502
2007	10.749	27,9%	6,69%	12.621	58,0%	10,46%	23.370	43,3%	8,31%	-1.872
2008	16.523	53,7%	8,35%	20.044	58,8%	11,59%	36.567	56,5%	10,96%	-3.522
2009	21.004	27,1%	13,73%	15.911	-20,6%	12,46%	36.915	1,0%	13,15%	5.093
2010	30.786	46,6%	15,25%	25.595	60,9%	14,08%	56.381	52,7%	14,69%	5.190
2011	44.315	43,9%	17,31%	32.791	28,1%	14,49%	77.105	36,8%	15,99%	11.524
2012	41.228	-7,0%	17,00%	34.251	4,5%	15,35%	75.479	-2,1%	16,21%	6.976
2013	46.026	11,6%	19,02%	37.304	8,9%	15,56%	83.330	10,4%	17,30%	8.722
2014	40.616	-11,8%	18,04%	37.345	0,1%	16,30%	77.961	-6,4%	17,16%	3.271
2015	35.608	-12,3%	18,63%	30.719	-17,7%	17,92%	66.327	-14,9%	18,29%	4.888
2016 (jan-mai)	15.695	14,3%	21,36%	9.221	-36,1%	5,37%	24.916	-11,5%	115,52%	6.474
Var. % 2006-2015	323,8%	--	--	284,5%	--	--	306,8%	--	--	n.c.

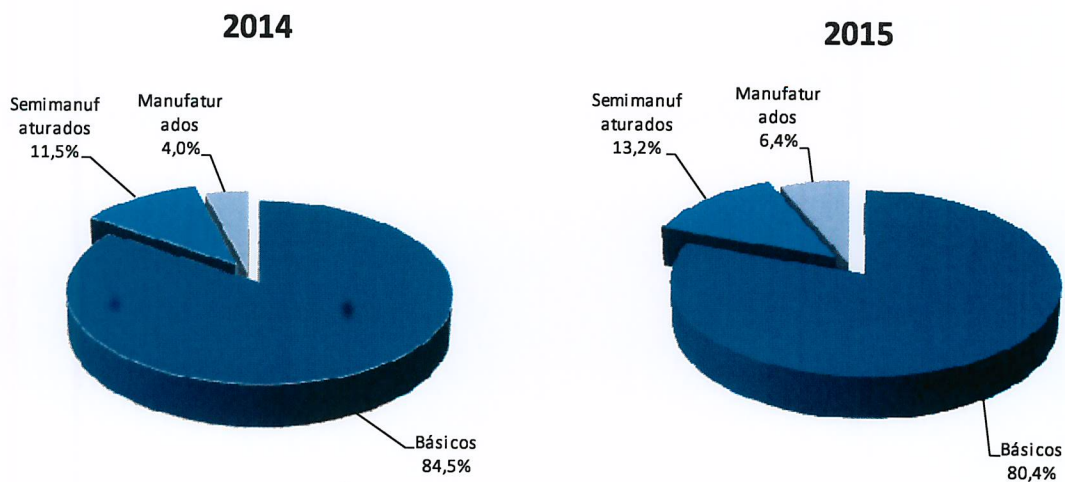
Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.
(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



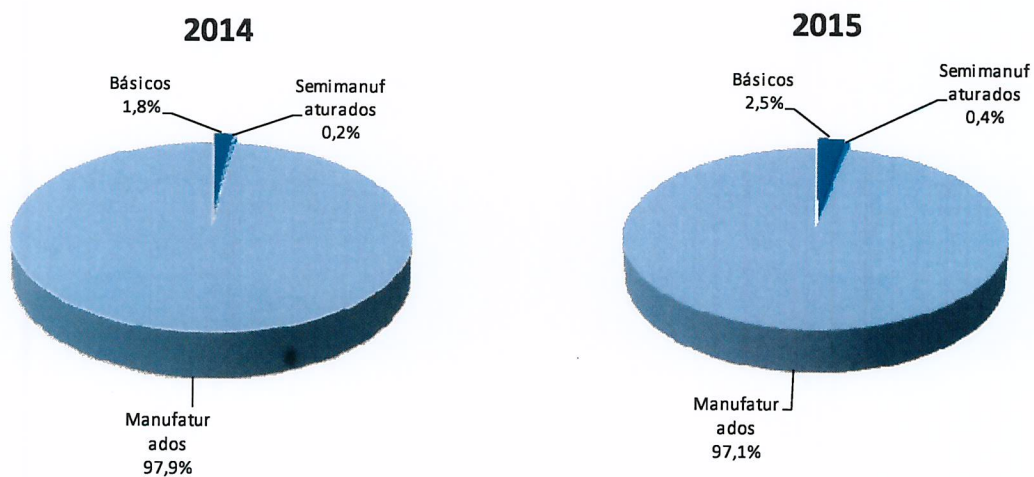
Exportações e importações brasileiras por fator agregado
US\$ milhões

Comparativo 2015 com 2014

Exportações Brasileiras⁽¹⁾



Importações Brasileiras



Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

(1) Exclusive transações especiais.

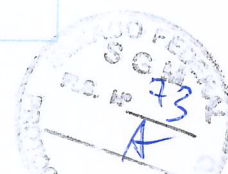
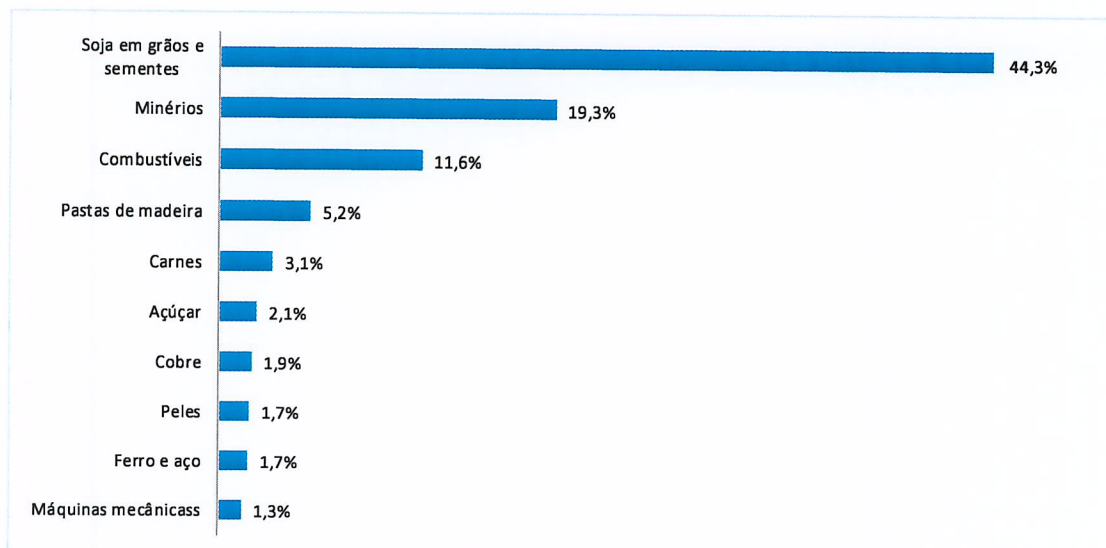


Composição das exportações brasileiras para a China
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Soja em grãos e sementes	17.148	37,3%	16.616	40,9%	15.789	44,3%
Minérios	16.394	35,6%	12.709	31,3%	6.875	19,3%
Combustíveis	4.035	8,8%	3.474	8,6%	4.142	11,6%
Pastas de madeira	1.582	3,4%	1.711	4,2%	1.862	5,2%
Carnes	446	1,0%	521	1,3%	1.094	3,1%
Açúcar	1.433	3,1%	880	2,2%	764	2,1%
Cobre	616	1,3%	327	0,8%	662	1,9%
Peles	643	1,4%	826	2,0%	621	1,7%
Ferro e aço	597	1,3%	530	1,3%	592	1,7%
Máquinas mecânicas	283	0,6%	207	0,5%	462	1,3%
Subtotal	43.177	93,8%	37.801	93,1%	32.863	92,3%
Outros produtos	2.849	6,2%	2.815	6,9%	2.745	7,7%
Total	46.026	100,0%	40.616	100,0%	35.608	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2015

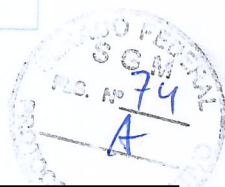
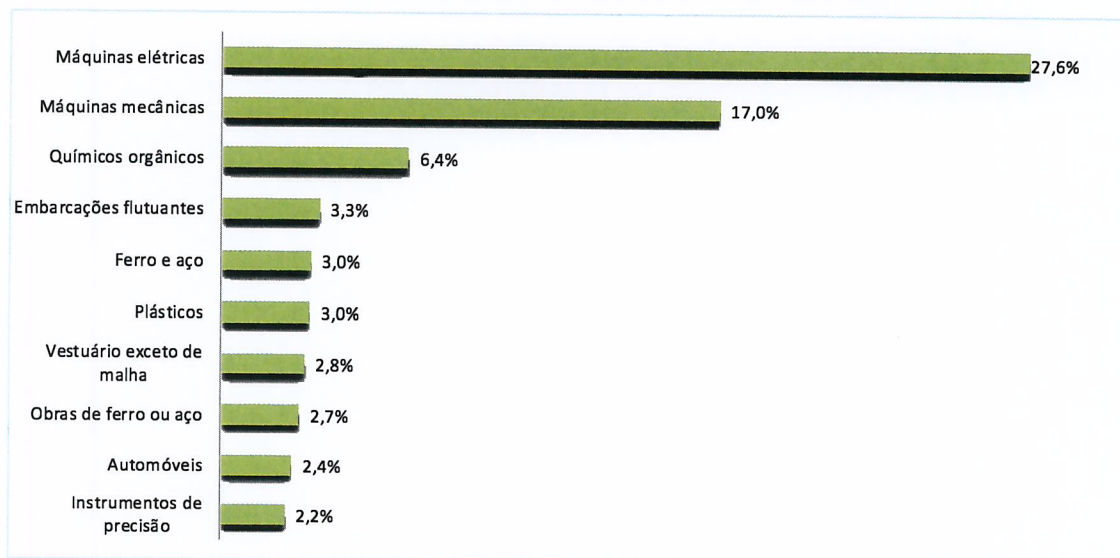


Composição das importações brasileiras originárias da China
US\$ milhões

Grupos de Produtos	2013		2014		2015	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Máquinas elétricas	10.869	29,1%	10.898	29,2%	8.471	27,6%
Máquinas mecânicas	8.132	21,8%	7.151	19,1%	5.230	17,0%
Químicos orgânicos	2.184	5,9%	2.233	6,0%	1.960	6,4%
Embarcações flutuantes	283	0,8%	482	1,3%	1.024	3,3%
Ferro e aço	978	2,6%	1.388	3,7%	936	3,0%
Plásticos	1.006	2,7%	1.070	2,9%	928	3,0%
Vestuário exceto de malha	884	2,4%	935	2,5%	872	2,8%
Obras de ferro ou aço	1.017	2,7%	978	2,6%	820	2,7%
Automóveis	1.034	2,8%	1.002	2,7%	744	2,4%
Instrumentos de precisão	789	2,1%	780	2,1%	671	2,2%
Subtotal	27.176	72,9%	26.917	72,1%	21.656	70,5%
Outros produtos	10.128	27,1%	10.428	27,9%	9.063	29,5%
Total	37.304	100,0%	37.345	100,0%	30.719	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Junho de 2016.

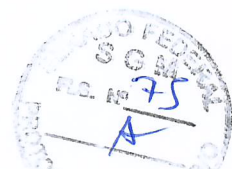
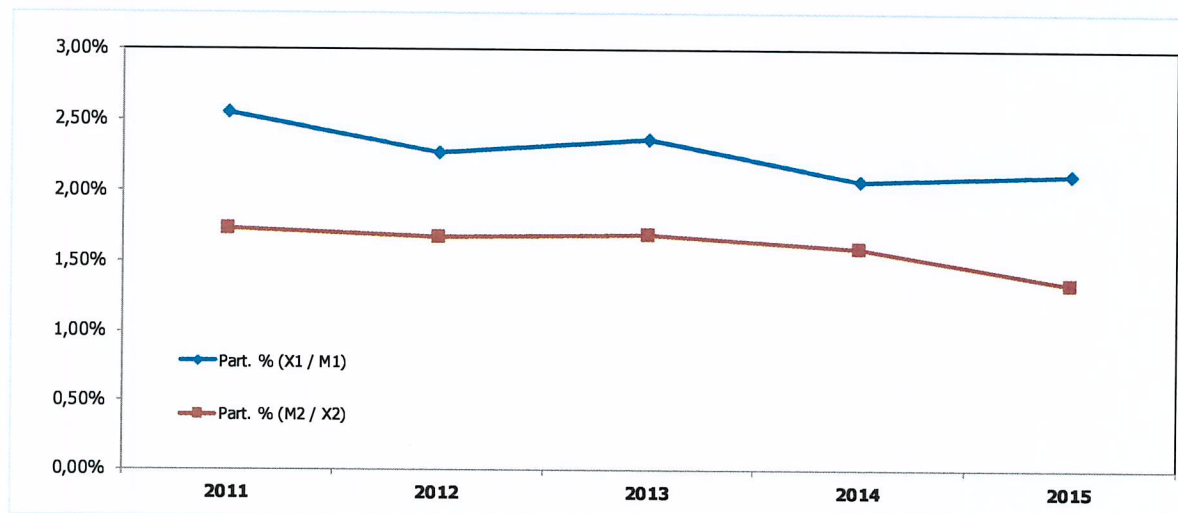
Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2015



Part. % do Brasil no comércio da China
US\$ milhões

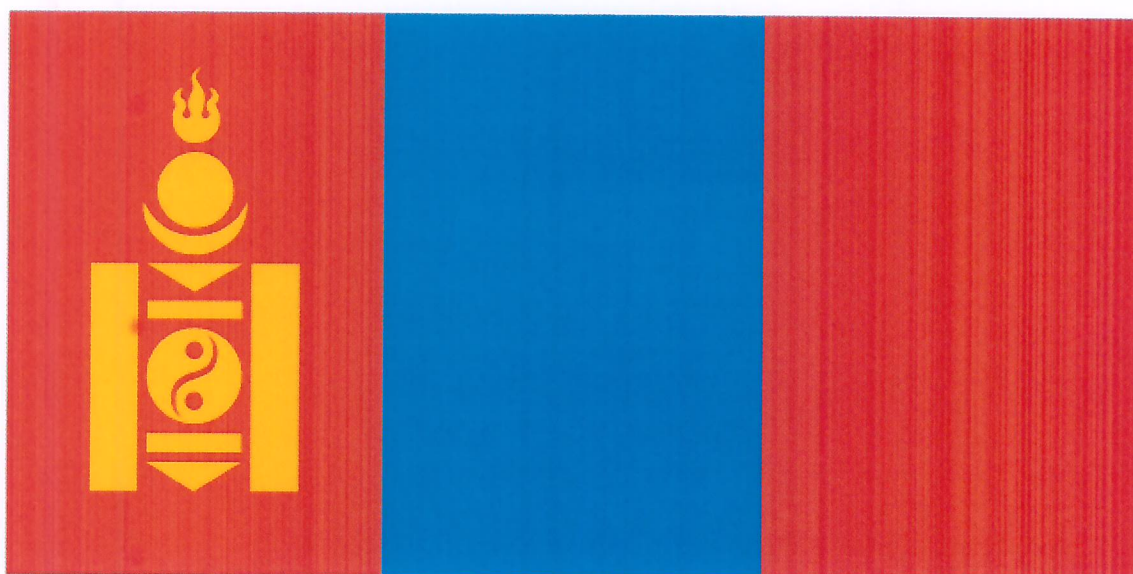
Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	Var. % 2011/2015
Exportações do Brasil para a China (X1)	44.315	41.228	46.026	40.616	35.608	-19,6%
Importações totais da China (M1)	1.743.395	1.818.199	1.949.992	1.958.021	1.681.671	-3,5%
Part. % (X1 / M1)	2,54%	2,27%	2,36%	2,07%	2,12%	-16,7%
Importações do Brasil originárias da China (M2)	32.791	34.251	37.304	37.345	30.719	-6,3%
Exportações totais da China (X2)	1.898.388	2.048.782	2.209.007	2.342.343	2.281.856	20,2%
Part. % (M2 / X2)	1,73%	1,67%	1,69%	1,59%	1,35%	-22,1%

*Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap.
As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações da China e vice-versa explicam-se pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.*

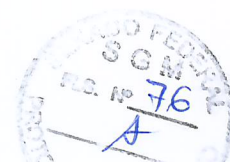


MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

MONGÓLIA



INFORMAÇÃO OSTENSIVA
Junho de 2016



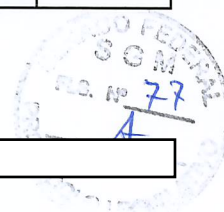
DADOS BÁSICOS SOBRE A MONGÓLIA

NOME OFICIAL:	Mongólia
CAPITAL:	Ulaanbaatar
ÁREA:	1.564.116 km ²
POPULAÇÃO (2015)	2,93 milhões
IDIOMA OFICIAL:	mongol
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	budismo (53%), islamismo (3%), xamanismo (2,9%), cristianismo (2,1%), outras religiões (0,4%), sem religião (38,6%)
SISTEMA DE GOVERNO:	República unitária semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO:	Parlamento unicameral, constituído pela Grande Assembleia do Estado. Nome original: <i>Ulsyn Ikh Hural</i> . Comumente chamado de Grande Hural
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Tsakhiagiin Elbegdorj (2009-2013 primeiro mandato; desde 10 de julho de 2013, para o segundo mandato)
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-Ministro Chimed Saikhanbileg (desde 21 de novembro de 2014)
CHANCELER:	Lundeg Purevsuren (desde 10 de dezembro de 2014)
PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) NOMINAL (2014):	US\$ 11,73 bilhões
PIB – PARIDADE DE PODER DE COMPRA (PPP) (2014):	US\$ 29,71 bilhões
PIB PER CAPITA (2014):	US\$ 4.008
PIB PPP PER CAPITA (2014):	US\$ 10.157
VARIAÇÃO DO PIB:	9,1% (2014); 11,7% (2013); 12,4% (2012)
IDH (2014):	0.727 (90º posição entre 188 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2015):	69,4 anos
ALFABETIZAÇÃO (2008)	98,46%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2014):	4,8% (fonte: Banco Mundial)
UNIDADE MONETÁRIA	tögrög
EMBAIXADORA EM BRASILIA	Sosormaa Chuluunbaatar
BRASILEIROS NO PAÍS	Não há registro de comunidade brasileira na Mongólia

INTERCÂMBIO BILATERAL BRASIL-MONGÓLIA (fonte: MDIC)

Brasil - Mongólia	1999	2001	2003	2005	2007	2009	2011	2013	2015
Intercâmbio	12.531	13.591	128.262	1.869.122	2.468.489	2.877.720	5.561.530	949.276	1.266.296
Exportações	12.531	13.591	104.024	1.869.122	2.466.844	2.877.664	5.546.071	814.389	1.194.527
Importações	0.0	0.0	24.624	0.0	1.645	56	15.459	134.887	72.399
Saldo	12.531	13.591	79.400	1.869.122	2.465.199	2.877.608	5.530.612	679.502	1.122.128

Informação elaborada em 15/06/2016 por Germano Corrêa. Revisada por Orlando Leite Ribeiro, em 20/06/2016



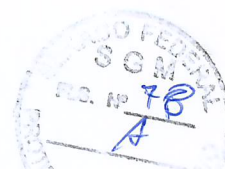
APRESENTAÇÃO

A Mongólia é um estado mediterrâneo do leste da Ásia. Tem fronteiras com apenas dois países — China e Rússia —, circunstância geográfica determinante para a evolução histórica do país. A capital, Ulaanbaatar, concentra cerca de 45% da população do país.

O território ocupado atualmente pela Mongólia foi dominado por numerosos impérios nômades de povos autóctones. Em 1206, Genghis Khan fundou o Império Mongol. Seu neto, Kublai Khan, expandiu as fronteiras do Império e conquistou a China, estabelecendo a dinastia Yuan, em 1271. Com a queda da dinastia Yuan, em 1368, os mongóis retornaram a período de disputas entre facções, com breves interrupções. No século XVII, a dinastia Qing, que dominava a China, incorporou a Mongólia.

Com a queda dos Qing, em 29 de dezembro 1911, os mongóis declararam independência. A independência de fato, entretanto, seria obtida apenas com a Revolução de 1921, feita com o auxílio do Exército Vermelho da União Soviética e que culminou com a fundação da República Popular da Mongólia, em 1924. Até 1990, o país foi fortemente influenciado pela URSS. Com o colapso do bloco soviético, em 1989, inicia-se rápido processo de abertura democrática na Mongólia. Em 1990, foram realizadas as primeiras eleições democráticas e, dois anos depois, aprovada a atual Constituição, que prevê um sistema de democracia representativa, garantindo liberdade de culto, direitos inalienáveis, ciclos eleitorais, entre outros.

A economia da Mongólia é baseada em vastas reservas minerais. O setor de mineração é responsável por cerca de 20% do PIB, 20% das receitas estatais e 80% das exportações mongóis, que se direcionam majoritariamente à China (84% do total exportado).



PERFIS BIOGRÁFICOS

TSAKHIAGIIN ELBEGDORJ *presidente da República*



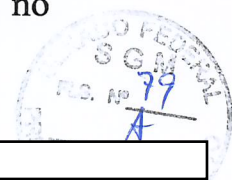
Nasceu em Zereg Sum, em 1963, é casado e pai de cinco filhos. Fluente em inglês e russo. Viveu e cresceu em comunidade nômade. No início da década de 1980, foi mecânico e serviu no Exército Popular Mongol. Em 1988, graduou-se em jornalismo pela Universidade Ivan Franko, na Ucrânia, e, em 2002, concluiu mestrado em administração pública pela Escola de Governo John F. Kennedy, da Universidade de Harvard.

Durante a juventude, integrou movimentos de resistência ao regime comunista mongol. De 1989 a 1991, participou da fundação do movimento democrático e anticomunista chamado União Democrática Mongol e convocou as primeiras manifestações em favor da democracia e reformas. Fundou o primeiro jornal independente da Mongólia, Democracia, em 1990, sendo seu primeiro editor-chefe. Participou, ainda, da criação do primeiro canal de televisão independente do país.

Nas eleições de julho de 1990, tornou-se congressista, e, durante seus quatro mandatos, ocupou os cargos de vice-presidente e de líder da maioria.

Assumiu a Presidência da República pela primeira vez em 2009, após haver exercido em duas ocasiões a função de primeiro-ministro (na primeira vez, em 1998, foi o mais jovem ocupante do cargo). Em 2013, foi reeleito para mandato presidencial por mais quatro anos.

Visitou o Brasil, em caráter privado, em junho de 2012, para receber o prêmio *Champions of the Earth* (Campeões da Terra), conferido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no contexto da Conferência Rio+20.



CHIMED SAIKHANBILEG
primeiro-ministro

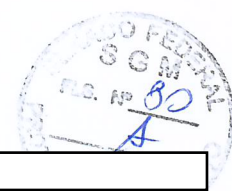


Nasceu na província de Dornod em 1969. Fluente em russo e em inglês. Formado em história, em 1991, pela Universidade de Moscou, e em direito, em 1995, pela Faculdade de Direito da Universidade Nacional da Mongólia. Em 2002, cursou mestrado em direito pela Universidade George Washington, nos EUA.

Foi secretário da Federação da Juventude Mongol de 1991 a 1997, cargo que manteve mesmo estudando em Moscou.

Em 1996, foi eleito pela primeira vez para o Grande Hural (Parlamento mongol). Entre 1997 e 2002, presidiu a Federação da Juventude Mongol. De 1998 a 1999, foi ministro da Educação, Ciência e Cultura. De 2002 a 2004, atuou em firma de advocacia. De 2004 a 2008, foi diretor da Agência de Informação, Comunicação e Tecnologia do governo mongol. De 2008 a 2012, exerceu novo mandato no Grande Hural, ocasião em que liderou o Partido Democrático (DP). Em 2012, foi reeleito e chefiou o gabinete de seu antecessor, primeiro-ministro Dendeviin Terbishdagva.

Tornou-se primeiro-ministro em novembro de 2014. Seu nome foi endossado por 44 dos 46 parlamentares que votaram no Grande Hural - os demais 30 integrantes não compareceram.



RELAÇÕES BILATERAIS

Brasil e Mongólia estabeleceram relações diplomáticas em 27 de junho de 1987, num momento em que o país asiático iniciava estratégia de ampliação de suas relações exteriores (intitulada de "terceiros vizinhos"), diante dos sinais de declínio dos regimes comunistas do Leste Europeu. Em janeiro daquele ano, a Mongólia estabelecera relações diplomáticas com os Estados Unidos. Desde então, tem procurado consolidar um regime político de perfil democrático e um sistema econômico fundado nas forças do mercado.

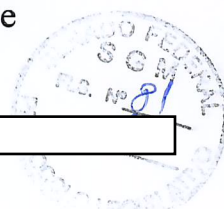
A Mongólia vê no Brasil um país em desenvolvimento com importante projeção no plano regional e internacional, dotado de setores industriais e tecnológicos de vanguarda e com potencial para realizar investimentos em seu território. O setor de mineração desperta muito interesse, tanto pela possibilidade de troca de experiências no campo da regulação quanto pela perspectiva de investimentos brasileiros em projetos mongóis. A parte mongol tem manifestado interesse na cooperação em agricultura.

Em 12 de junho de 2014, a Mongólia instalou embaixada residente em Brasília, a primeira na América do Sul. Desde então, as relações bilaterais têm crescente dinamismo, expresso na assinatura de acordos em diversas áreas de cooperação. De nossa parte, a embaixada do Brasil em Pequim é cumulativa com Ulaanbaatar.

A Mongólia conta com cônsul honorário na cidade do Rio de Janeiro, e o Brasil indicou cidadã mongol como cônsul honorária em Ulaanbaatar.

Desenvolvimentos recentes

Em 21 de setembro de 2015, o ministro de estado, embaixador Mauro Vieira, assinou, juntamente com a embaixadora da Mongólia em Brasília, Sosormaa Chuluunbaatar, os seguintes atos bilaterais: Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia; Entendimento Recíproco por Troca de Notas para Isenção de Vistos de Curta Duração; e Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia sobre cooperação entre academias diplomáticas. Esses três atos somam-se ao Memorando de



Entendimento sobre Esportes, assinado, em maio de 2015, em Pequim, totalizando quatro atos bilaterais assinados em 2015.

De 21 a 23 de setembro de 2015, o ministro da Mineração, Jigjid Rentsendoo, fez visita a Brasília, com o objetivo de trocar experiências a respeito de aspectos econômicos, sociais e ambientais da atividade mineira, em geral, e da mineração em pequena escala, em particular.

Em outubro de 2015, delegação de atletas mongóis participou da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, sediados em Palmas. Na ocasião, representantes do Ministério dos Esportes do Brasil e do Ministério da Saúde e Esportes da Mongólia realizaram a 1ª Reunião de Consultas entre as duas instituições, no âmbito do Memorando de Entendimento sobre Esportes, acima mencionado.

Em junho de 2012, o presidente Tsakhiagiin Elbegdorj visitou o Rio de Janeiro para receber o prêmio *Champions of the Earth*, conferido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). A Mongólia participou, naquela ocasião, da Conferência Rio+20, com delegação chefiada pelo secretário de estado dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior (nível de vice-ministro), Batkhishig Badamdorj.

As reuniões bilaterais com a parte mongol evidenciaram, até o momento, a possibilidade de cooperação nas seguintes áreas: energia e mineração; educação; esportes; agricultura e sanidade animal; e consular.

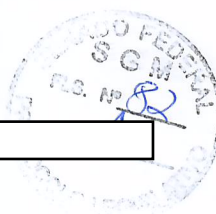
Cooperação bilateral

Comércio e investimentos

De acordo com os dados brasileiros, entre 2005 e 2015, o comércio bilateral entre o Brasil e a Mongólia reduziu de US\$ 1,869 milhão para US\$ 1,267 milhão. Os fluxos comerciais são, basicamente, os valores registrados das exportações, uma vez que as importações brasileiras da Mongólia são pouco expressivas. O saldo comercial, portanto, é estruturalmente favorável ao Brasil. No último triênio os superávits foram de US\$ 680 mil (2013); US\$ 1,339 milhão (2014) e 1,112 milhão (2015).

Em 2015, as exportações totalizaram US\$ 1,195 milhão. Os principais grupos de produtos embarcados para a Mongólia foram: i) açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 668 mil; equivalentes a 55,9% do total); ii) Peles e couros (US\$ 285 mil; 23,9%); e iii) Carnes (US\$ 131 mil; 10,9%).

Ainda segundo os dados brasileiros, nos últimos dez anos as modestas importações brasileiras originárias da Mongólia tiveram registros bastante diferenciados em cada ano, mantendo-se sempre em níveis muito



baixos. Em 2015, a soma das importações vindas da Mongólia alcançou o valor de US\$ 72 mil. O principal grupo de produtos adquirido pelo Brasil da Mongólia, em 2015, foi o que inclui fibras sintéticas ou artificiais (valor de US\$ 62 mil; equivalentes a 85,4% do total).

Mineração e energia

O setor de mineração é responsável por cerca de 20% do PIB, 20% das receitas estatais e 80% das exportações mongóis, que se direcionam majoritariamente à China (84% do total exportado). Cobre é o principal produto exportado, seguido por carvão, minério de ferro, petróleo bruto e ouro. As reservas de cobre e de minerais não-ferrosos são exploradas em sua maioria por empresas estrangeiras, principalmente chinesas. O país tem, igualmente, grandes reservas de ferro e carvão.

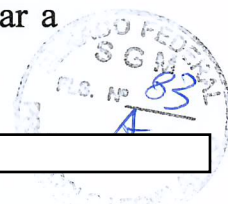
O Governo mongol tem procurado atrair investimentos na área mineradora, com oferta de licenças de exploração em extensas áreas. Em 2011, promoveu licitação internacional para exploração da mina Tavan Tolgoi, uma das maiores minas de carvão a céu aberto do mundo, da qual a Vale participou sem sucesso. A empresa brasileira, que tinha escritório de representação em Ulaanbaatar (dedicado à pesquisa e prospecção de cobre, níquel e carvão), encerrou suas atividades na Mongólia em 2012. A empresa preservou apenas a razão social de sua subsidiária na Mongólia, a empresa Thetis Mining.

A energia consumida na Mongólia provém quase inteiramente de combustíveis fósseis – carvão e petróleo. O país vem promovendo, contudo, o uso de fontes renováveis de energia, tendo divulgado meta de alcançar entre 20-25% de participação de energias limpas na matriz energética até 2020. A Mongólia não possui reservas significativas de petróleo ou gás. Sua produção é pequena (14 mil barris diários) e, como não possui refinarias, importa todos os derivados de petróleo que consome.

Cooperação agrícola

A Mongólia tem vasto território e grande potencial para o desenvolvimento agropecuário, o que cria oportunidades de cooperação com o Brasil.

Em outubro de 2011, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia. O Memorando prevê a criação de Grupo de Trabalho Conjunto (GTC) para aprofundar a



cooperação. Por problemas de agenda e restrições orçamentárias do MAPA, o GTC ainda não se reuniu.

Em agosto de 2015, o MAPA manifestou interesse em iniciar a implementação do Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação. A esse respeito, a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), autarquia ligada ao MAPA, indicou que poderá contribuir em duas vertentes: a) gestão e difusão do conhecimento e informações agrícolas, principalmente na troca de conhecimentos a respeito do processo de sistematização de pesquisa da produção agrícola, dos preços agropecuários e no uso da geotecnia no processo de acompanhamento e avaliação da safra agrícola; e b) promoção de ações relacionadas ao planejamento, coordenação, controle, análise e avaliação de programas voltados à produção familiar, propondo uma agenda de capacitação e visita.

Cooperação industrial

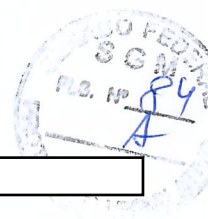
Encontra-se em avaliação, no Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, proposta mongol de Memorando de Entendimento para cooperação industrial. A eventual celebração do Memorando, com ênfase especificamente na troca de informações e de missões para conhecer experiências bem-sucedidas, poderia trazer estímulo à Mongólia no desenvolvimento de seu ainda incipiente setor industrial. Eventual intercâmbio bem-sucedido de experiências no setor industrial poderia suscitar o interesse de empresas brasileiras em investir no país asiático. Deve-se ressaltar que a Mongólia está buscando diversificar sua economia, concentrada, ainda, em mineração e agricultura.

Educação e esportes

Brasil e Mongólia celebraram Acordo de Cooperação Educacional em 21/09/2015. O texto, que atualmente tramita na Esplanada, poderá, quando ratificado, fundamentar juridicamente a inclusão da Mongólia nos programas oficiais de mobilidade acadêmica do Governo brasileiro, tais como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e o Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

O Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Esportes foi firmado, em Pequim, em maio de 2015. A parte brasileira apresenta disposição em desenvolver cooperação bilateral nas modalidades de futebol feminino e esportes equestres.

Em outubro de 2015, delegação de atletas mongóis participou da primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, sediados em Palmas. Na



ocasião, representantes do Ministério dos Esportes do Brasil e do Ministério da Saúde e Esportes da Mongólia realizaram a 1ª Reunião de Consultas entre as duas instituições, no âmbito do Memorando de Entendimento.

Academias diplomáticas

Brasil e Mongólia assinaram em 21 de setembro de 2015 Memorando de Entendimento com o objetivo de promover a cooperação no treinamento de diplomatas.

O Acordo prevê a troca de informações entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil/IRBr e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia sobre seus respectivos programas de estudo, o intercâmbio de professores, estudantes, a organização de seminários em conjunto e o intercâmbio de publicações.

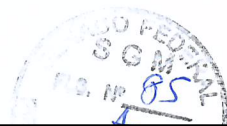
A Mongólia solicitou a participação de diplomata mongol no curso de Formação IRBr 2017. O pedido será avaliado no momento oportuno à luz das prioridades e da disponibilidade de vagas.

Temas sociais e combate à pobreza

Por ocasião da 3ª Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas (2012), a parte brasileira suscitou a possibilidade de iniciar-se cooperação bilateral na área de programas sociais, tendo em vista a experiência brasileira acumulada em segurança alimentar e nutricional, pesca artesanal, desenvolvimento agrário e assistência humanitária, o que foi bem acolhido pela delegação mongol. A parte brasileira encaminhou às autoridades mongóis informações sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o "PAA África", que o Brasil promove no continente africano, em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação, bem como sobre o Programa Fome Zero.

Cooperação humanitária

O Brasil concedeu, em 2010, doações humanitárias para a Mongólia, no valor de US\$ 100 mil, por meio do escritório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) naquele país, e de US\$ 350 mil por meio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em função do severo inverno seguido de período de seca, fenômeno chamado *dzud*, que, naquele ano, afetou severamente populações rurais daquele país



Cooperação parlamentar

O Grande Hural conta com Grupo de Amizade Brasil-Mongólia, criado em 2008, que tem atualmente 11 membros.

Há duas matérias relativas a grupos parlamentares de amizade Brasil-Mongólia em tramitação no Congresso Nacional. Na Câmara dos Deputados, foi aprovado, em 2013, o projeto de resolução da Câmara nº179/2013, transformado na resolução da Câmara dos Deputados nº 44/2013. Não foi realizada, entretanto, reunião de instalação do grupo. No Senado Federal, tramita o projeto de resolução nº 56/2015. A matéria encontra-se, desde 26/11/2015, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, onde aguarda manifestação do relator, senador Lasier Martins (PDT/RS).

Assuntos consulares

Não há comunidade brasileira na Mongólia. A rede consular brasileira no país é composta pelo consulado honorário em Ulaanbaatar, que tem jurisdição sobre toda a Mongólia e é representado pela senhora Khulan Zumbee.

Por acordo assinado em 2007, Brasil e Mongólia isentaram portadores de passaporte diplomático e oficial de vistos para estadas de até 90 dias. Para funcionários acreditados, a isenção é pelo prazo da missão.

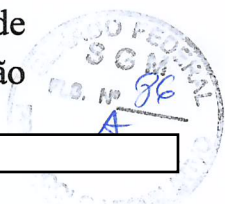
Está em vigor, desde outubro de 2015, entendimento recíproco, por troca de notas, que isenta de vistos nacionais de ambos os países para viagens de turismo e negócios.

POLÍTICA INTERNA

Antes do fim da União Soviética, o sistema político mongol emulava, em grande medida, a arquitetura do vizinho do norte. Com a queda do muro de Berlim e a dissolução da União Soviética, a Mongólia iniciou transição para um sistema multipartidário e com economia de mercado. Em 1986, as tropas da URSS deixaram o país, e, em 1990, os partidos políticos foram legalizados, realizando-se eleições para o Grande Hural. Em geral, caracteriza-se o ano de 1990 como o da "revolução democrática" no país. Em 1992, foi promulgada a Constituição da Mongólia (em vigor), que estabelece direitos e liberdades civis.

A cena política mongol é composta atualmente pelos seguintes partidos políticos principais:

(i) *Partido Democrata da Mongólia (PD)*: formado pela fusão de lideranças políticas e movimentos de proa na chamada revolução



democrática de 1990, que pôs fim ao comunismo no país. O atual PD foi fundado em 2000 pela união do Partido Nacional Democrático Mongol e do Partido Social Democrata Mongol. De vertente liberal, é o principal partido do país atualmente. É a agremiação a que pertence o atual presidente, Tsakhiagiin Elbegdorj.

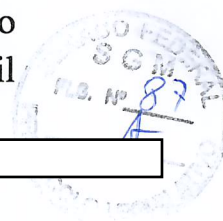
(ii) Partido Popular Mongol (PPM): Em sua atual versão, o PPM foi criado em 2010 como sucessor do antigo Partido Revolucionário do Povo Mongol, de inspiração leninista, fundado em 1920. Essa força política comunista operou sob o nome PPM até 1924, quando foi rebatizado PRPM. Em 2010, os membros decidiram retornar ao nome original do partido (PPM). Mais importante que a alteração do nome, o PPM adotou ideário assimilável à social-democracia. Não é alteração menor, tendo em vista tratar-se da única força política da Mongólia durante todo o regime comunista, que operou sob sistema de partido único. Parcela do partido, descontente com a decisão de 2010, cindiu-se e formou o atual PRPM.

(iii) Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM): reúne os partidários do ex-presidente Nambaryn Enkhbayar (2005-2009) que, descontentes com a adoção, pelo PPM, de ideário social-democrata, fundaram nova agremiação com a sigla do antigo partido único sob o regime comunista. Em sua versão atual, disputou apenas as eleições presidenciais de 2013.

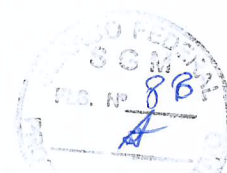
Embora de relevância decrescente, a clivagem capital-interior ainda tem importância na política partidária mongol. Com 2,9 milhões de habitantes, a Mongólia tem cerca de 62% da população vivendo nas cidades. O maior centro urbano, a capital Ulaanbaatar, conta com 950 mil habitantes. Enquanto o PPM mantém bases fortes no interior, inclusive junto à população nômade, o PD concentra sua base de apoio na capital do país. As eleições parlamentares de 2012 indicam que essa divisão no eleitorado é ainda significativa.

Na atual legislatura, os 76 assentos do Grande Hural dividem-se na seguinte proporção: Partido Democrático (PD), 33 parlamentares; Partido do Povo Mongol (PPM), 25 cadeiras; Coalizão Justiça, entre o Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM) e o Partido Nacional Democrata Mongol, 11 assentos; independentes, 4 parlamentares; Partido Verde, 2; e assentos vacantes, 4. Sua distribuição geográfica confirma a maior força do PPM no interior e a supremacia do PD em Ulaanbaatar.

O atual primeiro-ministro, Chimed Saikhanbileg, foi escolhido em novembro de 2014, após conturbado momento político no país que redundou na queda de seu antecessor, Norovyn Altankhuyag. Do mesmo PD do presidente Elbegdorj, Saikhanbileg foi escolhido com a difícil



função de retomar as robustas taxas de crescimento econômico do país, afetadas com a queda dos preços das commodities (sobretudo minérios, principal recurso do país) e com o relativo declínio da demanda chinesa (principal mercado para a Mongólia).



POLÍTICA EXTERNA

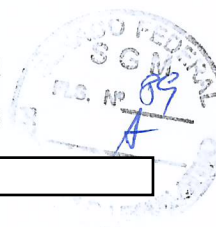
Com seu território encrustado entre a Rússia e a China, a circunstância geográfica da Mongólia foi fator que, historicamente, exerceu forte influência nas relações exteriores do país, concentradas na parceria com os dois vizinhos. Se, no período comunista, a parceria com a União Soviética era o aspecto preponderante das relações exteriores, desde a abertura do país, a China tornou-se seu parceiro preferencial. Conforme dados de 2015, das exportações de bens mongóis, 85% foram destinadas à China. Pelo lado das importações, a China é origem de 41,0% do total de bens adquiridos pela Mongólia e a Rússia de 28,3%.

Nas duas últimas décadas, a Mongólia tem procurado diversificar suas parcerias, explorando a inserção em diferentes sistemas sub-regionais asiáticos, em especial as relações com as duas Coreias, com a Ásia Central (aderiu à Organização para Cooperação de Xangai, como membro observador em 2004), e com os países da ASEAN (aderiu, em 2005, ao Tratado de Cooperação e Amizade no Sudeste Asiático). Tem buscado, também, ampliar seus canais de contato com outras regiões do mundo, na linha da chamada "política de terceiros vizinhos", além de uma participação mais ativa em organismos multilaterais.

A mais recente iniciativa de política externa da Mongólia foi a declaração, em setembro de 2015, de "estado de neutralidade permanente". O país apresentou, em outubro de 2015, na Primeira Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), um projeto de resolução sobre a "neutralidade permanente da Mongólia". O projeto tem apenas duas cláusulas operativas: i) reconhecimento e apoio do status de neutralidade permanente da Mongólia; e ii) chamamento aos Estados-membros a respeitarem e apoiarem esse status da Mongólia, além de respeitarem sua independência, soberania, integridade territorial, a inviolabilidade de suas fronteiras e sua política externa neutra e independente.

Em encontro com o Diretor de Organismos Internacionais, em outubro de 2015, a embaixadora da Mongólia em Brasília, Sosormaa Chuluunbaatar, explicou que a neutralidade "de facto" de seu país decorre da sua especificidade geográfica, como país sem saída para o mar, situado, em suas palavras, "entre dois gigantes" (Rússia e China). O objetivo seria agora torná-la "oficial" por meio da adoção de uma resolução das Nações Unidas que consagre de modo mais amplo essa condição de país neutro.

O estreitamento das relações com os Estados Unidos tem constituído outra via explorada pela Mongólia. Após os atentados de 11 de

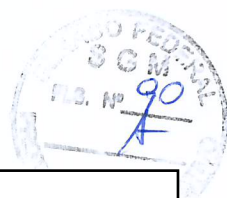


setembro de 2001, ofereceu-se como base de apoio para projeção militar norte-americana na Ásia Central, facilitando sobrevoos em seu território e locais de treinamento para contingentes da coalizão. A Mongólia também contribuiu com efetivos para a intervenção no Iraque. Recorda-se que, em sua região, a Mongólia integra dois importantes agrupamentos ligados ao tema de segurança: a Organização de Cooperação de Xangai (OCX), como país-observador; e o Fórum Regional da Associação de Nações do Sudeste Asiático - ASEAN (fórum para assuntos de defesa), como membro pleno.

Em razão de suas boas relações com as duas Coreias, busca também contribuir para a questão da Península Coreana. Neste sentido, sediou duas reuniões intercoreanas e um encontro de representantes das Conversações Hexapartites sobre Desnuclearização da Península Coreana. Vale ressaltar que a Mongólia se declarou "Estado livre de armas nucleares", algo de grande relevância para o contexto do Nordeste Asiático.

O Japão também constitui importante parceiro da Mongólia. Em fevereiro de 2015, os dois países assinaram o Acordo para uma Parceria Econômica, o primeiro tratado de livre comércio firmado pelo Governo mongol.

No plano extrarregional, a Mongólia é país-membro do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), desde 2010, e participou da V Reunião Ministerial do FOCALAL em Buenos Aires, em agosto de 2011.



ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Impulsionada por sua abundante riqueza mineral, a Mongólia beneficiou-se, nos últimos anos, do boom das commodities, o que se refletiu em elevadas taxas de crescimento.

Apesar de um aumento substancial da produção mineradora, o crescimento do produto interno bruto (PIB) da Mongólia caiu de 11,6%, em 2013, para 7,8%, em 2014. A estimativa do FMI para 2015 é de crescimento de 2,3%. O investimento direto estrangeiro caiu em relação aos anos anteriores e o estímulo monetário que manteve um crescimento elevado em 2013 tornou-se cada vez mais difícil de se sustentar diante da pressão de inflação e do déficit na balança de pagamentos. A entrada em funcionamento do complexo de mineração de cobre e ouro da mina de Oyu Tolgoi foi responsável pelo notável crescimento do setor de mineração mongol de 24,2%, em 2014, a despeito de uma queda de 16,3% na produção de carvão do país.

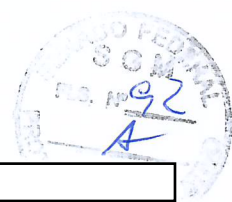
A mina de Oyu Tolgoi, desenvolvida em joint venture pela australiana Rio Tinto e pelo Governo da Mongólia, é o maior empreendimento econômico da história da Mongólia. Espera-se que em seu pico de produção responda por até 30% do PIB do país, o que, se por um lado pode ajudar a manter o forte crescimento econômico dos últimos anos, por outro lado, pode torná-lo demasiadamente susceptível à variação no preço das commodities minerais. A despeito do crescimento da produção mineral, a previsão para os próximos anos é de desaceleração moderada do ritmo do crescimento da economia mongol, em função dos ajustes das políticas fiscal e monetária do país com vistas à contenção da inflação.

Nos últimos dez anos, as exportações mongóis de bens cresceram 180,8%, passando de US\$ 1,603 bilhão em 2006, para US\$ 4,502 bilhões, em 2015. No ano passado, as exportações da Mongólia assinalaram queda de 22,2% sobre os valores de 2014. A China é, de longe, o principal mercado para os produtos mongóis, em razão do elevado grau de complementaridade das respectivas pautas e da proximidade geográfica. Dessa forma, em 2015, a China absorveu 84% do total das vendas externas da Mongólia. Seguem, como demais parceiros, a Suíça (9% do total), o Japão (1,2%) e a Itália (1,2%). O Brasil ocupou a 42ª posição entre os destinos dos produtos mongóis, com participação discreta. Conforme já salientado, a pauta de exportações mongol mostra alta concentração em produtos minerais e, portanto, em 2015, foram os seguintes os principais grupos de produtos ofertados pelo país: cobre e outros minérios (59,7% de

participação no total); carvão e petróleo (19,6%); e ouro e pedras preciosas (8,9%).

Entre 2006 e 2015, as importações mongóis cresceram 158%, passando de US\$ 1,485 bilhão para US\$ 3,831 bilhões no período. De 2014 a 2015, as importações caíram 28,7%. Os principais fornecedores da Mongólia em 2015 foram: China (41% de participação no total); Rússia (28,3%); Japão (6,5%); Coreia do Sul (3,8%); e Alemanha (2,7%). O Brasil, por sua vez, foi o 45º fornecedor. Em relação à composição da demanda, foram os seguintes os principais grupos de produtos importados pelo país, em 2015: combustíveis e lubrificantes (25,3% de participação); máquinas mecânicas (12%); e automóveis (9,3%).

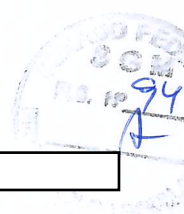
Em relação a 2014, o saldo da balança em transações comerciais de bens aumentou 60,36%, alcançando superávit de US\$ 671 milhões em 2015. O superávit obtido pelo país em 2015 é reflexo tanto do fortalecimento da oferta mongol, com o aumento da produção mineral exportadora do país, quanto do decréscimo registrado pela demanda de importações da Mongólia.



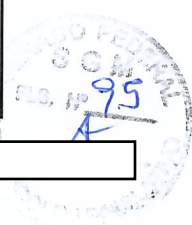
CRONOLOGIA HISTÓRICA

1206	Constitui-se como Estado a partir de tribos nômades de etnia mongol.
1206 a 1260	Após a unificação das tribos mongóis, Genghis Khan lança uma campanha para conquista. Seus filhos e netos criam um dos maiores impérios em extensão territorial da história.
1294	Com a morte de Kublai Khan, neto de Genghis Khan, o Império Mongol é dividido em quatro Impérios. O maior e mais poderoso, o Grande Khanato, ficou conhecido como a Dinastia Yuan e seu território incluía a Mongólia e a China.
1368	Enfraquecido, o império se fragmenta. Tropas Ming expulsam os mongóis de capital Dadu, atual Pequim. Com a derrota, a corte foge para o território mongol e funda a Dinastia Yuan Setentrional.
1388	Tropas Ming destroem a capital mongol, Karakorum. Segue-se período de violentas disputas entre facções e invasões chinesas.
1636	Início do domínio pelos manchu, fundadores da Dinastia Qing. Conquista os mongóis do sul, habitantes da região conhecida atualmente como Mongólia Interior.
1691	O império Qing oferece proteção para os mongóis do norte, habitantes do atual território mongol.
1911	Fim da dinastia Qing. A Mongólia declara independência. A Rússia e a República da China reconhecem sua autonomia.
1919	O exército chinês ocupa a Mongólia.
1920	Revolucionários mongóis fundam o Partido Popular da Mongólia e fazem contato com os bolcheviques na Sibéria.
1921	Com apoio do Exército Vermelho, revolucionários mongóis expulsam as forças chinesas nacionalistas e tropas czaristas e instalam o "Governo Popular Mongol".
1924	O Partido Popular escolhe o modelo leninista de "caminho para o socialismo cortornando o capitalismo" e renomeia o próprio Partido como Partido Revolucionário do Povo Mongol (PRPM). Proclamação da República Popular da Mongólia.
1939	As tropas soviéticas e da Mongólia comandadas pelo general Zhukov derrotam uma invasão por forças japonesas na

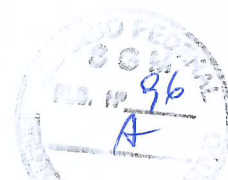
	Batalha de Khalkhyn Gol.
1945	Conferência de Yalta preserva o <i>status quo</i> — o controle soviético — na Mongólia. Mongóis votam pela independência em um plebiscito das Nações Unidas.
1949	São estabelecidas relações com a República Popular da China.
1961	Conselho de Segurança da ONU aprova a adesão da Mongólia à ONU.
1966	O Secretário-Geral do Partido Comunista Soviético, Brejnev, assina um tratado de assistência mútua em Ulaanbaatar permitindo permanência de tropas soviéticas na Mongólia.
1984	Com apoio soviético, o Secretário-Geral do Partido Revolucionário do Povo Mongol, Yumjaagiyn Tsedenbal, é retirado do poder. Seu sucessor, Jambyn Batmönh, inicia políticas inspiradas na <i>glasnost</i> e <i>perestroika</i> .
1990	Protestos forçam a renúncia do Politburo do PRPM e a convocação de eleições. Os partidos políticos são legalizados.
1992	A nova Constituição da Mongólia dá prioridade aos direitos e liberdades civis. O nome oficial do país deixa de ser República Popular da Mongólia e passa a ser simplesmente Mongólia. Estabelecimento do parlamento unicameral, chamado Grande Hural.
1993	As primeiras eleições diretas para presidente são vencidas pelo candidato da oposição Punsalmaagiyn Ochirba, apoiado pela União Democrática, formada por dois partidos, o Partido Nacional Democrático Mongol (PNDM) e o Partido Social Democrata Mongol (PSDM). O Grande Hural, entretanto, continuava controlado pelo PRPM.
1996	A União Democrática consegue, pela primeira vez, a maioria no Grande Hural.
1997	O candidato Bagabandi do PRPM vence a eleição presidencial.
2000	Junto com três outros partidos, o PNDM e o PSDM formam o Partido Democrata.
2001	O FMI aprova quase US\$ 40 milhões em empréstimos a juros baixos para os próximos três anos para ajudar combater a pobreza e impulsionar o crescimento econômico.
2002	Em novembro, ocorre visita do dalai lama. China tenta



	influenciar líderes mongóis no sentido de impedir a visita do líder espiritual tibetano.
2004	Eleições Parlamentares: o desempenho eleitoral da oposição força o PRPM a formar governo de coalizão. Tsakhiagiin Elbegdorj é nomeado primeiro-ministro seguindo o acordo de partilha de poder.
2005	<i>Março a abril</i> – Na capital, manifestantes pedem a renúncia do governo e combate à pobreza e à corrupção. <i>Maio</i> – O candidato do PRPM, Nambaryn Enkhbayar, vence a eleição presidencial. <i>Novembro</i> – O presidente George W. Bush é o primeiro presidente dos EUA a visitar a Mongólia.
2006	<i>Janeiro</i> - O governo de coligação liderado por Tsakhiagiin Elbegdorj cai após o PRPM se retirar, culpando a liderança pelo crescimento econômico lento. O Parlamento escolhe Miyeegombo Enkhbold do PRPM como o novo primeiro-ministro.
2007	<i>Novembro</i> - O primeiro-ministro Miyeegombo Enkhbold renuncia, substituído por Sanjagiin Bayar.
2008	<i>Julho</i> - O presidente Enkhbayar declara estado de emergência para conter motins na capital, que deixaram cinco mortos e centenas de feridos.
2009	<i>Maio</i> – O ex-primeiro-ministro e candidato do Partido Democrático, de oposição, Tsakhiagiin Elbegdorj, vence a eleição presidencial, derrotando o rival Nambaryn Enkhbayar por margem estreita. O PRPM, então no governo, aceita o resultado. <i>Outubro</i> – O primeiro-ministro Sanjagiin Bayar do PRPM renuncia por motivos de saúde. O ministro dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Sukhbaataryn Batbold, o sucede.
2010	<i>Fevereiro</i> - O frio extremo dizima rebanhos. A Organização das Nações Unidas lança programa assistencial aos trabalhadores rurais. <i>Abril</i> – O primeiro-ministro Sukhbaataryn Batbold assume como chefe de governo. <i>Novembro</i> – O Partido Revolucionário Popular da Mongólia reverte seu nome para Partido Popular da Mongólia, dos tempos do comunismo. O ex-presidente Nambaryn Enkhbayar funda pequeno partido separatista Partido



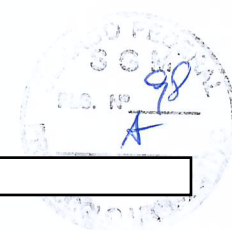
	Revolucionário do Povo Mongol (PRPM).
2012	<i>Junho</i> – Eleições parlamentares. Partido Democrata consegue a maioria das cadeiras e forma uma coalizão com o Partido Revolucionário do Povo Mongol. Noroviin Altankhuyag assume como primeiro-ministro, Luvsanvandan Bold (ministro dos Negócios Estrangeiros), Davaajav Gankhuyag (ministro de Mineração) e mais 12 ministros. <i>Agosto</i> – O ex-presidente Nambaryn Enkhbayar é condenado a quatro anos de prisão por corrupção. <i>Dezembro</i> – O Partido Revolucionário do Povo Mongol ameaça deixar coalizão de governo em protesto contra a sentença de prisão do seu ex-líder Enkhbayar.
2013	<i>Março</i> - Lançamento do "Ulaanbaatar Dialogue on Northeast Asia Security". <i>Maio</i> – Candidato do Partido Democrático e presidente da República, Tsakhiagiin Elbegdorj é reeleito presidente.
2014	<i>Dezembro</i> - Nomeação de novo Chefe de Governo: Primeiro-ministro Chimed Saikhanbileg. <i>Dezembro</i> - Nomeação de novo ministro dos Negócios Estrangeiros: Lundeg Purevsuren.
2015	Em discurso no Debate Geral da LXX AGNU, o presidente Elbegdorj lança a proposta de Resolução que declara a neutralidade permanente da Mongólia.



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

1987	Estabelecimento de relações diplomáticas (27 de junho).
2003	Visita do primeiro-ministro Nambaryn Enkhbayar, para participar do Congresso Internacional Socialista.
2005	Abertura do Consulado Honorário da Mongólia em São Paulo. Visita do vice-ministro da Indústria e Comércio da Mongólia, Tsagaandari Enhtuvshin, ao Brasil (Rio de Janeiro e Brasília). Na ocasião, firmaram-se Memorandos de Entendimento com o Ministério das Minas e Energia e com a Petrobras.
2007	Abertura do Consulado Honorário do Brasil em Ulaanbaatar (23 de abril). Assinatura de Acordo sobre isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de Memorando de Entendimento para o estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas (3 de maio). I Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (3 de maio).
2008	Criação do Grupo Brasil-Mongólia, no Parlamento mongol.
2010	Brasil doa US\$ 100 mil ao fundo de resposta humanitária do UNICEF, destinados à assistência às vítimas do inverno na Mongólia. II Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (24 de junho), em Ulaanbaatar.
2011	Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve (MOFA) (outubro)
2012	Visita privada do presidente da Mongólia, Tsakhiagiin Elbegdorj, ao Rio de Janeiro, para receber o prêmio <i>Champions of Earth</i> , do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUM (Rio de Janeiro, 1º de junho). III Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia (Brasília, 15 de junho). Participação do Secretário de Estado do Ministério de Negócios Estrangeiros da Mongólia, Batkhishig Badamdorj,

	na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20 (Rio de Janeiro, 21 de junho).
2013	Visita do embaixador do Brasil a Ulaanbaatar para cerimônias de posse do presidente Tsakhiagiin Elbegdorj.
2014	Visita a Brasília do Secretário de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Comércio Exterior, Damba Gankhuyag, e IV Reunião de Consultas Políticas Brasil-Mongólia, em Brasília (junho). Abertura da embaixada da Mongólia em Brasília (junho).
2015	Assinatura, em Pequim, de Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Esportes (maio). Assinatura, em cerimônia realizada em Brasília, com a participação do ministro Mauro Vieira, de três instrumentos: Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia sobre Cooperação Educacional; Entendimento Recíproco por Troca de Notas para Isenção de Vistos de Curta Duração, Brasília; e Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia sobre cooperação entre academias diplomáticas (setembro). Visita a Brasília do ministro de Mineração, Jiggjid Rentsendoo (setembro). Participação de atletas mongóis na primeira edição dos Jogos Mundiais Indígenas, realizados em Palmas, Tocantins (outubro). I Reunião de Consultas sobre Esportes, em Brasília (outubro).

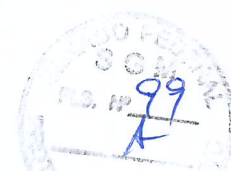


ACORDOS BILATERAIS

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Publicação
Acordo de Cooperação Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da Mongólia	21/09/2015	-x-	Em tramitação no Poder Executivo

Relação de instrumentos bilaterais que dispensam análise pelo Congresso Nacional:

- Memorando de Entendimento sobre Agricultura e Agroalimentação entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Ministério da Alimentação, Agricultura e Indústria Leve da Mongólia (outubro/2011);
- Memorando de Entendimento sobre Esportes (maio/2015);
- Entendimento Recíproco por Troca de Notas para Isenção de Vistos de Curta Duração (setembro/2015); e
- Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Mongólia sobre cooperação entre academias diplomáticas (setembro/2015).



DADOS ECONÔMICOS E COMERCIAIS

Principais Indicadores Econômicos da Mongólia

Indicador	2012	2013	2014 ⁽¹⁾	2015 ⁽¹⁾	2016 ⁽¹⁾
Crescimento real (%)	12,40%	11,74%	9,10%	8,44%	7,95%
PIB nominal (US\$ bilhões)	10,32	11,52	11,73	12,22	12,98
PIB nominal "per capita" (US\$)	3.635	3.996	4.008	4.116	4.305
PIB PPP (US\$ bilhões)	23,62	26,79	29,71	32,82	36,09
PIB PPP "per capita" (US\$)	8.318	9.293	10.157	11.052	11.975
População (milhões de habitantes)	2,84	2,88	2,93	2,97	3,01
Desemprego (%)	8,20	10,40	8,77	9,12	9,43
Inflação (%)	14,22%	11,19%	15,83%	11,17%	7,14%
Saldo em transações correntes (US\$ bilhões)	-3,36	-3,19	-1,65	-1,84	-2,07
Câmbio (Tg / US\$)	3,930,3	2,095,8	1,273,1	n.d.	n.d.

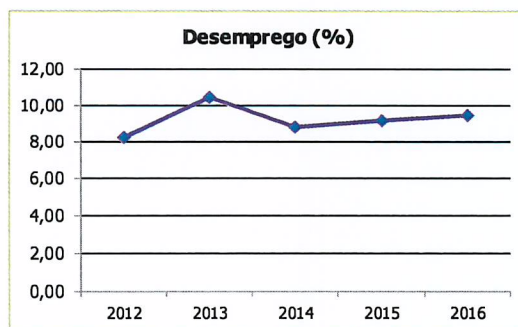
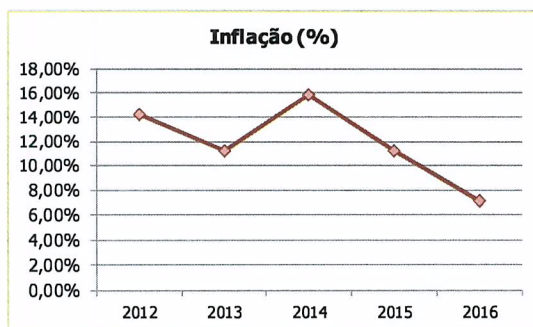
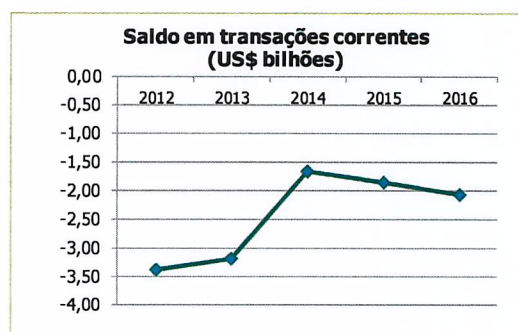
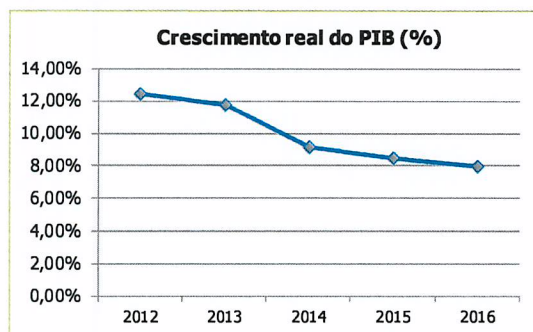
Origem do PIB (2013 estimativa)

Agricultura	16,5%
Indústria	32,6%
Serviços	50,9%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base nas seguintes publicações: (1) EIU, Economist Intelligence Unit, Country Report 1st Quarter 2015; (2) IMF - World Economic Outlook Database, October 2014.

(1) Estimativas FMI e EIU.

(n.d.) Dado não disponível.



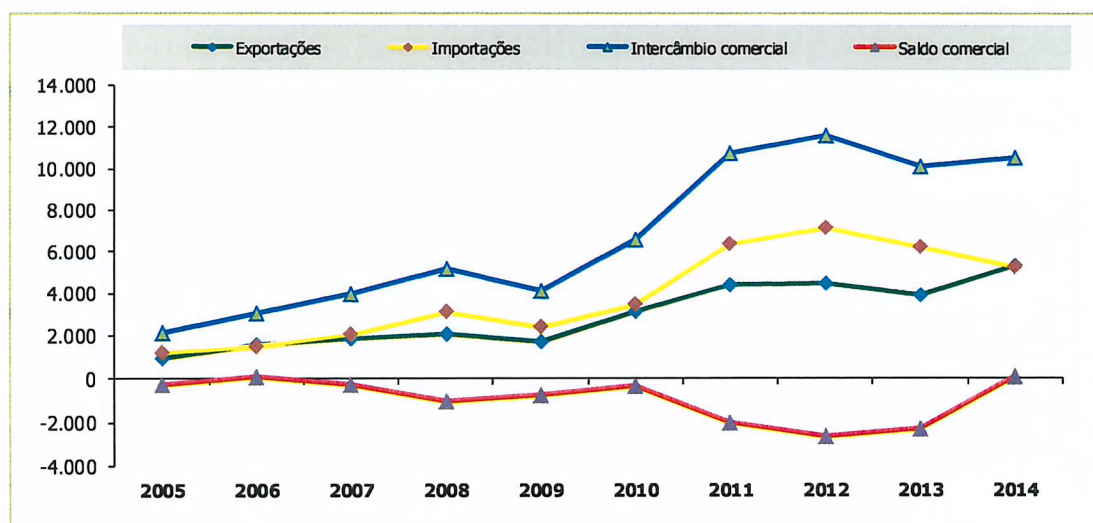
Evolução do Comércio Exterior da Mongólia⁽¹⁾
US\$ milhões

Anos	Exportações		Importações		Intercâmbio comercial		Saldo comercial
	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	Valor	Var. % em relação ao ano anterior	
2005	950	8,6%	1.218	16,8%	2.167	13,0%	-268
2006	1.603	68,8%	1.485	22,0%	3.088	42,5%	118
2007	1.851	15,4%	2.091	40,8%	3.942	27,6%	-241
2008	2.057	11,1%	3.105	48,5%	5.162	31,0%	-1.048
2009	1.687	-18,0%	2.428	-21,8%	4.115	-20,3%	-740
2010	3.118	256,4%	3.477	233,5%	6.595	244,0%	-359
2011	4.387	40,7%	6.385	83,6%	10.772	63,3%	-1.998
2012	4.476	2,0%	7.146	11,9%	11.622	7,9%	-2.670
2013	3.894	-13,0%	6.241	-12,7%	10.135	-12,8%	-2.347
2014	5.321	36,7%	5.225	-16,3%	10.547	4,1%	96
Var. % 2005-2014	460,3%	---	498,5%	---	428,6%	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaboradas por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.



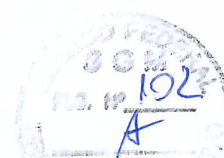
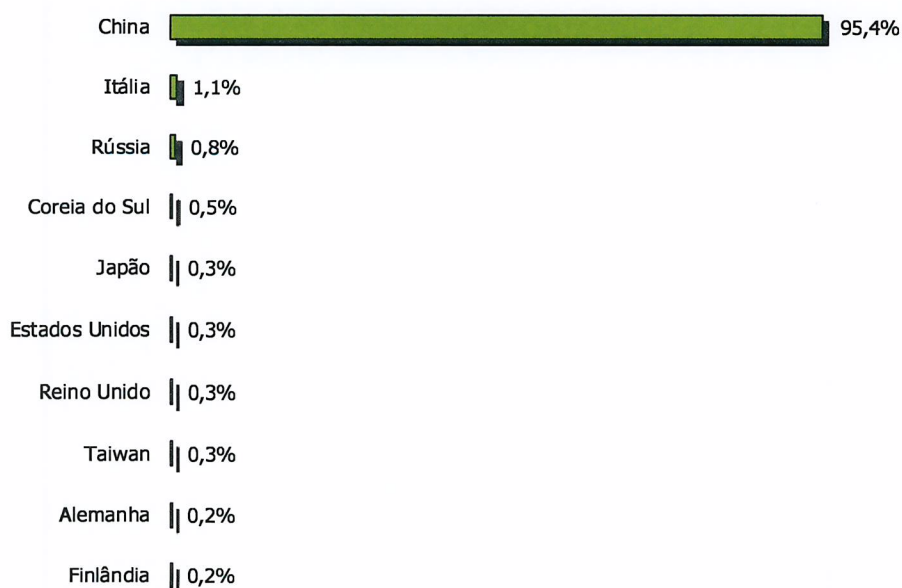
Direção das Exportações da Mongólia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part.% no total
China	5.079	95,4%
Itália	56	1,1%
Rússia	40	0,8%
Coreia do Sul	24	0,5%
Japão	17	0,3%
Estados Unidos	16	0,3%
Reino Unido	16	0,3%
Taiwan	15	0,3%
Alemanha	10	0,2%
Finlândia	8	0,2%
...		
Brasil (34ª posição)	0,0002	0,0%
Subtotal	5.281	99,2%
Outros países	40	0,8%
Total	5.321	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais destinos das exportações



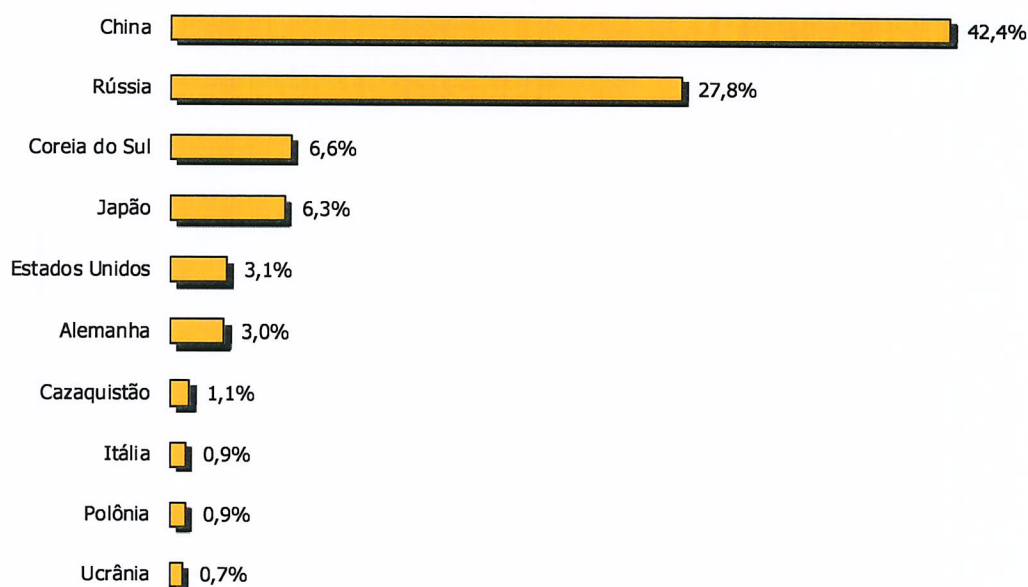
Origem das Importações da Mongólia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
China	2.216	42,4%
Rússia	1.453	27,8%
Coreia do Sul	347	6,6%
Japão	328	6,3%
Estados Unidos	164	3,1%
Alemanha	156	3,0%
Cazaquistão	58	1,1%
Itália	47	0,9%
Polônia	47	0,9%
Ucrânia	38	0,7%
...		
Brasil (42ª posição)	2	0,03%
Subtotal	4.856	92,9%
Outros países	370	7,1%
Total	5.225	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais origens das importações



103
A

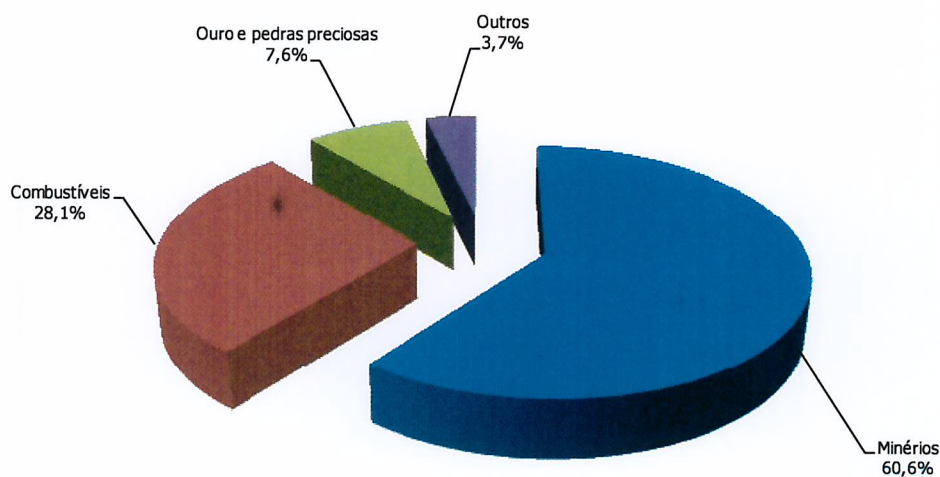
Composição das exportações da Mongólia US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4 ⁽¹⁾	Part.% no total
Minérios	3.223	60,6%
Combustíveis	1.496	28,1%
Ouro e pedras preciosas	406	7,6%
Subtotal	5.125	96,3%
Outros	196	3,7%
Total	5.321	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos exportados



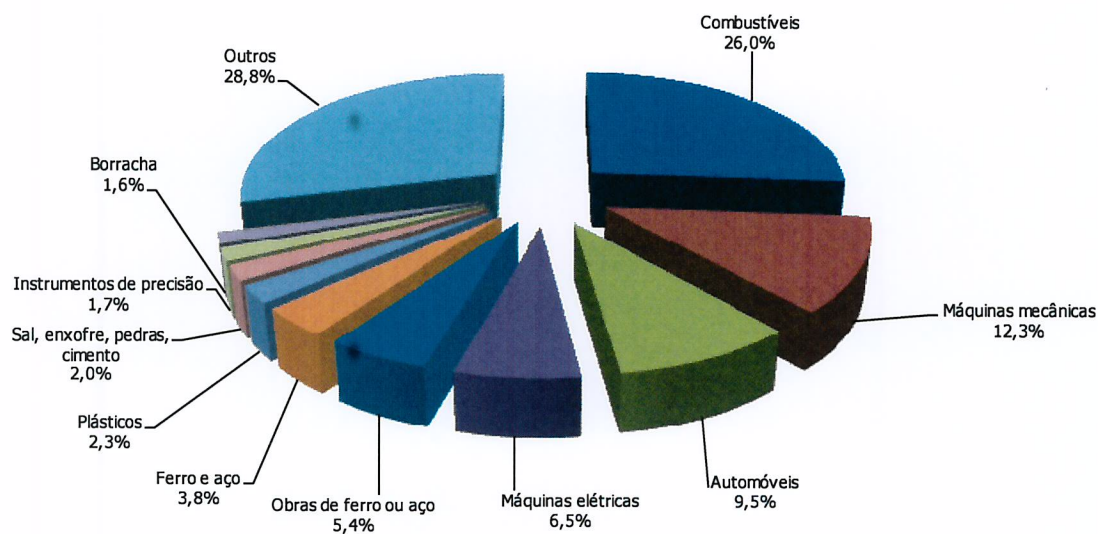
Composição das importações da Mongólia
US\$ milhões

Descrição	2 0 1 4⁽¹⁾	Part.% no total
Combustíveis	1.361	26,0%
Máquinas mecânicas	644	12,3%
Automóveis	497	9,5%
Máquinas elétricas	341	6,5%
Obras de ferro ou aço	283	5,4%
Ferro e aço	198	3,8%
Plásticos	120	2,3%
Sal, enxofre, pedras, cimento	103	2,0%
Instrumentos de precisão	89	1,7%
Borracha	84	1,6%
Subtotal	3.720	71,2%
Outros	1.505	28,8%
Total	5.225	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados da UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril 2015.

(1) O país não informou seus dados à UNCTAD, portanto as estatísticas foram elaborados por "espelho", ou seja, com base nas informações fornecidas pelos parceiros comerciais.

10 principais grupos de produtos importados



Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Mongólia
US\$ mil, fob

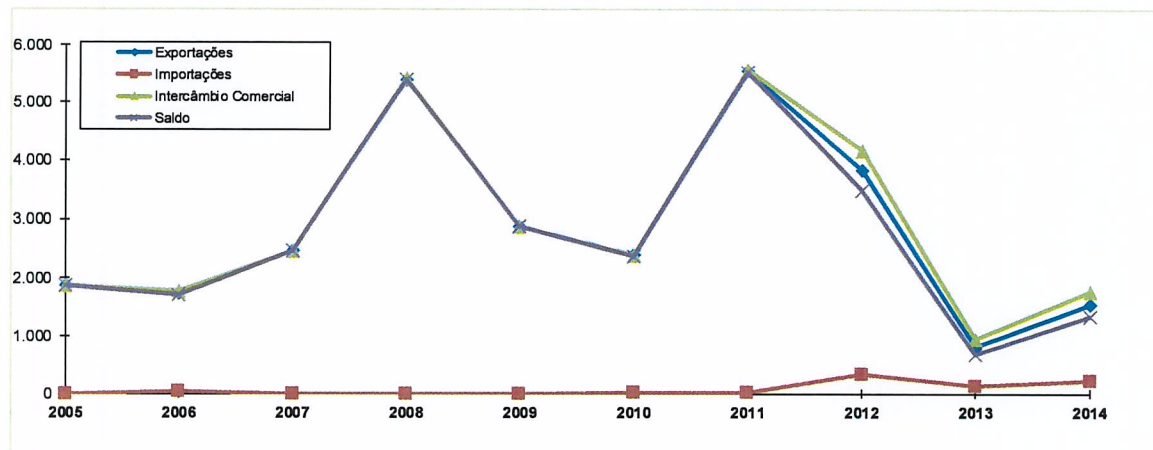
Anos	Exportações			Importações			Intercâmbio Comercial			Saldo
	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	Valor	Var.%	Part. % no total do Brasil	
2005	1.869	44,9%	0,00%	0	n.a.	0,00%	1.869	(+)	0,00%	1.869
2006	1.744	-6,7%	0,00%	43	n.a.	0,00%	1.788	-4,4%	0,00%	1.701
2007	2.467	41,4%	0,00%	2	-96,2%	0,00%	2.468	38,1%	0,00%	2.465
2008	5.401	118,9%	0,00%	3	53,0%	0,00%	5.403	118,9%	0,00%	5.398
2009	2.878	-46,7%	0,00%	0,1	-97,8%	0,00%	2.878	-46,7%	0,00%	2.878
2010	2.386	-17,1%	0,00%	16	(+)	0,00%	2.402	-16,5%	0,00%	2.371
2011	5.546	132,4%	0,00%	15	-1,3%	0,00%	5.562	131,5%	0,00%	5.531
2012	3.835	-30,8%	0,00%	333	(+)	0,00%	4.168	-25,1%	0,00%	3.502
2013	814	-78,8%	0,00%	135	-59,5%	0,00%	949	-77,2%	0,00%	680
2014	1.557	91,2%	0,00%	217	61,2%	0,00%	1.774	86,9%	0,00%	1.339
2015 (jan-mar)	163	-43,1%	0,00%	0	#####	0,00%	163	-44,2%	0,00%	163
Var. % 2005-2014	-16,7%	---	---	#DIV/0!	---	---	-5,1%	---	---	n.c.

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

(+) Variação superior a 1.000%.

(n.a.) Critério não aplicável.

(n.c.) Dado não calculado, por razões específicas.

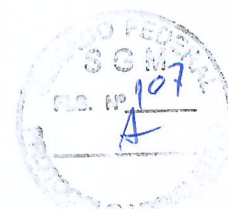
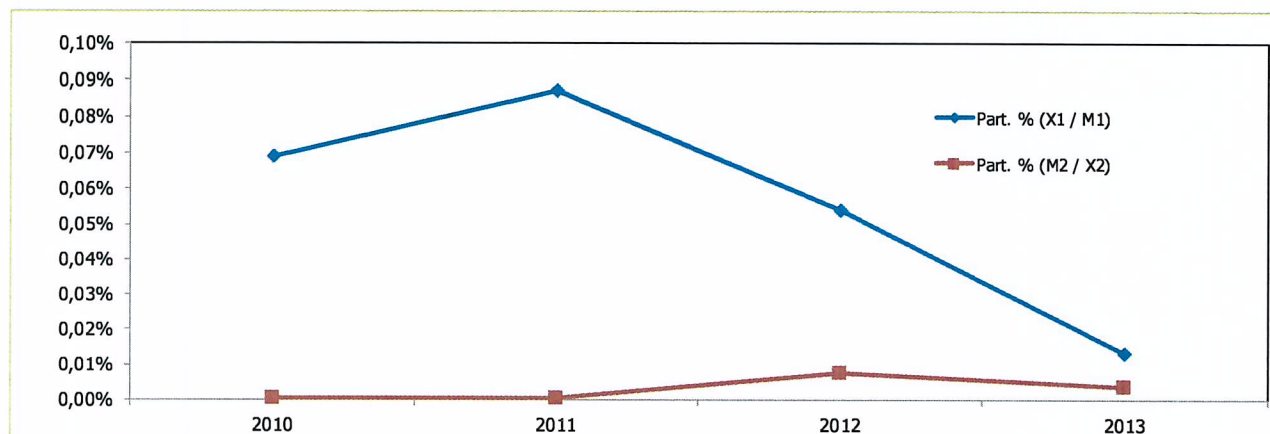


Part. % do Brasil no Comércio da Mongólia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Mongólia (X1)	2.386	5.546	3.835	814	1.557	-34,8%
Importações totais da Mongólia (M1)	3.477.416	6.385.176	7.146.067	6.240.979	5.225.208	50,3%
Part. % (X1 / M1)	0,07%	0,09%	0,05%	0,01%	0,03%	-56,6%
Importações do Brasil originárias da Mongólia (M2)	16	15	333	135	217	1288,0%
Exportações totais da Mongólia (X2)	3.117.943	4.387.252	4.475.810	3.893.627	5.321.367	70,7%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	713,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.

(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

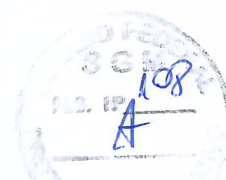
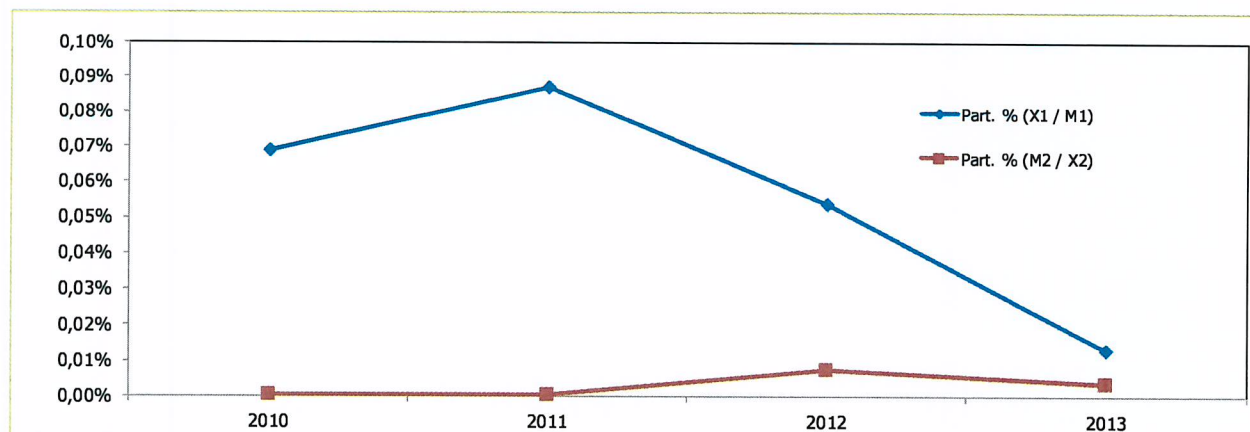


Part. % do Brasil no Comércio da Mongólia⁽¹⁾
US\$ mil

Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	Var. % 2010/2014
Exportações do Brasil para a Mongólia (X1)	2.386	5.546	3.835	814	1.557	-34,8%
Importações totais da Mongólia (M1)	3.477.416	6.385.176	7.146.067	6.240.979	5.225.208	50,3%
Part. % (X1 / M1)	0,07%	0,09%	0,05%	0,01%	0,03%	-56,6%
Importações do Brasil originárias da Mongólia (M2)	16	15	333	135	217	1288,0%
Exportações totais da Mongólia (X2)	3.117.943	4.387.252	4.475.810	3.893.627	5.321.367	70,7%
Part. % (M2 / X2)	0,00%	0,00%	0,01%	0,00%	0,00%	713,3%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/AliceWeb e UN/UNCTAD/ITC/TradeMap, Abril de 2015.

(1) As discrepâncias observadas nas estatísticas das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser explicadas pelo uso de fontes distintas e também por diferentes metodologias de cálculo.

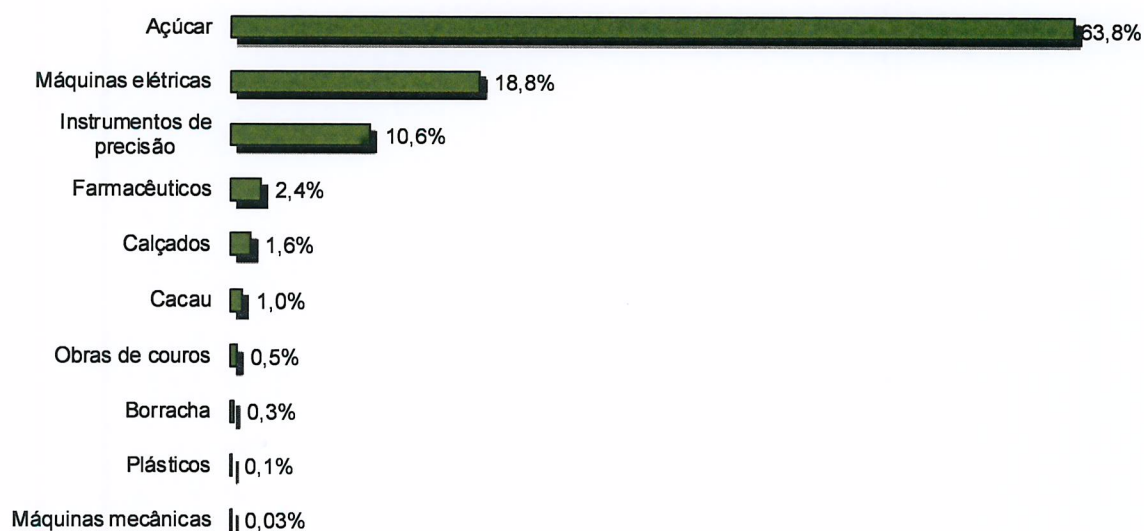


Composição das exportações brasileiras para a Mongólia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Açúcar	682,0	17,8%	664,0	81,5%	993,0	63,8%
Máquinas elétricas	0,0	0,0%	9,0	1,1%	293,0	18,8%
Instrumentos de precisão	6,0	0,2%	17,0	2,1%	165,0	10,6%
Farmacêuticos	37,0	1,0%	27,0	3,3%	37,0	2,4%
Calçados	58,0	1,5%	57,0	7,0%	25,0	1,6%
Cacau	6,0	0,2%	10,0	1,2%	15,0	1,0%
Obras de couros	26,0	0,7%	22,0	2,7%	8,0	0,5%
Borracha	0,0	0,0%	0,0	0,0%	4,0	0,3%
Plásticos	3,0	0,1%	0,5	0,1%	1,0	0,1%
Máquinas mecânicas	3.007,0	78,4%	0,0	0,0%	0,5	0,03%
Subtotal	3.825,0	99,7%	806,5	99,0%	1.541,5	99,0%
Outros produtos	10,2	0,3%	7,9	1,0%	15,4	1,0%
Total	3.835,2	100,0%	814,4	100,0%	1.556,9	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil, 2014



Composição das importações brasileiras originárias da Mongólia
US\$ mil, fob

Descrição	2012		2013		2014	
	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total	Valor	Part.% no total
Químicos orgânicos	200	60,1%	99	73,4%	206	94,7%
Minérios	5	1,5%	2	1,5%	6	2,8%
Gomas e resinas	0	0,0%	0	0,0%	5	2,3%
Subtotal	205	61,6%	101	74,9%	217	99,8%
Outros produtos	128	38,4%	34	25,1%	0	0,2%
Total	333	100,0%	135	100,0%	217	100,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil, 2014



Composição do intercâmbio comercial (dados parciais)
US\$ mil, fob

DESCRIÇÃO	2 0 1 4 (jan-mar)	Part. % no total	2 0 1 5 (jan-mar)	Part. % no total	Principais grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2015
Exportações					
Açúcar	197	68,8%	150	92,1%	
Cacau	10	3,5%	12	7,4%	
Instrumentos de precisão	75	26,2%	1	0,4%	
Subtotal	282	98,4%	163	99,9%	
Outros produtos	4	1,6%	0	0,1%	
Total	286	100,0%	163	100,0%	

Principais grupos de produtos importados pelo Brasil em 2015

Importações				
Minérios	5,3	98,9%	0,0	0,0%
Subtotal	5,3	98,9%	0,0	0,0%
Outros produtos	0,1	1,1%	0,0	0,0%
Total	5,4	100,0%	0,0	0,0%

Elaborado pelo MRE/DPR/DIC - Divisão de Inteligência Comercial, com base em dados do MDIC/SECEX/Aliceweb, Abril de 2015.

